



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVI — Nº 004

QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1981

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4ª SESSÃO, EM 11 DE MARÇO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

— Projeto de Lei da Câmara nº 81/75 (nº 1.286/77, na origem), que “atribui à empresa exploradora de serviços públicos de telecomunicações a edição de listas telefônicas”. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.874, de 3 de dezembro de 1980.)

Comunicando a aprovação das seguintes matérias:

— Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81/79 (nº 431/71, na origem), que “dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo, e dá outras providências”. (Projeto enviando à sanção em 5-12-80.)

— Projeto de Lei do Senado nº 88/78 (nº 5.478, de 1978, na Câmara dos Deputados), que “acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, que altera a constituição e a competência do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências”. (Projeto enviado à sanção em 5-12-80.)

1.2.2 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 4/81, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à prevenção de acidentes.

— Projeto de Lei do Senado nº 5/81, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— Projeto de Lei do Senado nº 6/81, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.2.3 — Comunicações das Lideranças do PP e do PDS na Câmara dos Deputados.

— De substituição de membros em Comissão Mista.

1.2.4 — Comunicações da Liderança do PDS

— De indicação de Srs. Senadores para exercerem a função de Vice-Líderes do Partido Democrático Social.

— Referente a indicação de Srs. Senadores que comporão, como titulares e suplentes, as comissões permanentes do Senado Federal na 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 46ª Legislatura.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 7/81, do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando que o Expediente da sessão do dia 13 próximo seja dedicado à memória do ex-Senador Raul Giuberti.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Recebimentos de comunicações, durante o recesso parlamentar, de Srs. Senadores que se ausentaram do País, no período que menciona.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ VIANA — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Guimarães Cova.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Trabalhos desenvolvidos na 19ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, recentemente realizada em Itaici—SP.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Indagando da Presidência sobre a distribuição do Relatório da Presidência referente ao ano de 1980.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Reivindicações em favor da agropecuária do Estado de Goiás.

SENADOR DINARTE MARIZ — Relato da situação em que se encontra o Estado do Rio Grande do Norte, diante do flagelo das secas.

SENADOR ORESTES QUÊRCIA — Necrológico do Sr. Martinho Funchal de Barros.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 514/80, dos Senadores Tancredo Neves e Itamar Franco, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do relatório das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, intitulado “Denúncia à Nação”. **Aprovado.**

— Requerimento nº 530/80, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da palestra feita pela professora Lêa Leal, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 64/80 (nº 2.888/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, autorizando a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências. **Aprovado.** À sanção.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 16/80 (nº 51/80, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do acordo sobre a implementação do artigo VII do acordo geral sobre tarifas aduaneiras e comércio (código de valoração aduaneira), do protocolo adicional ao referido acordo, bem como da lista de concessões tarifárias brasileiras nas negociações comerciais multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 5/80, do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968. **Aprovado,** em primeiro turno.

— Projeto de Lei do Senado nº 35/80, do Senador Passos Pôrto, que estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviços de engenharia. **Aprovado,** em primeiro turno.

— Projeto de Lei do Senado nº 184/80, do Senador Henrique de La Rocque, que altera a redação do artigo 394 do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao artigo 34 do Código de Processo Penal Militar. **Aprovado,** com emenda, em primeiro turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão adiada** para a sessão do dia 8 de abril de 1981, nos termos do Requerimento nº 8/81.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA
Requerimento nº 7/80, lido no Expediente. **Aprovado.**

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Desmatamento de florestas naturais no País.

SENADOR TEOTÔNIO VILELA — Situação calamitosa do Nordeste face ao prolongamento da seca na região.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Revogação do Decreto-lei nº 1.861, de 25-2-81, que altera a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS à conta de diversas entidades, e dá outras providências.

SENADOR CUNHA LIMA — Reformulação da política do Governo para o Nordeste.

SENADOR FRANCO MONTORO — Administração do Prefeito Lincoln Grillo, de Santo André-SP.

SENADOR ALBERTO SILVA — Seca nordestina.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE
Nº 86, de 1980.

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 11 DE MARÇO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÓRTO, GILVAN ROCHA E ITAMAR FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 566/80, de 5 de dezembro de 1980, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1975 (nº 1.286/77, na origem), que "atribui à empresa exploradora de serviços públicos de telecomunicações a edição de listas telefônicas". (Projeto que se transformou na Lei nº 6.874, de 3 de dezembro de 1980.)

Nº 568/80, de 5 de dezembro de 1980, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1979 (nº 431/71, na origem), que "dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo, e dá outras providências". (Projeto enviado à sanção em 5-12-80.)

Nº 569/80, de 5 de dezembro de 1980, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1978 (nº 5.478, de 1978, na Câmara dos Deputados), que "acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, que altera a constituição e a competência do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências". (Projeto enviado à sanção em 5-12-80.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 1981

Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à prevenção de acidentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 164, da Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 164.

§ 2.º As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) serão compostas de representantes de empregadores e de empregados, funcionando segundo normas fixadas pela autoridade do Ministério do Trabalho que estabelecerão, dentre outras exigências, a da eleição dos últimos na sede do sindicato da categoria ou, na impossibilidade, nos próprios locais de trabalho mas com a presença de representantes do MTb e do sindicato.

§ 3.º As chapas concorrentes às eleições para representantes de empregados nas CIPAs deverão ser comunicadas ao sindicato antes do pleito, com a discriminação da respectiva composição.

§ 4.º Qualquer alteração posterior na composição da CIPA deve ser imediatamente levado ao conhecimento do sindicato e à autoridade competente do MTb."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se disposições em contrário.

Justificação

O objetivo da proposição, como se percebe da simples leitura dos dispositivos acrescentados ao art. 164, CLT, é dar representação mais autêntica aos trabalhadores chamados a integrar cada CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente), fazendo que eles saiam da vontade da categoria profissional e não, como ocorre até aqui, da vontade do empregador.

Sala das Sessões, 11 de março de 1981. — Cunha Lima.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1981

Acrescenta § 4.º ao art. 487, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 487, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943, passa a vigor acrescido do seguinte § 4.º:

"Art. 487.

§ 4.º Para os empregados com idade igual ou superior a 50 anos, o aviso prévio por parte do empregador será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias."

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em conformidade com as disposições consubstanciadas no art. 487, da Consolidação das Leis do Trabalho, no caso de rescisão do contrato de trabalho sem motivo justo, o aviso prévio será de oito dias, se o pagamento for semanal ou inferior, e de trinta dias, quando o empregado receber sua remuneração por quinquena ou mês, ou conte com mais de doze meses de serviço na empresa.

Ocorre que, em face das facilidades de dispensa sem maiores formalidades, ensejada pela legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, são inúmeros os empregados com idade igual ou superior a cinquenta anos que são sumariamente despedidos, sem justa causa.

Ora, é notório, no Brasil, que existe o denominado "desemprego gerontológico", pelo qual os trabalhadores na faixa etária dos cinquenta anos — ainda que altamente qualificados — enfrentam enormes dificuldades para obter colocação, pois as empresas preferem recrutar trabalhadores mais jovens.

Por essa razão, é plenamente justo que, no caso de despedida de empregados com idade de cinquenta anos ou mais, sem justa causa, tenha o aviso prévio o prazo de, pelo menos, sessenta dias.

Com essa medida, disporão esses trabalhadores do tempo mínimo necessário para que obtenham novo emprego, sem que tenham de apelar para ignóbeis biscates ou até, em alguns casos extremos, para a mendicância e a criminalidade.

Sala das Sessões, 11 de março de 1981. — **Orestes Quércia.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1.º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

CAPÍTULO VI

Do Aviso Prévio

Art. 487. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução, com a antecedência mínima de:

I — oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II — trinta dias aos que perceberem por quinquena ou mês, ou que tenham mais de doze meses de serviço na empresa.

§ 1.º A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2.º A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3.º Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 6, DE 1981

Altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 457 A remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, compreende as parcelas de natureza salarial e a média das gorjetas que habitualmente receber.

§ 1º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, mas ainda a que for cobrada pela empresa, a qualquer título como adicional nas contas das despesas efetuadas no estabelecimento e destinadas à distribuição pelos empregados.

§ 2º A média das gorjetas deverá ser estimada em acordo escrito entre o empregador e o empregado, se não o tiver sido em convenção ou acordo coletivo.

§ 3º Inexistindo acordo, a média das gorjetas será arbitrada pela Justiça do Trabalho."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Evidencia-se da redação ora proposta para o art. 457, da CLT, um tratamento jurídico mais acurado à questão das gorjetas e sua integração obrigatória, pela média, na remuneração do empregado.

Aliás, essa matéria está mesmo a necessidade de tal melhor tratamento legal, eis que tem dado margem às mais variadas e contrastantes interpretações jurisprudenciais, justamente pela inadequação ou ineficácia da norma em vigor.

Sala das Sessões, 11 de março de 1981. — **Humberto Lucena.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452 — DE 1.º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador.

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes.

Of. nº 17/81-LID/PP

Brasília, 11 de março de 1981.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Rubem Figueiró para membro da Comissão Mista constituída para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/80, que "acrescenta § 8º ao artigo 32 da Constituição Federal", em substituição ao Deputado Figueiredo Correia.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — Deputado *Thales Ramalho*, Líder do Partido Popular.

Ofício nº 24/81

Brasília, 11 de março de 1981.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Evaldo Amaral para integrar, em substituição ao do Senhor Deputado Nelson Morro, a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/80, que "acrescenta § 8º ao artigo 32 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevada consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 11 de março de 1981

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 64, § 2º, do Regimento Interno, tenho a honra de indicar os nobres senhores Senadores relacionados em anexo, para exercerem a função de Vice-Líder do Partido Democrático Social.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protestos de minha mais alta estima e consideração. Senador *Nilo Coelho*, Líder do PDS.

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Vice-Líderes

Aderbal Jurema — Aloysio CHaves — Bernardino Viana — Gabriel Hermes — José Lins — Lomanto Junior — Moacyr Dalla — Murilo Badaró.

Em 11 de março de 1981

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, venho propor a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Senadores integrantes do Bloco do Partido Democrático Social que

comporão, como Titulares e Suplentes, as Comissões Permanentes do Senado Federal na 3ª e 4ª. Sessões Legislativas da 46ª Legislatura.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — *Nilo Coelho*, Líder do PDS.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Benedito Canela	Dinarte Mariz
Martins Filho	Lourival Baptista
João Calmon	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
José Lins	Raimundo Parente
Eunice Michiles	Almir Pinto
Gabriel Hermes	Aloysio Chaves
Benedito Canelas	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Aloysio Chaves	Lenoir Vargas
Hugo Ramos	João Calmon
Helvídio Nunes	Almir Pinto
Murilo Badaró	Martins Filho
Bernardino Viana	Aderbal Jurema
Amaral Furlan	
Moacyr Dalla	
Raimundo Parente	

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Lourival Baptista	Luiz Cavalcanti
Bernardino Viana	Hugo Ramos
Moacyr Dalla	Aderbal Jurema
Benedito Ferreira	José Lins
Martins Filho	
Murilo Badaró	

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Bernardino Viana	Lomanto Júnior
José Lins	Gabriel Hermes
Lenoir Vargas	Benedito Canelas
Milton Cabral	Vicente Vuolo
Luiz Cavalcanti	
Benedito Ferreira	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Aderbal Jurema	Lomanto Júnior
João Calmon	Gabriel Hermes
Eunice Michiles	Helvídio Nunes
Lenoir Vargas	
José Sarney	

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Raimundo Parente	José Guimard
Lomanto Júnior	Bernardino Viana
Amaral Furlan	Benedito Canelas
Amaral Peixoto	Vicente Vuolo
Martins Filho	José Lins
Tarso Dutra	
Gabriel Hermes	
Hugo Ramos	
Almir Pinto	

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Raimundo Parente	Lenoir Vargas
Aloysio Chaves	Aderbal Jurema
Hugo Ramos	Almir Pinto
Eunice Michiles	
Gabriel Hermes	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Milton Cabral	Dinarte Mariz
Luiz Cavalcanti	Gabriel Hermes
José Lins	Martins Filho
Almir Pinto	

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS — (CM)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Almir Pinto	Tarso Dutra
Lomanto Júnior	Aderbal Jurema
Amaral Furlan	José Sarney
Amaral Peixoto	Murilo Badaró
Benedito Canelas	Benedito Ferreira
Lenoir Vargas	
Moacyr Dalla	
Raimundo Parente	
Vicente Vuolo	

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
João Calmon	José Sarney
Murilo Badaró	Moacyr Dalla
Helvídio Nunes	

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Luiz Viana	João Calmon
Bernardino Viana	Luiz Cavalcanti
Lomanto Júnior	Amaral Furlan
Amaral Peixoto	Moacyr Dalla
Aderbal Jurema	Martins Filho
Aloysio Chaves	
José Sarney	
Lourival Baptista	

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Lomanto Júnior	Benedito Canelas
Almir Pinto	João Calmon
José Guimard	Lenoir Vargas
Lourival Baptista	

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Dinarte Mariz	Raimundo Parente
Luiz Cavalcanti	Amaral Furlan
José Guimard	Benedito Ferreira
Murilo Badaró	

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Raimundo Parente	Helvídio Nunes
Aderbal Jurema	Bernardino Viana
Lourival Baptista	José Guimard
Moacyr Dalla	

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
Vicente Vuolo	Lomanto Júnior
Benedito Ferreira	Luiz Cavalcanti
Aloysio Chaves	Amaral Peixoto
Milton Cabral	

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 7, DE 1981

Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de sexta-feira próxima, dia 13, seja dedicado à memória do ex-Senador Raul Giuberti, ilustre representante do Estado do Espírito Santo no Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de março de 1981. — **Dirceu Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O requerimento que vem de ser lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência informa ao Plenário que, durante o recesso foram encaminhadas à Mesa as seguintes comunicações:

— Dos Senadores Luiz Viana e Lourival Baptista, de viagem ao exterior, em caráter particular; e

— Do Senador Mendes Canale, de que participaria, a partir 25 de janeiro, por um período de 20 dias, da 5ª Reunião Conjunta do Parlamento Latino Americano e Parlamento Europeu, em Bogotá, Colômbia.

Informa ainda, que, nos termos do art. 45, *in fine*, do Regimento Interno, foi deferido requerimento do Senador Luiz Viana em que solicitava autorização do Senado para acompanhar o Senhor Presidente da República à França e Portugal.

Os expedientes recebidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana para uma comunicação, na forma do Regimento Interno.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Joaquim Nabuco, numa das mais belas páginas daquele seu pequeno grande livro, que é *A Minha Formação*, tem a oportunidade de fazer uma evocação àqueles modestos amigos, muitos deles anônimos, mas que haviam sido, nas suas campanhas da abolição, decisivos para que ele pudesse chegar ao Parlamento empunhando a bandeira da redenção dos escravos.

Qualquer um de nós que militou na vida pública, sobretudo aqueles que o fizeram durante largo tempo na Oposição, bem sabe o que representou ou representa para cada um de nós esses modestos amigos, que são a legião que nos traz até o Parlamento.

Ontem, na Bahia, perdi um desses amigos, um desses que, por uma vida inteira, durante mais de cinquenta anos, me acompanhou na vida política. Era ele, durante certos períodos, talvez o chefe mais influente da Capital da Bahia, pelo menos um dos mais influentes. Não preciso dizer quanto era requestado pelo Governo, pelos poderosos, pelos que lhe podiam dar alguma coisa, para não votar em mim, candidato várias vezes à Câmara Federal. Entretanto nenhuma sedução, nenhum aceno jamais o demoveu de ser o meu fiel companheiro nas lutas que ali travei.

Chamava-se ele Artur Guimarães Covas e, por vários períodos, representou Salvador na sua Câmara Municipal. Agora, falece já em idade realmente avançada, aos 90 anos, mas nem por isso o meu pesar é menor.

Quero deixar aqui consignada nos Anais desta Casa a passagem desse bravo lutador muitas vezes desconhecido, quase anônimo, mas que jamais abandonou as fileiras em que militou durante cerca de meio século ao meu lado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Leite. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois de dez dias de exaustivos trabalhos, encerrou-se em Itaipu, São Paulo, a 26 de fevereiro último, a 19ª. Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — a CNBB — com o comparecimento de 240 Bispos.

O documento principal de encontro sobre o tema central "Vocações, Vida e Ministério do Presbítero", aprovado por mais de 200 votos, é o mais longo já elaborado pelo episcopado brasileiro, havendo recebido, no decorrer de sua elaboração, cerca de 300 emendas.

O texto final deverá ser distribuído às 250 dioceses do País, sob a forma de livro, pois, convém lembrar, onde existem apenas 12.641 padres — 1 para cada 10.000 brasileiros, de acordo com os últimos levantamentos dis-

poníveis. Além da baixíssima densidade de sacerdotes em relação à população (apenas 0,01%), a Igreja se ressentia de vocações sacerdotais, havendo apenas 2.794 seminaristas em todo o País, a grande maioria nos Estados do Sul.

Desde já vem obtendo enorme repercussão uma das principais conclusões da 19ª. Assembléia Geral da CNBB, isto é, a recomendação aos padres no sentido de que se despojem "de toda ideologia e atividade político-partidária".

"O Minsitério de profeta, sacerdote, pastor", diz o texto, "por sua natureza essencialmente religiosa, específica e delimitada a dimensão política da atividade dos presbíteros. Essa dimensão política põem-se evidência, sobretudo no contexto de uma opção, preferencial mas não exclusiva, pelos pobres, quando os presbíteros, assumindo, como Cristo, a situação concreta do povo a que servem, anunciam o reino, denunciam o contra-reino e se empenham na Defesa dos Direitos Humanos.

Ministros que são da unidade, os presbíteros devem se despojar de toda a atividade político-partidária, para terem a liberdade de, como Cristo, evangelizar os políticos".

Esclareceu o Presidente da CNBB, após o encerramento do magno encontro de Itaipu, que "a Igreja como Instituição, como hierarquia, não deve fazer política de partido, pois partido significa facção, se a Igreja não deve dividir, não deve favorecer facções".

Ressaltou, porém, que "o cidadão tem que fazer política". "Gostaria — acrescentou — que os Cristãos atuassem para o bem comum e, se têm vocação para cargos eletivos, que o façam, que os bons entrem".

"Mas a paróquia, a Comunidade de base, não deve fazer opção por um partido".

Dom Ivo Lorscheiter admitiu que a Igreja poderia condenar um partido que "se configurasse claramente contra a verdade, os direitos do homem, a liberdade. "Pessoalmente — acrescentou — eu sou contra o Partido Comunista. Se ele é marxista, vai se declarar antidemocrático, totalitário e contra a liberdade. Então sou contra, porque ele não tem o direito de pretender chegar ao poder.

O Presidente da CNBB concorda em que se devem definir critérios para o julgamento dos programas políticos, embora considere difícil fazer uma análise dos partidos existentes. "Pessoalmente — concluiu — acho muito difícil fazer um diagnóstico, um juízo de apreciação da maioria dos partidos. Se alguém consegue, eu não consigo. Não teria coragem de fazer um julgamento".

O documento final da CNBB contém uma análise da realidade dos padres no Brasil, reflexões teológicas e um conjunto de importantes recomendações.

Atenção especial mereceu o problema da formação de nossos padres, tanto na qualidade, quanto na quantidade já que uma das maiores preocupações da Igreja Católica no Brasil é a falta de padres no País. Recomenda o documento aprovado que os padres "vivam diariamente encarnados no sofrimento, nas aspirações, na oração e em toda a caminhada do povo" e ressalta a importância do celibato. De acordo com o documento, temos um clero "em fase de superação efetiva da crise de identidade que o afligiu até a data recente, clero que se mostra fiel às suas tarefas pastorais, marcado pelo desprendimento material, empenhado pelo próprio testemunho em tornar a Igreja mais evangélica, solidário com os Bispos e seus colegas presbíteros, unido aos leigos e mais identificados com a causa dos pobres".

Os documentos aprovados pelas Assembléias Gerais da CNBB resultam de pesquisas e estudos prévia e criteriosamente realizados pelo Episcopado, que dispõe, como é do conhecimento geral, de um assessoramento de alta categoria.

Daí o interesse e a credibilidade que evidenciam através dos editoriais dos principais órgãos de imprensa e do impacto que geralmente provocam.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) Com prazer.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Já que V. Exª, com o aplauso de todos nós, notifica o Senado Federal das linhas mestres da Reunião de Itaipu, eu solicito, dentro dessa linha de pensamento pastoral da Igreja, a solidariedade de V. Exª aos acontecidos, esta semana, no nosso Estado. Acaba de chegar as minhas mãos uma nota oficial do Bispo de Propriá, relatando sucessos acontecidos na região de Pacatuba, precisamente na região de Santana dos Frades, onde posseiros de uma área em litígio judicial foram agredidos por jagunços armados, e membros da Igreja Católica foram desacatados. O acontecimento se reveste de significado muito grande, porque sabe V. Exª que esses fatos já foram denunciados seguidas vezes ao governador do Estado e o clima de violência continua a imperar contra — repito — os dignitários da Igreja Católica. Eu estimaria que V. Exª, tomando conhecimento disto, dentro da linha do

seu pensamento, de elogio à ação pastoral da Igreja, se solidarizasse com a Igreja de minha terra, Própria, no Estado de Sergipe.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Ouço o aparte de V. Ex^a, eminente Senador Gilvan Rocha, mas quero dizer a V. Ex^a que, nesta tarde resolvi abordar um assunto referente a Igreja e ele é o documento de Itaici. Resolvi fazer este pronunciamento. V. Ex^a nesta hora, quer, com esta notícia que deu a respeito da Diocese de Propriá, misturar "alhos com bugalhos".

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a me perdoe, nobre Senador, mas estou apenas me referindo a uma nota do Bispo da Igreja Católica do Estado que V. Ex^a representa. Estou com o documento, Ex^a, assinado com a cruz pastoral — D. José, Bispo de Propriá. Então, vê V. Ex^a que eu não estou misturando "alhos com bugalhos". Estou me referindo a um documento da Diocese da Igreja Católica que V. Ex^a tão ardorosamente está defendendo. Então, V. Ex^a não pode querer criar dissensões dentro da Igreja, mesmo porque V. Ex^a não tem autoridade para isto. Estou lendo um documento oficial da Diocese e V. Ex^a vê o quanto foi infeliz ao dizer que estou misturando alhos com bugalhos. Estou tentando, isto sim, misturar coisas sérias e santas com coisas santas e sérias.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Eu não cheguei a explicar a V. Ex^a porque disse "alhos com bugalhos". É quando venho para a Tribuna falar de um documento que foi aprovado em Itaici, o qual é de entendimento e concórdia, e nele se procura a união da Igreja, V. Ex^a procurou distorcer a interpretação de episódios superados, já abordados neste plenário, procurando misturar assuntos heterogêneos e impertinentes, trazendo um assunto completamente diferente do qual estou abordando nesta tarde. Este Bispo, a quem V. Ex^a se refere, é aquele que, várias vezes já foi citado nesta Tribuna e que assinou uma pastoral onde, na sua Diocese, havia proibição de celebrar missas, fazer batizados, encomendar corpos e missa de sétimo dia. É bastante conhecido naquela Região. Logo, não é um daqueles que querem a paz, a concórdia e a união na Igreja, como deseja o Papa João Paulo II. Desta tribuna, o Senador Passos Pôrto, que preside esta Casa, neste momento, e eu, já denunciemos que, quando faleceu o Prefeito de Brejo Grande, o padre, que segue a orientação do bispo citado por V. Ex^a, não quis encomendar o corpo e a missa de sétimo dia teve que ser celebrada fora do Estado.

Desejava, assim, que este bispo, em vez de atizar os ânimos, ajudasse, com conselhos e bom-senso, a resolver o conflito.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a está, como sempre, fazendo um elogio. E está demonstrado, perdoe-me a dureza de dizer: seu elogio pouco sincero à CNBB perdeu o rumo, porque V. Ex^a está fazendo uma discriminação que a CNBB não pode aceitar de jeito nenhum, V. Ex^a está dizendo que existem esses bispos e aqueles bispos. Eu tenho absoluta convicção, como participante da comunidade católica, já que não é só V. Ex^a católico nesta Casa, que a CNBB agradece esses elogios maliciosos, V. Ex^a está pregando a dissensão dentro da Igreja Católica que mais de uma vez reafirmou que a CNBB é uma entidade unida, única: não existe bispo esse, bispo aquele. A discriminação que V. Ex^a está fazendo, passionalmente, porque está se imiscuindo até em atos litúrgicos que ambos não entendemos, faz com que a homenagem de V. Ex^a venha a ser repelida por todo católico consciente. V. Ex^a não vai conseguir fazer divisões na Igreja Católica. E nós não aceitamos, os católicos legítimos, os católicos que apoiam o apostolado dirigido aos mais pobres não vão assistir, passivamente, que V. Ex^a venha a atacar os prelados da Igreja Católica. E, por incrível, no bojo de um costumeiro elogio, como V. Ex^a sabe bem fazer, à entidade que representa esse bispo, à CNBB.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Inicialmente, repilo de V. Ex^a as acusações infantis, apesar de ser um homem inteligente, que me faz, dizendo que estou procurando dividir a Igreja. V. Ex^a sabe que, em todas as classes, existem os bons e os maus, convindo separar o João do Trigo. O que eu acho é que todos nós devemos nos congratular com o Documento de Itaici e com a Carta de João Paulo II. Era meu desejo só aceitar o aparte de V. Ex^a, no final do meu discurso, mas, em consideração à sua pessoa, aceitei-o logo e, então notei que o seu desejo era desvirtuar a linha do meu discurso. V. Ex^a falou numa homenagem recebida pelo Bispo de Propriá, homenagem à qual não estiveram presentes o Arcebispo de Aracaju, o Bispo Auxiliar e o Bispo de Estância. Estiveram, sim, bispos de fora, que devem ser ligados ao Bispo de Propriá.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Quanto ao problema de Santana dos Frades, V. Ex^a bem sabe que a propriedade tinha dono há mais de quarenta anos e, tendo-a vendido, os posseiros foram insuflados para que eles não sáisse da propriedade.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — É o bispo, é o bispo da minha terra...

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Os compradores da propriedade não puderam recebê-la porque os posseiros não deixaram que eles entrassem, pois estavam armados, apesar de a Justiça lhes ter dado ganho de causa e estão lá usufruindo da colheita das terras. Quero dizer que V. Ex^a procurou colocar areia, hoje, no meu pronunciamento e, quanto ao elogio que faço, não me arrependo, porque acho que esta Reunião de Itaici foi muito benéfica para a Igreja e para os católicos, e felizes daqueles que elogiam as boas causas. Não sou daqueles que procuram esconder o bem que se faz, como condeno, também, aqueles que praticam o mal.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a vê o quanto foi infeliz na sua homenagem. V. Ex^a está homenageando a Igreja e, ao mesmo tempo, está verberando contra um prelado. Vê V. Ex^a, quanto é insincera a sua homenagem.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Mas não foi a primeira vez que V. Ex^a...

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — E veja V. Ex^a o que diz o Bispo de Propriá, muito diferentemente do teor divisório e passional de V. Ex^a. Repare só, está assinado por Dom José, Bispo de Propriá:

"Ao mesmo tempo, declara que confia na lisura das autoridades e no propósito que sempre apregoam de querer implantar a paz e a justiça social neste Estado."

V. Ex^a está sendo parcial, está tentando dividir a Igreja. E foi profundamente infeliz neste ato de homenagem setorial, na coisa mais um que existe de sociedade no nosso País, que é a Santa Igreja Católica do Brasil.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Eu agradeço a V. Ex^a, mas quero dizer que parcial é V. Ex^a, e que continuo com o meu pronunciamento e com o que V. Ex^a disse, naturalmente quis desviar meu discurso, procurando botar areia; eu não digo no meu brinquedo, mas no meu discurso.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Certamente seu discurso é um brinquedo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Continuando, Sr. Presidente: Brinquedo, na suposição de V. Ex^a

Os documentos aprovados pelas Assembléias Gerais da CNBB, resultam de pesquisas e estudos prévios e criteriosamente realizados pelo Episcopado que dispõe, como é do conhecimento geral, de um assessoramento de alta categoria.

Dá, o interesse e a credibilidade que evidenciam, através dos editoriais dos principais órgãos de imprensa e do impacto que geralmente provocam.

Assim é que o *Jornal do Brasil*, ao examinar o documento final da CNBB sobre as vocações sacerdotais, oriundo da reunião de Itaici, assinalou a 04 de março do corrente.

"É importante que o encaminhamento ao sacerdócio, daqui por diante, ajude a Igreja a erradicar equívocos suspensos no ar e que aproximaram demasiadamente a ação religiosa e a militância política. Mais grave ainda, é a proximidade de um abismo aberto a seus pés pela sedução partidária. Os perigos da ronda ideológica a que está exposta a Igreja, no novo tempo social que procura conquistar, tem seus anticorpos na vertente sobrenatural. A Igreja ficou submetida a esse choque de contrários, por imposição das circunstâncias, mas é da natureza do processo dialético acentuar os contrastes."

"O distanciamento recomendado às vocações sacerdotais, no tocante à ideologia e à militância-política confinada aos Partidos, é condição prévia para a Igreja habilitar-se à evangelização dos políticos. A atividade que se volta para o bem comum é no sentido lato, o objetivo da política. A preocupação da Igreja com a visão temporal não lhe retira, porém, o compromisso com a eternidade que é a sua razão de ser".

"A capacidade de compartilhar o temporal e o eterno é o desafio permanente da Igreja —" afirmou o *Jornal do Brasil*.

Desde a visita do Papa João Paulo II, reprocessa-se com cautela toda uma visão militante da Igreja, no sentido de resolver sua questão dialética, além do confinamento ideológico e político que, em lugar de gerar a síntese, confundiu a tese evangelizadora com a antítese do envolvimento político em padrões ideológicos.

Falta agora à CNBB ir além das recomendações e exercer, através de sua própria hierarquia, a ação pastoral de vigilância doméstica sobre a aplicação dos conceitos doutrinários.

Em nome do social não pode condescender com a intervenção ideológica. Em consequência da interdição partidária, a hierarquia, — em nome da instituição, — terá de agir preventivamente, para não realimentar um debate abstrato que já se esgotou com a definição da CNBB, plantada na palavra nítida e firme de João Paulo II, — concluiu o citado editorial do Jornal do Brasil.

Sr. Presidente,

A carta que Sua Santidade o Papa João Paulo II enviou, a 10 de dezembro do ano passado aos bispos brasileiros, carta que é um documento de orientação pastoral da mais alta importância, frisou que *"a Igreja é portadora de uma missão essencialmente religiosa e cumprir essa missão é seu dever prioritário"*. Mas grave seria a perda de identidade, — advertiu o Sumo Pontífice, — a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se tornasse instrumento de grupos ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição e ao serviço de organizações partidárias.

A carta do Papa João Paulo II, deve ter contribuído decisivamente, para erradicar muitos equívocos decorrentes das deformações conceituais geradas pela denominada "teologia da libertação", de simpatias marxistas, que induziu segmentos do clero a posicionamentos discutíveis, muitas vezes distanciados das autênticas diretrizes evangélicas.

Pelo seu conteúdo objetivo e importância intrínseca, solicito, Sr. Presidente, a incorporação dessa histórica epístola ao texto deste meu pronunciamento.

Coerente com todas as suas inesquecíveis homilias, quando da sua peregrinação pelo Brasil, mais uma vez o Santo Padre deixou bem claro, de maneira insofismável, que a Igreja não deve sucumbir ao envolvimento do facciosismo partidário. Agora, como sempre, a prioridade essencial deve consistir na fidelidade ao Evangelho.

Os milhões de brasileiros que tiveram o privilégio de ver e ouvir o Papa João Paulo II, em sua peregrinação pelo território brasileiro, — viagem triunfal e inesquecível, — rejubilam-se com a plena integração do episcopado brasileiro nas diretrizes prefixadas pelo Santo Padre, em inúmeras ocasiões, corrigindo-se, destarte, possíveis desvios de orientação, que, no passado, possivelmente ocorreram.

Diretrizes reafirmadas no decorrer das espetaculares viagens aos países que visitou, em diversos continentes, em dois anos de seu Pontificado missionário.

Foi assim em todos os países que percorreu: México, Polônia, Irlanda, República Dominicana, Estados Unidos, Turquia, 5 Países da África, França, Brasil, Alemanha Ocidental e, recentemente Filipinas, Guam e Japão no Extremo Oriente.

Na verdade, o Pontificado do Papa João Paulo II já adquiriu dimensões históricas, emergindo sua fascinante personalidade de Pastor e Estadista como a maior força moral do mundo contemporâneo.

Para o corrente ano já o Vaticano programou novas viagens internacionais durante as quais deverá visitar a Inglaterra Anglicana e a Espanha, a fim de dar prosseguimento ao programa pastoral-missionário do seu Pontificado, recentemente explicado por ele mesmo, conforme escreveu o correspondente do *Jornal do Brasil* em Roma, Araújo Neto, em reportagem publicada a 4 de janeiro de 1981 como...

"Uma oportunidade de tomar o pulso do mundo, com todos os seus problemas. De toda a realidade do homem, de toda a diversificada e complexa situação de uma sociedade pluralista, tão presente aos olhos do Papa, que não é somente o centro da unidade da Igreja, mas também um ponto de referência para a ansiedade universal de fraternidade e de cooperação internacional entre os povos"... Um diálogo fecundo, de âmbito planetário, — disse o Papa — "que a Igreja deve manter com os poderosos em favor dos pobres, dos injustiçados e dos oprimidos".

Investido na sua dupla condição de Papa e Chefe do Estado *Sui Generis* do Vaticano, prossegue assim o fabuloso diálogo de João Paulo II, com as inumeráveis multidões que o aplaudem e com os governos dos países que visita, tentando persuadí-los, a todos de que as reformas preconizadas pela Igreja ainda são a melhor opção contra as revoluções, a desestabilização dos governos, os impasses políticos e as ameaçadoras crises desta fase conturbada da história contemporânea.

Reforma cujos objetivos se podem resumir no advento de uma ordem social mais justa e do reconhecimento da transcendência da pessoa humana, — de todos os seres humanos sem discriminação de qualquer espécie como protagonista da história e titulares de direitos inopostergáveis à vida, ao trabalho, à educação, à saúde, à liberdade, à participação, ao bem-estar, — em síntese, o pleno respeito às aspirações humanas e às dimensões sociais de cada pessoa,

onde quer que ela se encontre e que deva ser protegida contra, a violência, o terrorismo, as agressões de que são vítimas quando o Estado não reconhece aqueles direitos.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que me ocorre formular à margem das recentes deliberações da 19ª Assembléia Geral da CNBB, recentemente encerrada em Itaipu, e da carta dirigida por Sua Santidade João Paulo II, ao Episcopado Brasileiro, no dia 10 de dezembro de 1980.

Estranhamente, Sr. Presidente, forças hostis à autêntica orientação do Papa João Paulo II tentaram, pelos meios de comunicação Social, distorcer, para direita ou para esquerda, a luminosa palavra do sucessor de Pedro.

Sua carta citada é lúcida e transparente.

Ela encoraja e apóia o esforço enorme da Igreja Católica, no Brasil, em prol da construção de uma nova sociedade, mais justa e mais humana. Ela mostra que a Igreja tem uma missão essencial e indeclinável: pregar o Evangelho e anunciar Jesus Cristo aos homens. Fazer uma coisa sem a outra é mutilar o cristianismo. Fazer ambas às coisas é ser fiel a João Paulo II.

À CNBB e aos Bispos que estiveram em Itaipu, eu só tenho que felicitar, assim como àqueles que leram a carta do Papa.

Quanto ao Senador Gilvan Rocha, que procurou com os seus apartes desviar o raciocínio que vinha desenvolvendo sob um tema da maior relevância, eu o aconselharia a conversar com este Bispo a fim dele enquadrar-se nas normas da Igreja, não assinando mais aquelas pastorais discriminatórias, pregando mais o evangelho e a paz entre os homens. Em assim fazendo, ele será fiel a Sua Santidade o Papa João Paulo II e a sua Santa Amada Igreja! (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O DOCUMENTO

— "Caríssimos Irmãos no Episcopado:

Duas vezes, neste ano que está prestes a terminar, a Providência de Deus permitiu que nos encontrássemos, o Sucessor de Pedro e os Bispos do Brasil.

Uma vez no decorrer da inesquecível viagem apostólica que tive a alegria de fazer ao vosso país, na primeira metade de julho. Guardo uma lembrança particular dos encontros com os Bispos das diferentes regiões que pude visitar, e mais ainda da reunião com a apreciável porção do Episcopado brasileiro, por ocasião do Congresso Eucarístico Nacional em Fortaleza.

Outra vez ao acolher em Roma, por ocasião de sua visita *ad limina Apostolorum*, nutridos grupos de Pastores da Igreja no Brasil.

Confiança de irmão e afeto de pai, simpatia para com vosso labor pastoral freqüentemente difícil mas sempre animado de zelo e dedicação admiráveis, compaixão pelas carências que lamentais e alegria por vossas grandes realizações a serviço do Reino de Deus: com esses sentimentos, entre outros, pude ouvir-vos a falar-vos naquelas ocasiões.

Durante nosso encontro em Fortaleza, falei-vos com clareza e fraterna caridade, com o objetivo de apoiar a intensa atividade de vossa Conferência Episcopal, mas também de ajudá-la a aperfeiçoar-se em aspectos importantes de sua vida e de seu funcionamento. Não pretendo retomar aqui aquelas orientações, pois estou certo de que vos esforçareis por colocá-las em prática com religioso cuidado. Todavia, agora que recebi o último grupo de bispos, os de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, obedeço de bom grado a um impulso de afeto colegial, ao dirigir-vos estas linhas que, de certo modo, prolongam nossas conversações.

1. Recebi, antes de tudo — receba cada um de vós como dirigido a ele pessoalmente — o meu duplo agradecimento. Muito obrigado pela acolhida simples, generosa e calorosa, que, segundo vosso feitio e na linha da mais pura tradição brasileira de hospitalidade, quisestes tributar-me. Muito obrigado também por terdes querido e sabido vencer não poucos obstáculos para vir até aqui *videre Petrum*, percorrer de novo os lugares santos romanos, tomar contacto com os órgãos do governo pastoral do Papa. Estou certo de que esta visita já está produzindo e produzirá ainda muitos frutos. Não será o menor deles o significativo testemunho de comunhão com o Sucessor de Pedro, que destes aos vossos fiéis.

Não falem a esta comunhão alguns elementos que considero essenciais: uma fidelidade tão cordial e afetuosa quanto sincera; uma adesão franca e generosa às normas e orientações dos organismos da Santa Sé; uma renúncia consciente e responsável a determinadas opções pessoais em benefício do bem comum, renúncia não isenta de sacrifícios mas sempre recompensada por Deus.

Através de minhas viagens pelo Brasil eu quis reafirmar a convicção primeira, profundamente enraizada em meu espírito, de que a Igreja é portadora de uma missão essencialmente religiosa e cumprir essa missão é seu dever prioritário. O Concílio frisou esta verdade quase em cada um de seus documentos, e de

modo mais significativo na Constituição *Grauidun et Sper* sobre a Igreja no mundo o contemporâneo (cf. nº 42).

É certo que a missão da Igreja não se confina nas atividades de cultos e no interior dos tempos. Desde os tempos apostólicos, e certamente inspirada na ação do próprio Jesus, ela sempre procurou inserir-se na comunidade humana, sempre se debruçou sobre a humanidade, à imagem do bom samaritano, para conhecer suas necessidades, curar suas feridas, encorajar seus esforços e apoiar suas iniciativas. Cada vez que, em qualquer nível, um setor de humanidade se empenhou por crescer em qualidade e valor humano, por melhorar suas condições, por promover-se, a Igreja julgou seu dever estar próxima e colaborar. Esta dimensão é hoje mais sentida do que nunca. E no continente latino-americano e no nosso Brasil talvez mais do que em qualquer outro quadrante do mundo, por causa das situações inegavelmente graves em que vivem nossos povos e por causa do papel histórico que a Igreja desempenha em vossos países.

Mas não é menos certo que a Igreja perderia sua identidade mais profunda — e, com a identidade, a sua credibilidade e a sua eficácia verdadeira em todos os campos — se sua legítima atenção às questões sociais a distraíssem daquela missão essencialmente religiosa que não é primordialmente a construção de um mundo material perfeito, mas a edificação no Reino que começa aqui para manifestar-se plenamente na Parusia. Muitas outras instâncias têm o objetivo, o dever e a capacidade de velar pelo bem-estar das pessoas, pelo equilíbrio social, pela promoção da justiça; a Igreja não se esquivava à sua participação nessa tarefa e assume com frequência mesmo atividades de suplência. Não pode fazê-lo, porém, em detrimento da missão que é sua e que nenhuma outra instância realizará, se ela não o fizer: transmitir como depositária autêntica a Palavra revelada; anunciar o absoluto de Deus; pregar o nome, o mistério, a pessoa de Jesus Cristo; proclamar as bem aventuranças e os valores evangélicos e convidar à conversão; comunicar aos homens o mistério da Graça de Deus nos sacramentos da fé e consolidar esta fé — em uma palavra, evangelizar e; evangelizando, construir o Reino de Deus. A Igreja cometeria uma traição ao homem se, com as melhores intenções, lhe oferecesse bem-estar social mas lhe sonegasse ou lhe desse escassamente aquilo a que mais aspira (por vezes até sem o perceber), aquilo a que tem direito, que espera da Igreja e que só ela lhe pode dar.

Mais grave seria a perda de identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se tornasse instrumento de grupos, ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou a serviço de organizações partidárias.

A vós, Pastores, confio a responsabilidade de conservar a Igreja no Brasil na mais perfeita fidelidade à sua missão essencialmente religiosa. O vosso povo bom e profundamente religioso, mas que sofre de tão agudas carências na sua vida religiosa, espera de vós essa fidelidade e vos será grato por ela. Confio-vos ademais a preocupação de que o desejo de estar sempre próxima de todos os homens, especialmente dos mais pobres, e de se fazer promotora e defensora da dignidade e dos direitos do homem, não atenuem jamais na vossa Igreja a determinação de preservar sempre a sua natureza verdadeira.

De resto — mas seria ainda necessária recordá-lo, a vós sobretudo, pastores da Igreja? — Os direitos do homem só vigoram de verdade onde são respeitados os direitos imprescritíveis de Deus e o empenho por aqueles é ilusório, ineficaz e dura pouco, se se realiza à margem ou no menosprezo destes.

B. Neste ponto é impossível não partilhar convosco uma ânsia pastoral que me acompanha desde que pisei o solo brasileiro, ânsia que externei irresistivelmente a muitos de vós no correr da visita “ad limina”. Refiro-me à urgente necessidade da catequese, no sentido mais abrangente que dei a este termo da Exortação Apostólica “*Catechesi tradendae*”. Refiro-me especialmente à educação religiosa das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Vós mesmos me dissestes, em mais de uma ocasião, que uma insuficiente formação catequética tem sido, desde os mais remotos tempos, a lacuna maior na evangelização de vossa gente. Acrescentáveis que malgrado algum progresso, o mal ainda não está sanado em nossos dias. Ora, frente à ameaça do secularismo nascente, de um lado, e frente a uma religiosidade que, abandonada a si mesma, corre sempre o perigo de cair na superstição por outro lado, o futuro da Igreja neste país depende em máxima parte de uma catequese sólida, segura, alicerçada no mais genuíno ensinamento da Igreja.

Quero por isso repetir-vos, com ênfase particular, o que escrevi aos Bispos do mundo inteiro na citada “*Catechesi Tradendae*”. Os esforços que um Bispo despender, o tempo que gastar, as energias pastorais que consumir na catequese, longe de serem um desperdício, se revelarão bem cedo como o investimento mais precioso e fecundo de seu ministério. A solidez de sua Igreja particular num futuro próximo dará testemunho disso.

Peço-vos, pois, que trateis uma e muitas vezes desse tema, em vossas assembleias nacionais, regionais e diocesanas. Inseri este ponto em vossos planos de pastoral. Incentivai, sob vossa guia e responsabilidade, a preparação de bons textos catequéticos. Sobre tudo preparai e enviad catequistas de confiança a todos os setores, especialmente às escolas de todos os níveis. Só assim evitaremos —

é minha convicção — que, na sua simplicidade, por falta de melhor instrução, vosso povo vá procurar em formas menos puras de religião ou em sucedâneos do cristianismo uma resposta às suas fortes aspirações religiosas.

Não quero omitir uma palavra sobre outra questão vital da Igreja no Brasil: a necessidade de aumentar notavelmente, nos próximos anos, o número de presbíteros e de religiosos e religiosas a serviço do Povo de Deus.

A fé nos diz que Deus não pode deixar de chamar para o ministério e para a consagração religiosa um número de cristãos pelo menos proporcional às necessidades da Igreja. Por outro lado, a simples observação nos mostra que são numerosos hoje no Brasil os jovens tocados por este chamado. Durante minha visita ao Brasil, encontrando tantos jovens ardentes e cheios de vida, muitas vezes rezei ao Senhor da messe que chamasse muitos deles a segui-lo pela estrada do sacerdócio ministerial ou da vida consagrada. Seria minha maior alegria se soubesse que um dos frutos de minha passagem fosse um aumento no número dessas vocações. Mas ao chamado de Deus deve corresponder um esforço das comunidades e particularmente de seus Pastores, para tornar possível a resposta efetiva de muitos a esse chamado.

Não vos paraliseis neste esforço nem uma concepção imperfeita e enganosa da promoção dos leigos nem a tentação das fórmulas simplistas ou das soluções de emergência, alheias às conclusões da III Assembleia do Sínodo dos Bispos em 1971 e às claras diretrizes emanadas da Sé Apostólica para a Igreja Latina. A resposta a dar à urgente necessidade de sacerdotes, resposta realmente coerente com o bem da Igreja, não se encontra na abolição do celibato sacerdotal, na ordenação de homens casados ou no retorno ao ministério de sacerdotes que o abandonaram para contrair matrimônio.

Dois aspectos me parecem relevantes neste campo: promover as vocações sacerdotais e religiosas e formar bem os candidatos. Não insisto sobre o primeiro, pois bem sabeis que a crescente promoção dos leigos não dispensa, antes exige, maior presença de sacerdotes. O segundo aspecto não é menos importante e até diria que, se não houvesse a consciência, a vontade e o cuidado de dar aos futuros sacerdotes e religiosos uma séria e acurada formação humana, intelectual, moral, espiritual e apostólica, a promoção vocacional se tornaria um esforço ineficaz e até arriscado para a Igreja. Compreendeis certamente esse pensamento.

Deixai, pois, que o Pastor da Igreja universal vos inculque a firme determinação de:

- aprofundar constantemente nas vossas assembleias a questão das vocações no Brasil;

- criar e sustentar válidos órgãos de promoção das vocações, unindo aos vossos esforços os presbíteros, os religiosos e religiosas e muitos leigos, seja individualmente, seja em associações particularmente voltadas para esta questão vocacional;

- cultivar as vocações que surgem e investir o melhor na formação mais apurada possível dos vocacionados, tendo presente que, na linha do Concílio e das recentes determinações da Santa Sé, os Seminários são o ambiente propício para a preparação adequada dos futuros Presbíteros;

- rezar e fazer rezar intensamente pelas vocações, obedecendo a um explícito preceito do Senhor Jesus: “Rogai ao Senhor da messe” (Mt 9, 38).

5. A recordação de minha estada ao vosso lado e no meio de uma porção considerável do vosso povo me sugere fazer-vos ainda um pedido; em consonância com o vosso nome de Episkanoi, que os vossos fiéis vos encontrem sempre vigilantes.

Vigilantes para promover nas vossas Dioceses uma aplicação leal, sem reservas e sem temores, da grande herança doutrinal e pastoral deixada pelo recente Concílio. Ele foi uma passagem de Deus no meio de seu povo, neste momento histórico, e sua mensagem traduz sem dúvida o que o Espírito quis dizer à Igreja. Fazer conhecer seus textos, inculcar seus ensinamentos, transmitir seu espírito é um dever. Será também algo de essencial para evitar de um lado a resistência temerosa à saída renovação que o Concílio propõe e, de outro lado, os abusos e desvios graves cometidos em nome dele, mas a partir de uma leitura superficial senão do desconhecimento de sua autêntica doutrina.

Deus queira que permaneçais também vigilantes, seja para propor o ensinamento de Cristo e da Igreja, com pureza e integridade, àqueles que vos têm como Pastores, seja para defendê-los, cada vez que do interior da própria Igreja ou de fora dela a verdadeira fé se achar ameaçada por doutrinas falsas ou interpretações perigosas tendentes a adaptar o Magistério Supremo a ideias pessoais ou correntes de pensamento. É quase sempre necessária grande coragem para exercer esta vigilância. O bem de vossos fiéis exige que o façais até com sacrifício pessoal e no exercício de uma autoridade que vos é dada pelo próprio Deus.

Não preciso dizer que vossa vigilância se exercerá também na defesa dos vossos fiéis, cada vez que estiverem em jogo seus legítimos direitos como pessoas humanas e filhos de Deus. Agireis então como verdadeiros Pastores sem oferecer

ocasião para manipulações de vossas atitudes e gestos, para que a força da Igreja não se reduza à fragilidade e ao efêmero do temporal. Neste domínio, Deus queira que prefira sempre o diálogo cristão ao confronto.

6. *Resta-me uma última exortação que não posso omitir: exorto-vos a manter e a incrementar entre vós aquela autêntica unidade que mais de uma vez defini como sendo afetiva e efetiva ao mesmo tempo.*

Por ser afetiva, se manifesta na capacidade que tiverdes de conhecer-vos sempre mais, de respeitar-vos nas vossas diferentes identidades, de estimar-vos, e, sobretudo, de "carregar os fardos uns dos outros" (cf. Gal. 6,2) pela compreensão e pela ajuda mútua.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

O Sr. Orestes Quêrcia (PMDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Lembro ao prezado colega que, de acordo com o Regimento Interno, o uso da palavra para comunicação será feita na prorrogação da hora do Expediente, o que acontecerá daqui a poucos minutos.

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso para uma reclamação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma reclamação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há seis anos, somos Senadores. Todo início de nova Sessão Legislativa, o Sr. Presidente, ao se despedir da Sessão Legislativa que finda, apresenta o Relatório da Presidência, onde estão resumidos e enfileirados, narrados e enumerados todos os trabalhos da Casa em todos os setores.

Depois do ano passado, da gestão do ilustre Presidente Luiz Viana Filho, neste ano, até a esta altura dos nossos trabalhos, Sr. Presidente, ninguém pôs os olhos no Relatório da Presidência.

No dia da abertura da Casa, no dia da eleição da Mesa, em que V. Ex^a é uma das figuras mais proeminentes e mais brilhantes, certamente, no dia 24, o Senado esteve aqui completo, com a ausência apenas daqueles que estão guardando o leito, mas todos estávamos aqui presentes, e o Relatório da Presidência não apareceu.

Instalou-se, solememente, de acordo com a Constituição e o Regimento Interno, a 1^a de março, o Senado Federal. Todos estivemos aqui presentes, mas ninguém pôs os olhos no Relatório da Presidência. Reabriu-se, dia 9, segunda-feira, a Sessão Legislativa do corrente ano. Muitos de nós aqui estivemos, mas o Relatório da Presidência não apareceu. Já estamos no dia 11 de março, mas ninguém sabe do Relatório da Presidência. Não se sabe se o ilustre acadêmico está caprichando nas palavras finais ou se o trabalho da Secretaria da Mesa ainda não terminou, Sr. Presidente; precisamos, de agora por diante, ter disciplina na apresentação dos trabalhos da Presidência. Eu que acompanho, *pari passu* tudo que se passa nesta Casa e tenho, de acordo com os meus trabalhos, registrado dia a dia todas as minhas manifestações nesta Casa, dia a dia, até hoje não pude ver o Relatório da Presidência.

Sr. Presidente, fica aqui a minha reclamação para que todos nós possamos ter, dentro do mais breve prazo possível este reclamado Relatório. Sei que V. Ex^a assume agora e talvez não o saiba, mas não sei se foi o trabalho exaustivo.

Sr. Presidente, o Senado é assim: encerra-se a sessão e apaga tudo nesta Casa; reabre-se a sessão e às vezes não se reabre aquilo que deveria.

Estou começando pelo começo, com este meu protesto e com esta minha reclamação, esperando que V. Ex^a tome as devidas providências para que tenhamos, antes do fim do mês, o esperado Relatório da Presidência do ano extraordinário de 1980. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Devo informar a V. Ex^a que a Assessoria da Mesa me assegura que o Relatório está em fase final de impressão, na Gráfica do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

S. Ex^a desiste da palavra. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em verdade eu serei breve. Quero apenas relatar para o Senado o drama que se desenrola em Goiás atingindo aos lavradores e aos pecuaristas goianos.

O meu Estado, nos últimos tempos, de par com as dificuldades naturais que cercam as atividades do homem que labuta no campo, passou, Sr. Presidente, a ser vítima também de um outro mal: este decorrente da natureza, já que no mês todo de fevereiro o Estado de Goiás como um todo foi avassalado pela falta de chuva, pelo sol inclemente que já ocasionou até agora, a perda de pelo menos 50% da produção de arroz do Estado de Goiás.

Há poucos dias, Sr. Presidente, percorri as regiões do médio norte e do sudoeste goiano e fiquei alarmado com a situação reinante nos municípios de Aragarças, Piranhas, Mineiros, Jataí, Caiapônia, Santa Helena, Rio Verde e tantos outros municípios batidos pela seca, que fizeram com que as pastagens que nesta época do ano em Goiás normalmente são verdejantes, ficassem escurricadas e as lavouras de arroz, de soja, de algodão, mais principalmente as de arroz e de feijão ficassem irremediavelmente comprometidas.

Quero, Sr. Presidente, desta tribuna, fazer um apelo ao Banco do Brasil e ao PROAGRO, para que deem aos lavradores goianos a assistência mais completa que se possa dar nesta hora de aflição, quando eles vêem o fruto do seu trabalho inteiramente comprometido, como se já não bastasse a total falta de estímulo para plantar e produzir, como se já não bastasse que os lavradores brasileiros que enfrentam as multinacionais que são inteiramente dominadoras do mercado de insumos, como se não bastasse a falta de uma política agrícola condizente com as necessidades do País, como se não bastasse a eterna falta de vigilância dos Governos, vem agora ainda, para agravar o quadro, a falta de chuvas comprometendo irremediavelmente as colheitas.

Quero, Sr. Presidente, reiterar aqui uma denúncia que já fiz, em outras ocasiões, chamando a atenção do Governo para o brutal abate de matrizes bovinas que se desenrola no meu Estado: a quantidade de fêmeas abatidas, fêmeas em estado de prenhez, é uma coisa monstruosa exatamente porque o Governo não fixou nenhuma linha de crédito assistencial ao produtor, ao pecuarista. E por incrível que pareça, Srs. Senadores, o pecuarista está hoje entregando o gado em pé para o abate pelo mesmo preço que ele entregava um ano atrás, quando a moeda valia, no mínimo, o dobro do que está valendo atualmente. Entretanto, quando o consumidor vai ao supermercado paga sempre a carne pelo preço majorado.

Hoje, o Estado de Goiás um dos grandes produtores de carne do País encontra-se em desalento, para não dizer em desespero, com a situação dos pecuaristas. E se as chuvas não desencadearem logo, se não chover normalmente no restante do mês de março, para que a pastagem possa vicejar, eu não sei como o Estado de Goiás irá atravessar os meses de estiagem, de longa estiagem que normalmente ele tem pela frente. É preciso, imediatamente, que o Governo olhe para esse setor. Retiram os insumos da pecuária e da agricultura, jogaram o produtor numa situação de desalento, para não dizer de desespero e com mais esses fenômenos naturais que estão aí a infelicitarem ainda mais o homem do campo, eu temo, Sr. Presidente, pela situação do abastecimento interno do País. Eu temo que venha a ocorrer na próxima safra, em virtude do desestímulo ora reinante no setor, um fenômeno ainda mais grave: que os lavradores brasileiros, especialmente na região do meu Estado, do Estado de Goiás, deixem de plantar as suas terras e o Brasil que já enfrenta vários problemas no seu abastecimento interno, o Brasil que importa feijão do México, o Brasil que importa frutas da Argentina e que agora, recentemente, há poucos dias, acabou de receber grandes quantidades de arroz que veio para cá da Tailândia — veja V. Ex^a, Sr. Presidente, a Tailândia, um país asiático, do outro lado do mundo — vendeu arroz para o Brasil que poderia produzir arroz para abastecer o mundo inteiro. Tudo isto pela falta de fixação de uma política séria que venha a atender esse setor tão vital da nossa economia.

Deixo aqui o meu apelo, Sr. Presidente, para que os homens encarregados da política econômica do Governo tenham um mínimo de sensibilidade, e nesta hora difícil pela qual passam os lavradores e pecuaristas goianos deem atenção a esses homens que, na realidade, fazem o Brasil e sustentam o Brasil.

Eram as considerações que gostaria de tecer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o nobre Senador Cunha Lima. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — Sr. Presidente, declino da palavra porque estou aguardando os documentos que complementarão o meu discurso, mas oportunamente estarei na tribuna. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB — AL) — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia, para breve comunicação.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Neste instante, é com satisfação que vemos presidindo, pela primeira vez, os trabalhos da Casa o nobre Senador Gilvan Rocha, representante do Partido Popular, que ocupa a 2ª Vice-Presidência.

A par desta nossa satisfação, Sr. Presidente, assinalamos, com tristeza, o falecimento de um grande líder regional do Estado de São Paulo, embora não conhecido nacionalmente, ex-Presidente do PMDB da pequena cidade de Garça, mas que tinha uma expressão regional, com liderança política muito grande.

Faleceu, no dia 4 último, em São Paulo, nosso grande companheiro Martinho Funchal de Barros. Como já disse, foi Presidente do PMDB, como já havia sido antes o Presidente do MDB de Garça. Foi candidato a prefeito nas últimas eleições. Embora mais votado, perdeu, em razão das mágicas das sublegendas.

Portanto, Sr. Presidente, peço-lhe autorização para assinalar a nossa tristeza pelo falecimento do grande companheiro, que era um entusiasta, um idealista, um grande soldado na luta que todos nós empreendemos para implantar neste País o regime democrático, que é a vocação do nosso povo e da nossa História.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Martins Filho — Maurício Leite — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Teotônio Vilela — Lomanto Júnior — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — José Fragelli — Affonso Camargo — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 514, de 1980, dos Senadores Tancredo Neves e Itamar Franco, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do relatório das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais — intitulado “denúncia à Nação”.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DENÚNCIA À NAÇÃO

Relatório das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de apurar denúncias de omissão e desinteresse do Governo na elucidação e punição dos autores dos atentados terroristas praticados contra pessoas e entidades no estado de Minas Gerais.

“Sobre a Assembleia Legislativa Mineira, sobre os Deputados que não aceitam conciliar com o império do terror e do crime, está colocado o desafio de participar no esforço comum de denúncia dos atentados terroristas e apuração dos seus autores”. (Trecho do abaixo-assinado encaminhado à Assembleia Legislativa por 35 entidades e personalidades, pedindo a instalação de uma CPI sobre o terrorismo)

“Não é possível que entre tantos fatos não se descubra alguém”. (Governador Francelino Pereira).

“Agora já não se trata mais de danos materiais como pressão sobre o governo. Agora os facínoras matam inocentes, matam pessoas que culpa nenhuma tem nas decisões do governo. Se querem encontrar culpados para as dificuldades por que passa a Nação, que busquem aqueles responsáveis, como eu. Se é necessário para a paz do povo brasileiro, se é necessário só isso para que o povo tenha o seu sossego e possa viver divinamente, eu peço a esses facínoras que desviem as suas mãos criminosas sobre a minha pessoa, mas que deixem de matar inocentes”. (Trecho do discurso pronunciado no dia 29-8-80, pelo Presidente João Baptista Figueiredo, na cidade de Uberlândia).

SINÓPSE

I — INTRODUÇÃO — a) A criação da CPI. b) Os atentados terroristas, vistos em seu conjunto: 1. Características comuns; 2. Origem e objetivos; 3. A abertura encalhada; 4. O governo é capaz de apurar; 6. Impunidade é o maior estímulo; 7. O repúdio da consciência nacional.

II — A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) — a) As provas da omissão: 1. 40 atentados em três anos; 2. A presença da polícia; 3. Inquéritos paralizados; 4. O silêncio da Secretaria de Segurança; 5. Denúncias que não foram investigadas; 6. A falta de proteção às vítimas. c) A ação do governo na CPI: 1. O apoio inicial do PDS; 2. A intervenção decisiva do governo, através do seu líder na Assembleia Legislativa. d) O relatório do PDS.

III — CONCLUSÃO

1. Introdução

A ascensão do general João Baptista de Oliveira Figueiredo à Presidência da República, apesar de se ter processado à revelia da vontade nacional, criou no Brasil uma grande expectativa de redemocratização. O levantamento da censura já se fizera no governo Geisel. Cumpria ao novo presidente dar sequência às medidas de liberalização do regime, concretizando aspirações que mobilizavam e empolgavam os extratos mais conscientes da sociedade brasileira.

De fato, honrando um compromisso publicamente assumido, o presidente da República cumpriu, embora que parcialmente, as duas reivindicações mais profundamente alimentadas pela Nação brasileira: a extinção do AI-5 e a concessão da anistia aos banidos pelo movimento militar de 31 de março.

Na consciência de todos, deflagrara-se a partir daí, efetivamente, o processo de redemocratização do País. Poucos, todavia, podiam supor que esses eventos, saudados com tanta euforia, iriam marcar também o recrudescimento das ações terroristas, que até então se faziam de forma aparentemente débil e isolada.

Hoje, quando a Nação busca emergir das trevas, sepultando a amarga experiência do radicalismo esquerdista, surge em cena o radicalismo de direita embalado pela impunidade e com formidável vigor homicida.

As ações, agora de conformação nitidamente planejada, atingem pessoas e instituições determinadas, aquelas que lutam pela redemocratização do País, tudo levando a crer que objetivam neutralizar o processo de abertura defendido pelo Presidente da República.

É nesse quadro de apreensões que um grupo de deputados de formação democrática e pluralista deliberou constituir uma CPI para oferecer ao governo, que se presume inerte, e à opinião pública, por imperativo de dever e de justiça, uma contribuição do Poder Legislativo à identificação e punição dos culpados.

a) A criação da CPI

A Oposição mineira, atendendo aos anseios da consciência democrática nacional, propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atentados terroristas no Estado. Tal iniciativa, a primeira no gênero no País, enobrecceu o Parlamento mineiro e despertou esperanças de que, finalmente, poderia se iniciar uma ação mais decidida para por fim ao terrorismo organizado.

O objetivo da CPI, expresso em seu requerimento, era o de “apurar as denúncias de omissão e desinteresse do Governo Estadual, na apuração dos atos terroristas contra pessoas e entidades no Estado de Minas Gerais”, tendo em vista que “apesar das autoridades policiais e de segurança, assim como o Governador do Estado, Francelino Pereira, terem conhecimento de todos os acontecimentos”, os atos se sucediam, a cada dia, sem serem elucidados e punidos seus autores.

Para cumprir este objetivo, a CPI teria, obrigatoriamente, de ouvir as vítimas dos atentados, as pessoas que sabidamente tinham informações sobre eles e, principalmente, as autoridades responsáveis por sua apuração. Neste espírito, a CPI iniciou seus trabalhos ouvindo, em primeiro lugar, as vítimas do terrorismo no Estado, obtendo dados e informações preciosas no sentido de fornecer pistas e elementos para apurar se houve ou não omissão do Governo e no de auxiliar as autoridades a chegarem aos autores destes crimes.

Mas, como é de conhecimento público, o Governo, através de sua liderança na Assembléia, a partir de certa altura dos trabalhos, partiu para obstruí-lo de forma ostensiva e acabou, finalmente, impondo seu encerramento precoce. Isto foi feito, impedindo a continuidade dos depoimentos, desconvocando mais de 15 pessoas já oficialmente convidadas para este fim e determinando a elaboração, por um membro do PDS, do relatório final da CPI. Esta ação do Governo se deu no exato momento em que a CPI passaria a tomar os depoimentos de autoridades responsáveis pela apuração dos atentados, de pessoas acusadas de envolvimento e de pessoas cujo grau de informações sobre as atividades terroristas são de domínio público, como o ex-chefe em Minas Gerais do Centro de informações da Marinha, Nelson Galvão Sarmiento. Tudo isto, evidenciava que o Governo queria de fato, impedir que a CPI continuasse a percorrer o caminho que a estava levando à descoberta da verdade. Queria abafar a repercussão dos depoimentos anteriores, impedir novas constatações e denúncias.

Diante de tudo isto, a Oposição mineira se sentiu no dever cívico de vir a público repor a verdade dos fatos, impedindo que tal farsa fosse consumada impunemente, como impunes continuam os atos de terror. Para não se tornar "candatária por omissão do crime organizado", neste momento em que a Nação Brasileira amarga a experiência do terror e exige a pronta identificação e punição de seus autores, apresenta hoje seu relatório na esperança de que ele se torne um alerta à opinião pública mineira e nacional de que é necessário atitudes mais vigorosas para por fim ao terrorismo.

A conclusão básica a que a oposição chegou, baseada nos trabalhos da CPI, é a de que não só há omissão flagrante, como há ação no sentido de dificultar a apuração dos atentados e punição de seus autores. A verdade que se extrai dos fatos e que exige resposta por parte da opinião pública é a de que a força do terror em Minas é tão grande que conseguiu até mesmo acabar com a "CPI do Terror".

Esta conclusão, que iremos demonstrar, não é um jogo de retórica oposicionista, como tem sido apenas retórica as ações do Governo contra o terrorismo, mas uma verdade que salta aos olhos a partir dos fatos e dos depoimentos.

Esta conclusão, que iremos demonstrar, não é um jogo de retórica oposicionista, como tem sido apenas retórica as ações do Governo contra o terrorismo, mas uma verdade que salta aos olhos a partir dos fatos e dos depoimentos.

b) Os atentados terroristas vistos em seu conjunto

Porém, antes de analisar os trabalhos da CPI, a Oposição gostaria de explicitar certas constatações mais gerais que nortearam seu relatório. Isto porque entendemos que os recentes atentados terroristas e, particularmente, sua absoluta impunidade, só podem ser explicados se vistos em seu conjunto e em suas vinculações mais gerais com o momento em que vive o País. São eles:

1 — A Oposição está convencida, ao contrário do governo, de que não são atos isolados, esporádicos, sem objetivos precisos e maiores, mas pelas características comuns, por serem assumidos pelas mesmas organizações clandestinas e outras circunstâncias semelhantes, trata-se de atos organizados segundo uma sistemática única, obedecendo a uma diretriz e comando únicos, sujeitos a uma sincronização planejada. E, sobretudo, contam com uma retaguarda tão grande que tem sido capaz de lhes assegurar seu maior trunfo: a certeza da completa e absoluta impunidade.

2 — A Oposição está convencida de que os atuais atos de terror tem uma origem precisa: a ultra direita. Tem atingido instituições e pessoas determinadas: aquelas que lutam pelas liberdades e pelas melhorias das condições de vida do povo. E tem um objetivo maior: criar o clima propício para o retorno do País a um regime arbitrário, frustrando o projeto de abertura.

Nesse sentido, a prática do terror fala por si, explicitando seu caráter e seus objetivos: vários destes atentados foram publicamente assumidos por organizações clandestinas como o C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas), o G.A.C. (Grupo Anti-Comunista), o M.A.C. (Movimento Anti-Comunista), a V.A.C. (Vanguarda Anti-Comunista), a Falange Pátria Nova etc. Grupos que sob o pretexto do anti-comunismo, à semelhança da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini, revelam seu verdadeiro caráter profundamente anti-democrático, anti-nacional e anti-popular.

Seus atos atingiram a Igreja, com atentados à própria C.N.B.B., a alguns de seus Bispos mais destacados, padres, pastorais e leigos a ela ligados. Nem

mesmo a presença do Papa conteve a fúria terrorista contra a atividade da Igreja em defesa dos Direitos Humanos e da Justiça Social. Na Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — procuraram atingir nossa tradição liberal, a defesa da democracia, do Império da Lei contra o império do arbítrio e do casuismo. Na Associação Brasileira de Imprensa - ABI — procuraram atingir a defesa intransigente da liberdade de expressão contra a censura. Em parlamentares de níveis e partidos diferentes da oposição, procuraram atingir o livre exercício da representação política do povo. Nos líderes e entidades sindicais, procuraram atingir o movimento reivindicatório e político dos trabalhadores por melhores condições de vida, de trabalho e pelo direito de participação nos destinos do país, pelo sindicalismo livre da tutela do Estado e combativo na defesa de interesses dos trabalhadores. Nos jornais alternativos, procuraram atingir o exercício da liberdade de Imprensa. Em entidades como o CEBRAP, Teatro Ruth Escobar, Editora Civilização Brasileira, CET, procuraram impedir o desenvolvimento da cultura e o estudo científico da realidade do nosso povo. Em personalidades ligadas aos Movimentos de Anistia e Direitos Humanos, procuraram atingir os ideais de Liberdade do nosso povo.

3 — A oposição está convencida de que os atentados são produtos da dualidade desta fase da vida nacional: em que nem o arbítrio consegue mais deter os anseios de democracia e justiça social e nem o povo conseguiu ainda estabelecer em sua plenitude um regime de amplas liberdades políticas. O processo de abertura está encalhado porque o governo diz querer a abertura, mas tem dificuldade de agir contra aqueles que, supostamente, ajudaram a implantar o regime e querem a manutenção do arbítrio.

4 — A Oposição está convencida de que o Governo tem as condições técnicas e os elementos necessários para apurar os atentados.

O sofisticado e complexo sistema de informações, investigação e repressão criado, desenvolvido e aperfeiçoado ao longo destes 16 anos é o maior da História do País e conta com poucos similares no mundo. É difícil acreditar que não seja capaz, diante de tantos fatos, de apurá-los, principalmente, se considerarmos a rapidez e a eficiência com que procedeu à apuração dos crimes políticos dos adversários do sistema.

São mais de uma centena de atentados em todo o País, muitos deles deixando pistas e vestígios capazes de levar a seus autores. A Imprensa os divulga diariamente, a nossa CPI, a C.E.I. paulista os forneceu em profusão e há agora, até mesmo, a confissão de um terrorista arrependido no Estado do Paraná. Alguns indícios apontam inclusive para um círculo restrito de suspeição, como indica, por exemplo, o presidente da OAB, Seabra Fagundes, ao afirmar que "não se compra explosivos em supermercados, e a opinião de peritos de que algumas bombas "são obras de especialistas". Ora, a fabricação de explosivos e sua venda são mantidos, por razões de segurança, sob absoluto controle e os "especialistas" em fabricar artefatos explosivos não são muitos e podem ser facilmente localizáveis.

Por isto, a Oposição não pode aceitar que o Governo não tenha os elementos necessários para acionar sua fantástica máquina de investigação e apontar à Nação os culpados. Nem mesmo, sob a argumentação de que são "crimes de difícil apuração". Muito menos, quando terroristas pegos em flagrante como ocorreu em SP e no Rio, são liberados sem ao menos serem fichados, ou como em Brasília, quando um oficial da reserva, fantasiado, tenta convencer à Nação de que fazia "brincadeiras" com uma de suas namoradas, exatamente em frente a um livraria ameaçada.

5 — A Oposição está convencida de que a responsabilidade da abertura de inquéritos, apuração e punição dos responsáveis é exclusivamente do Governo. A maioria destes atentados ocorreu sem que houvesse a correspondente abertura de inquérito. Muitos dos que foram abertos não foram concluídos. Por outro lado, o Governo Federal joga a responsabilidade das apurações em cima dos governos estaduais. Os atos de terror são crimes de ação pública, portanto não necessitam, para abertura de inquérito, de requerimento da parte atingida. O Poder Público tem o dever e a obrigação legal de fazê-lo. De outro lado, configuram claramente crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional e não se compreende como o Governo não a aplica, e porque também não coloca os órgãos federais para apurá-los em seu conjunto.

6 — A Oposição está convencida de que a não localização, a não punição exemplar, na forma da Lei, e não apresentação a execração pública de seus autores, são o maior estímulo que a ação terrorista tem encontrado em sua sanha criminoso.

7 — Finalmente, a Oposição está convencida de que somente o mais amplo repúdio da consciência nacional foi e será capaz de rechaçar as investidas do terror e garantir a apuração de seus crimes e punição dos autores.

II. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

A CPI foi requerida e presidida pela Oposição. No transcorrer normal de seus trabalhos, apenas a Oposição apresentou uma participação ativa, objetiva e imparcial: foi quem propôs um roteiro para os trabalhos, em que seriam

ouvidos primeiro as vítimas do terror e, em segundo lugar, as autoridades. Também foi quem, em decorrência dos depoimentos, fez incorporar à lista de convidados pessoas que, sabidamente, tinham informações sobre as atividades terroristas; pessoas colocadas nos depoimentos sob suspeição de omissão ou convivência direta e postas em suspeição de envolvimento com o terrorismo. Assim como a iniciativa de anexar documentos, de solicitar inquéritos e esclarecimentos aos órgãos públicos competentes. Tudo isto com o intuito de explicitar se houve atos terroristas, se houve vítimas ou danos materiais, se houve abertura de inquéritos, se haviam indícios e suspeitos, se foram concluídos e apontados os criminosos; elementos indispensáveis para que a CPI pudesse cumprir seus objetivos. Essa atitude da Oposição que, de forma determinada, séria e imparcial, buscava estabelecer a verdade, em cima dos fatos, contrastou o tempo todo com a atitude do partido do Governo que, no geral, se caracterizou pela apatia, com seus membros limitando-se a ouvir desinteressadamente os depoimentos e a aprovar as propostas da Oposição. Estes fatos são importantes para a opinião pública avaliar quem, na verdade, reúne condições, de fato, para apresentar um relatório digno de crédito sobre a CPI.

a) Os depoimentos

Os trabalhos da CPI, apesar de sua interrupção, forneceram ricos subsídios para que ela pudesse cumprir seu objetivo, e para facilitar às autoridades, se assim o desejarem, a encontrar o "verdadeiro fio da meada" do terror em Minas.

Ela se reuniu 9 vezes, até sua interrupção final: na primeira, elegeu seu presidente, designou o relator e traçou o roteiro de trabalho; nas seis seguintes, tomou depoimentos e, nas outras duas, processaram-se os debates em que a Oposição procurava assegurar a continuidade dos trabalhos e o Governo procurava acabar com a CPI:

Durante as sessões normais, foram ouvidas 10 pessoas, a maioria vítimas do terror. Em ordem cronológica de depoimentos, são: o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevades, João Paulo Pires de Vasconcelos; a presidente do Movimento Feminino Pela Anistia, D. Helena Greco; o advogado Geraldo Magela; o jornalista do *Jornal Em Tempo*, Juarez Guimarães; o do jornal *Hora do Povo*, Vicente Santana; o Deputado Federal mineiro, Genival Tourinho; o presidente do Sindicato dos Jornalistas de MG, Washington Tadeu de Melo; o presidente da OAB — MG, Aristóteles Aihenense e seu ex-presidente, Raimundo Cândido e o cientista social e presidente da Fundação Estudos do Trabalho, João Batista dos Mares Guia. Além desses, seriam ouvidos ainda, caso não tivessem sido "desconvocados" pelo PDS, o Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, D. Arnaldo Ribeiro; o Secretário de Segurança de MG, Cel. Amando Amaral; o Comandante da PMMG, Cel. Walther Vieira de Almeida; os dirigentes dos três jornais diários de Belo Horizonte, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, Maurílio Brandão e Afonso Araújo Paulino; o jornalista Dídimo de Paiva; o ex-chefe do Cenimar em Minas, Nelson Galvão Sarmento; o delegado Pedro Moreira Barbosa; o perito Antônio Ribeiro; os promotores José Maria Santos e José Antero Moteiro Filho; além das vítimas do terror, Aluísio Moraes, do jornal *De Fato* e Luís Soares Dulci, presidente da União dos Trabalhadores do Ensino e Maurício Arenare, presidente do Sindicato dos Proprietários das Bancas de Jornais de Belo Horizonte. Pessoas que, caso houvessem sido ouvidas, teriam grande contribuição a dar à CPI.

Os depoimentos revelam a ocorrência de cerca de 40 atentados em Minas em menos de 3 anos, portanto mais de 1/3 do número estimado em todo o País. Consistiriam, a exemplo de outros Estados, em ameaças diversas, invasões, depredações, incêndios, colocação de explosivos, tentativas de agressão e atentado a bala. Os fatos mostram que só não houve vítimas fatais ou mutilações físicas por razões circunstanciais, como no caso de alguns atentados a bomba: na igreja de São Francisco das Chagas, no Colégio Santo Agostinho, na explosão do automóvel do advogado Geraldo Magela, da explosão de uma bomba no jardim da casa de D. Helena Greco. Da mesma forma, no atentado a bala na residência do então presidente da OAB, Prof. Raimundo Cândido, na tentativa de incendiar e provocar uma explosão na residência do líder sindical João Paulo Pires e na explosão da gráfica do Diretório Central dos Estudantes da UFMG.

Os atentados atingiram, a exemplo de outros locais, pessoas, instituições e entidades tais como a Igreja, com explosões de bombas em seus templos, em colégios por ela mantidos, nas agressões à Igreja São José e na violação da correspondência dos padres de pastorais na Cidade Industrial. A OAB, com atentado a bala a seu Presidente; a líderes e entidades sindicais, como João Paulo Pires, Sindicato dos Jornalistas e União dos Trabalhadores do Ensino. As entidades estudantis, com bombas em suas sedes. A imprensa alternativa com atentados à sucursal do *Jornal Em Tempo*, ao *Jornal dos Bairros* e ao *De Fato*, e com as ameaças de incêndio de bancas que vendem estes jornais. A

personalidades como Helena Greco, Presidente do CBA entre outras pessoas e entidades. Os motivos presumidos destes atentados, presente em todo eles, como por exemplo, na OAB, como ressaltou seu presente, em função de sua luta contra o AI-5 e contra o atrelamento da entidade ao Governo Federal. Mas, fica mais explícito, no entanto, no jornal *Em Tempo*, cujos atentados ocorrem exatamente após a publicação, pelo jornal, de uma lista de 233 pessoas acusadas da prática de torturas, denunciadas por presos políticos: este motivo foi confessado em inscrições deixadas em outra sucursal que sofreu atentado na época: "CCC. Ala dos 233", numa clara referência a esta lista. É o que relata em seu depoimento o representante do jornal *Em Tempo*.

b) As provas da omissão

Os depoimentos revelam claramente a omissão, o desinteresse e, até mesmo, a suspeição da convivência, em vários aspectos que passaremos a enumerar:

1 — A maioria dos atentados, cerca de 40, não foi objeto, por parte do Estado, de abertura de inquéritos, apesar de constituírem crimes de ação pública e ser sua obrigação legal fazer isto. Vários deles, de acordo com levantamentos fornecido a Comissão por D. Helena Greco, e pelo representante da sucursal do jornal *Em Tempo*, assumidos pelos mesmos grupos: o CCC, GAC, MAC e, mais recentemente, pela Falange Pátria Nova. Isto, por si só, já bastaria para caracterizar o crime de omissão e desinteresse do Poder Público.

2 — A omissão se cristaliza, quando em vários destes atentados a Polícia esteve presente, chegando em alguns a recolher materiais e, apesar disto, não consta que foram abertos inquéritos para apurá-los. É o caso do atentado relatado pelo Prof. Raimundo Cândido, quando a Polícia esteve presente, recolheu restos de chumbo etc., nos atentados do DCE e na casa de D. Helena Greco, conforme consta do relatório dela e dos documentos por ela anexados à CPI. No Colégio Santo Agostinho, conforme depoimento de D. Helena Greco e Geraldo Magela, onde a bomba era de tal potência que arrancou, durante um debate onde estavam presentes mais de 500 pessoas, as portas e os marcos do banheiro e do auditório. No caso do atentado comemorativo do aniversário da Anistia de 47, realizado no Colégio Santo Antônio, conforme depoimento de D. Helena Greco e do advogado Geraldo Magela, agentes do DOPS — que mais tarde invadiriam o local, esvaziando-o e achando uma bomba; atitude simultânea ao pichamento, do lado de fora, dos carros de manifestantes com as siglas CCC, MAC e GAC — "revistaram antes o local onde ele se realizaria". Em todos estes, a polícia esteve presente e recolheu algum material. Porque não foram abertos os inquéritos? Se o foram sigilosamente, porque as vítimas não foram chamadas para depor? E qual seria o resultado, porque não foram apresentados ao público nem enviados a CPI?

3 — A omissão e o desinteresse se evidenciam mais quando se examina os 11 casos em que, no mínimo, houve a tentativa de abrir inquéritos.

Em primeiro lugar, deste total, apenas em três a iniciativa partiu do poder público. Exatamente naqueles em que, pelo clima de comoção social criado, pode-se dizer que o Estado foi forçado a abri-los, revelando claramente que o fez sob forte pressão da opinião pública. São eles: no terceiro atentado sofrido pela sucursal do *Em Tempo*, quando até o próprio presidente da república se manifestou; e nos recentes atentados à Casa dos Jornalistas e às bancas de jornal, quando diante de uma onda terrorista, a pressão no sentido da apuração foi muito grande. As outras oito tentativas, constadas na CPI até onde durou, partiram das partes atingidas.

Passemos a examinar, baseado nos depoimentos prestados, as tentativas de abertura de inquérito. Constatamos três casos: os que foram pedidos e simplesmente desconhecidos; os que foram abertos e paralisados e alguns em andamento, nestes constata-se, assim mesmo, problemas. Começemos pelos três que são iniciativa do Poder Público:

O primeiro deles, o do jornal *Em Tempo* é considerado pelo seu representante que aqui depôs, como a "indicação mais forte até o momento da convivência do Governo". Pois, segundo o depoente, "apesar da nomeação de um delegado e de um promotor especial, respectivamente, Pedro Moreira Barbosa e José Antero Monteiro Filho, o inquérito foi misteriosamente paralisado". Logo após "o depoimento de Nelson Galvão Sarmento, que constituiu o primeiro registro oficial, a primeira acusação nominal dos possíveis autores do atentado, quando houve a denúncia de uma série de pessoas: Luís Alberto Jansen, o Jornalista Afonso Araújo Paulino e Thacyr Meneses", entre outros, que "nem sequer foram chamados para prestar depoimentos". No caso das bancas, segundo o mesmo depoente, o laudo pericial sobre o incêndio de um banca de jornais, inexplicavelmente, "chega a conclusão de que não há conclusão a chegar pois após as bancas terem recebido dos manifestos seguidos ameaçando-as caso continuassem a vender os jornais independentes, e dos diversos atentados a jornaleiros em todo País, o laudo concluiu dizendo que não é possível determinar se o incêndio foi criminoso ou acidental".

No da Casa do Jornalista, em andamento, apresenta, segundo o depoimento do jornalista Washington Thadeu de Melo, problemas: ao ter vistas do inquérito no DOPS constatou, por exemplo, "que não havia nenhuma recomendação quer do Governador, quer do Secretário de Segurança, no sentido da apuração rigorosa" como haviam prometido. Por outro lado, a única pessoa que, em princípio poderia ter informações mais precisas sobre o atentado — um vendedor de cachorro-quente que misteriosamente não trabalhou exatamente naquele dia e, além disso, desapareceu. Em vez de localizar o seu paradeiro, o DOPS resolveu ouvir outro vendedor, distante o suficiente do local para que não tivesse visto nada.

Todos os outros, com exceção de dois ainda em andamento, não deram em nada: a invasão da casa de João Paulo Pires, em Monlevade, segundo seu depoimento, quando o Sindicato deu uma queixa na delegacia local, nada foi apurado, embora existisse uma testemunha que conversou pessoalmente com um dos invasores. No caso de D. Helena Greco, o inquérito solicitado quando a GAC atirou em sua casa cerca de 200 cartões e dois telegramas enviados por ela e membros do MFPA (Movimento Feminino Pela Anistia) aos presos políticos de Itamaracá, também não deu em nada. Nada disto foi investigado. Da mesma forma, na explosão que destruiu o carro do advogado Geraldo Magela em que o pedido de inquérito, segundo declarou em seu depoimento, "não obteve nem resposta", apesar de dias antes, ter ouvido de um policial, a observação explícita de que este, no exercício de sua função, ouvira "um zumbum dentro do meio policial" de que o depoente poderia ser a próxima vítima. A única medida teria sido um agente, dizendo-se da Polícia Federal, que dias após o atentado compareceu à sua casa para perguntar se ele sabia quem fora o autor do atentado. A mesma coisa ocorreu com o inquérito do CET, Jornal dos Bairros e Getec.

No primeiro atentado ao jornal "Em Tempo", os pedidos de abertura de inquérito simplesmente foram desconhecidos pela Polícia Federal e pelo delegado Pedro Moreira Barbosa, do 2º Distrito Policial, como consta do depoimento de seu representante e dos documentos por ele anexados à CPI. Havia, segundo as mesmas fontes, "fatos curiosos", tais como, "na manhã seguinte, dois PMs, sem que ninguém tivesse solicitado, compareceram à sucursal, dizendo terem recebido ordens para ali comparecerem", mas, no entanto, recusavam a se identificar ou esclarecer de quem haviam recebido tal ordem. Em seguida, "um senhor, dizendo-se da Polícia Federal, sem querer identificar-se quis fazer perguntas" e diante da recusa de resposta sem a prévia identificação, "retirou-se num Opala preto, chapa branca, OF:1324". Posteriormente, "outra pessoa, dizendo-se do Serviço de Informações do Exército, apresentou credenciais com o nome de Sargento Esutáquio Ferreira. Disse que estava ali a mando do Coronel para dizer que o governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado". Além disso, segundo o depoente e os documentos anexados, havia indícios também curiosos: "os vizinhos viram uma Kombi amarela e uma Veraneio" estacionados em frente na hora da invasão e uma jornalista do próprio jornal, que passava perto da sucursal no momento da invasão, além da "Kombi amarela, notou grande movimentação em volta", inclusive, identificando "viaturas do DOPS e da Metrópol". Os vizinhos, disseram, que a invasão provocou barulhos. Nada disso pôde ser apurado, não houve inquérito e nem perícia foi feita no local. Toda essas informações foram trazidas à CPI pelo representante do jornal *Em Tempo*.

No segundo atentado, quando ocorreu uma forte explosão de bomba, foi pedido novamente abertura de inquérito. Desta vez, como provam os documentos anexados, a direção do jornal solicitou providências diretamente ao Secretário de Segurança e, também pediu ao Procurador Geral do Estado a nomeação de um Procurador Especial para acompanhar as apurações e tudo isto não deu em nada, como, segundo o representante do jornal, o próprio Secretário reconheceu posteriormente. A Polícia interditou a sucursal e não permitiu a entrada de nenhum funcionário, só a liberando após a perícia que foi feita pelo próprio Chefe do Departamento de Polícia Técnica, Antônio Ribeiro. O perito Walmer Caixeta, na época pertencente aos quadros do funcionalismo estadual, apontou irregularidades primárias na perícia, conforme documento anexado e depoimento do representante do jornal. Entre elas, a feitura da perícia sem a presença dos dirigentes do semanário que, ao contrário, tiveram a entrada proibida; e a retirada de documentos e materiais que nada tinham a ver com o atentado, sem que os responsáveis pelo jornal pudessem saber o que eram e relacioná-los.

Num dos outros inquéritos em andamento, sobre o princípio de incêndio na residência de João Paulo Pires, em João Monlevade, a polícia, através do comandante do destacamento da PM, não interditou o local, fato que, segundo a polícia técnica, inviabilizaria o trabalho pericial.

Todos estes fatos somados aos dos itens anteriores comprovam a omissão e desinteresse: inquéritos não abertos, apesar dos fatos públicos e notórios e constituírem crimes de alçada pública; presença da polícia que chega até ao absurdo de recolher provas e não promover inquéritos, e se os promo-

ve o faz em sigilo, tanto no curso da investigação, como nos resultados, e o sigilo seria tal que nem as vítimas foram ouvidas. Os inquéritos pedidos e não abertos, os abertos que paralisam misteriosamente. As perícias com irregularidades primárias.

4 — O desinteresse se caracteriza mais quando a própria CPI solicita ao Secretário de Segurança, cópias de todos os inquéritos existentes e até seu conturbado encerramento pelo PDS, não recebeu qualquer resposta.

5 — A omissão se caracteriza quando denúncias feitas, algumas em inquéritos, pistas e indícios não foram investigados. Assim, as denúncias formuladas por Nelson Galvão Sarmiento feitas no inquérito sobre o terceiro atentado ao jornal "Em Tempo", e de forma sintética, anexada a esta CPI, através do exemplar do referido jornal em que este faz uma síntese de seu depoimento; a necessária apuração de como a correspondência dirigida ao presídio de Itamaracá em Pernambuco extraviou-se dos correios e voltou aos remetentes em Belo Horizonte com ameaças subscritas pelo GAC. — Grupo Anti-Comunista, MAC — Movimento Anti-Comunista, CCC — Comando de Caça aos Comunistas, atiradas nos jardins da casa de D^a Helena Greco. Saber, conforme denúncia de Genival Tourinho, o que o policial Antônio Ribeiro fazia nas imediações do Instituto de Educação no momento em que uma bomba de efeito moral, cuja propriedade no País é privativa da Polícia, estourava no recinto do educandário Estadual, contra a presença do ex-governador Leonel Brizola, que ali fazia um comício. As denúncias formuladas pelo Deputado Genival Tourinho, segundo ele "baseadas em informações de agentes de segurança", de que os atos terroristas evoluíam de ameaças para atentados a bala. São pistas que podem levar ao esclarecimento destes crimes, não investigados.

6 — A omissão do governo se caracteriza também na análise de fatos relativos ao seu dever de proteger os ameaçados, as vítimas potenciais destes atentados. Assim, por exemplo, após o 2º atentado à sucursal do *Em Tempo*, foi solicitado, conforme documentos anexados à CPI, proteção à sua sede pela Polícia Militar. Durante alguns meses, esta solicitação foi atendida, mas, em seguida, conforme depoimento de seu representante, foi retirada sob protestos do jornal e sob o argumento verbal de que "a PM mudara sua filosofia, agora só faria policiamento Geral", fato que sem dúvida, não se poderia dizer que possibilitou, mas no mínimo facilitou a ocorrência do 3º e mais violento atentado a esse jornal.

O Deputado Genival Tourinho, em duas oportunidades, pediu proteção diante de situações em que tais atos poderiam ocorrer, sendo que num deles, de fato, o atentado ocorreu, e não foi atendido em nenhuma destas vezes. A primeira, quando, nas suas palavras, "se sentiu ameaçado por Afonso Araújo Paulino, ex-agente do DOI-CODI e proprietário do *Jornal de Minas*, pediu ao Secretário de Segurança uma proteção externa à sua casa, através de carta, com cópia registrada em cartório. Na segunda vez, o fato é mais grave: durante a visita de Leonel Brizola a Minas, para lançamento do PDT, segundo depoimento do deputado, esteve pessoalmente duas vezes na Secretaria de Segurança, uma com o sub-secretário, pediu policiamento em frente à sede do PDT e do Instituto de Educação, onde seria realizado o comício, o que fez de forma documentada, solicitando que, nesse caso, o policiamento fosse comandado por inspetor conhecido seu e não foi atendido. Fato que, sem dúvida, contribuiu para que o atentado a bomba ocorresse durante o comício.

No caso dos jornaleiros, apesar das promessas do Governador, as bancas que solicitaram o Secretário de Segurança, proteção para continuarem a vender jornais alternativos não a obtiveram sob a argumentação de falta de condições por parte da polícia, até o momento em que o depoente Juarez Guimarães prestou este esclarecimento ressaltando que tal atitude contrastava com a profusão de policiais militares em frente aos Bancos e Colégios, durante as últimas greves dos bancários e professores.

Nem mesmo as ameaças públicas e diretas de morte à D^a Helena Greco, ao advogado Geraldo Magela e ao jornalista Juarez Guimarães mereceram da parte do governo as precauções devidas. Conforme depoimento dos três, depois de solicitada ao Governador segurança, que acabou entregando a responsabilidade à METROPOL, na figura do Delegado Lara Resende. Este teria colocado, segundo as vítimas do terror, "9 pessoas invisíveis" na sua proteção, e teria declarado "que não poderia garantir a integridade física dos protegidos, pois o próprio presidente John Kennedy, com o maior esquema de segurança jamais visto, fora vítima de um atentado".

c) A Ação do Governo na CPI.

"Embora a ação terrorista seja extremamente covarde, deixando vestígios mínimos, eu acredito que a comunidade de informações do Governo, com elementos altamente qualificados, tem condições de determinar o rastro e os criminosos". Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Passaremos a examinar, finalmente, aquilo que consideramos prova maior, definitiva, de que além da omissão, houve ação deliberada do governo no sentido de impedir a apuração, o que talvez ajude a entender porque não foram abertos inquéritos, porque os que foram abertos não deram em nada, mesmo aqueles que partiram da iniciativa do Poder Público: a sua ação, através da liderança do governo, para acabar com a CPI.

A "CPI do Terror", como se tornou conhecida, pode ser dividida em dois períodos: o anterior e o posterior à intervenção ostensiva do governo.

Antes dela, a CPI se pautou por um funcionamento criterioso e até mesmo os membros do PDS, embora de forma passiva, não criaram obstáculos à sua criação e funcionamento. Vários parlamentares desse partido assinaram o requerimento pedindo sua instalação. Todos os requerimentos propondo a programação dos trabalhos, pedidos de informações aos órgãos públicos, ou nomes para depor, foram aprovados por unanimidade, apesar de propostos pela Oposição. Houve, até mesmo, por parte de membros do PDS, adesões e elogios a CPI e seus trabalhos; o deputado Roberto Junqueira do PDS, chegou até a elogiar "o espírito de liberdade em que estavam sendo tomados os depoimentos", servindo até mesmo como "prova de que há democracia no País. Ele fez um veemente apelo "para que as denúncias fossem apuradas". Da mesma forma o Vice-Presidente da CPI, Narciso Michelli, também do PDS, chegou a afirmar que "Minas Gerais não pode aceitar o terrorismo...". Também o deputado Jesus Trindade Barreto, do PDS, considerou a sua adesão à CPI "uma contribuição para identificarmos as pessoas que em Minas estejam porventura envolvidas nestes atentados terroristas que nós temos de investigar para erradicar de nosso meio" e fez "votos para que essa CPI produza os melhores resultados".

Isso foi antes. Vejamos depois:

A primeira intervenção do Governo na CPI, através de seu líder Emílio Gallo, se deu no dia 9 do mês passado, quando em reunião ordinária iam ser ouvidas, pela primeira vez, autoridades com responsabilidade direta na apuração dos atentados. Entre eles, o policial Antônio Ribeiro e o delegado Pedro Moreira Barbosa, encarregados do inquérito do Jornal *Em Tempo*. Era a oportunidade de darem, inclusive, suas versões e explicações sobre vários fatos. Além deles deporiam duas vítimas do terror: Aluisio Moraes do jornal *De Fato*, e Luiz Soares Dulci, Presidente da UTE — União dos Trabalhadores do Ensino. Rapidamente, o líder do governo providenciou a retirada do recinto da CPI dos membros do PDS, evitando o *quorum* necessário para a abertura da reunião, e impedindo que os depoimentos fossem tomados. A atitude de boicote ficou logo patenteada, quando o deputado governista Narciso Michelli ao chegar desavisadamente para a reunião, retirou-se em atendimento aos sinais e apelos de sua liderança: dispensadas as "autoridades", o relator Carlos Lemos entrou na sala e chegou a sugerir o início da reunião para ouvir apenas o depoimento das vítimas, evidenciando que, naquele momento, o que o governo queria evitar era o depoimento das autoridades.

A segunda intervenção, na reunião seguinte, se deu quando iriam depor as mesmas vítimas convidadas na semana anterior além de um depoente muito especial, pelo grau de informações que detém sobre o terrorismo, Nelson Galvão Sarmento, e os dois promotores já encarregados de inquéritos sobre atos terroristas, José Antero Monteiro Filho e José Maria Santos. Desta vez, houve uma misteriosa intervenção nos trabalhos da CPI, com a ausência dos próprios assessores, taquígrafos e guardas de segurança da Assembleia Legislativa, no recinto da reunião. Até o serviço de som foi desligado, e as luzes apagadas.

Em seguida, no afã de acabar com a CPI e impedir qualquer possibilidade de seu prosseguimento, o líder do Governo, cometeu várias irregularidades: com o pretexto de que "o Presidente da CPI não era encontrado", organizou reuniões paralelas e anti-regimentais, nas quais promoveu a desconvoação de todas as pessoas oficialmente convidadas até aquele momento e estabeleceu normas estranhas de obstrução. Entre elas a de que a CPI só poderia fazer uma reunião por semana, de preferência ouvindo apenas um convidado por reunião, no máximo dois e que neste caso, enquanto um depusesse o outro não poderia ouvi-lo.

Finalmente, no dia 25-09, última reunião da CPI, consumou-se o intento do governo: a liderança do PDS propôs o fim da CPI, impedindo a continuidade da tomada de depoimentos e determinando a elaboração do relatório, sem que os trabalhos estivessem concluídos. Desta forma, o Governo demonstrou qual era, desde o início da obstrução, o objetivo real de sua atabalhoada intervenção: acabar com a CPI; impedir que ela continuasse descobrindo e expondo a verdade.

Assim, o Governo, pelas mãos de sua liderança, comprometeu-se definitivamente, muito além da omissão, tornou-se caudatário do terror, ao impedir o exame da ação do terrorismo de forma tão aberta e ostensiva.

Antes de assumir a responsabilidade isolada do encerramento da CPI, através de sua liderança, o governo tentou comprometer a oposição, através de "entendimentos e negociações, envolvendo acordos sobre os novos depoentes". Mas diante da recusa veemente da oposição, teve de assumir sozinho, pelo único argumento de quem não tem argumento: o da força.

Dos vários artifícios utilizados pela liderança do governo nessa sua inglória tarefa de acabar com a CPI, de defender o indefensável, sentimo-nos na obrigação de responder apenas três:

A primeira, a tentativa de uso do envolvimento com intuito de comprometer a oposição. A liderança do Governo, em sua segunda intervenção, chegou, com a violência própria de quem se formou no arbítrio e proclamou que nada, nem mesmo uma CPI funciona nesta Assembleia, "sem a tolerância do PDS". E o pior, chamou a isto de "liberalidade": usou esta palavra, para dizer em seguida que ela tem "limites". Portanto, em troca do direito da CPI funcionar, de ter a oposição presidindo-a, ele queria "uma contra-prestação" na forma de concordância da oposição com a "reorientação dos trabalhos da CPI, atendendo aos objetivos do PDS". O líder do Governo propôs uma barganha, o que a oposição repudiou de forma veemente.

Em segundo lugar, as inverdades assacadas contra a CPI pela liderança do governo se estribavam em critérios subjetivos. Disse que ela "prestava um desserviço a Minas", pois pretendia transformar o Estado em "Capital do Terror". Ora, é preciso que fique claro que o que dá ao Estado tão desonroso título não é a ação de uma CPI que visa acabar com o terror, mas os fatos, os inúmeros atentados na mais absoluta impunidade e, agora, a ação do governo contra a CPI. No plano de propaganda, a SECOM ao achar o "fio da meada" do terror no País, na interiorana cidade de Antônio Carlos, é que compromete a imagem de Minas. Na base desse tipo de critérios quis justificar a desconvoação de vários convidados: a Igreja; "para não alimentar o conflito Estado X Igreja", o Comandante da PMMG-Polícia Militar de Minas Gerais "para que não se faça uma ligação "subliminar" entre a PMMG e o terror" etc. No fundo queria fazer prevalecer a idéia falsa de que a convocação de pessoas era uma questão de "pontos de vista". Não é verdade, o critério usado pela Oposição com a aprovação da CPI, antes dos "pontos de vista do Governo", era um só: derivava dos fatos. Todos aqueles que tinham, por um motivo qualquer, esclarecimentos a dar sobre os atentados estavam sendo chamados para depor.

Em terceiro lugar, o líder do governo, na reunião de fechamento da CPI, talvez sentindo o peso de sua ação, quis introduzir ali o conceito de que a culpa pelo fechamento da CPI não era dele, nem do governo, mas era distribuída por todos, até pelos líderes dos partidos existentes na Assembleia, porque ela estaria acabando, segundo ele, em razão "da falta de entendimento". A oposição impediu que vingasse esta tentativa do Governo de repartir com ela o ônus da impunidade do terror. Agimos todo o tempo no sentido estrito de buscar a verdade e nos opusemos a tudo aquilo que ia em sentido contrário. Tal afirmativa do Governo é algo semelhante a um assassino que após matar sua vítima alega, em defesa, que a culpa não foi sua, mas da falta de entendimento entre ele e a vítima.

d) O Relatório do PDS

Sobre o Relatório do PDS pouco se pode comentar, senão como expressão máxima de falta de seriedade na condução da coisa pública pelos representantes do Governo.

Para que não haja dúvidas sobre essa falta de seriedade do Relatório, bastaria mencionar a contradição existente na sua proposição inicial, no preâmbulo, quando afirma que irá examinar trechos dos depoimentos das vítimas "que digam respeito ao objetivo da CPI", mas, logo a seguir, transcreve trechos isolados de depoimentos em que há referências à Polícia ou às Forças Armadas, com o deliberado objetivo de chamar a atenção para uma pressumível incoerência dos depoentes, como se eles quisessem acusar essas instituições. Transforma as vítimas em culpados. Despreza o conteúdo, a essência dos depoimentos e analisa o acessório. Não considera os atentados de que foram vítimas os depoentes e evita comentários os inquéritos, omitindo sobre a apuração e punição dos culpados.

O Relatório do PDS é um documento pífio e maldoso, a tal ponto que passa a constituir a prova documental da omissão e desinteresse do Governo na apuração dos atentados terroristas. Os depoentes, vítimas dos atentados — e agora vítimas do Relatório — teriam razões suficientes para até mesmo questionar esse Relatório em Juízo.

III. Conclusão

Diante do exposto no conjunto deste relatório, a única conclusão plausível para a CPI é aquela que salta aos olhos, a partir dos fatos e dos depoimentos:

1 — o Governo de Minas tem sido omissivo e demonstra claro desinteresse na apuração dos atentados terroristas ocorridos no Estado. Em que pese a

notoriedade dos fatos, não tomou medidas convincentes capazes de determinar sua apuração e a punição de seus autores, nem mesmo a abertura de inquérito, sua mínima obrigação legal, fruto do fato de serem crimes de ação pública. Tem sido omissa, até mesmo na proteção aos que publicamente são ameaçados pelo terror;

2 — o Governo de Minas revelou-se, não apenas desinteressado, mas tornou-se, com sua atitude e ação, responsável por tudo que o terrorismo fez e faz em Minas;

3 — além disso, o trabalho da CPI "fortalece a convicção" que vai perigosamente generalizando, de que existe, por omissão, uma certa intimidade, em grau e matizes que é impossível determinar, entre alguns setores do poder e esses grupos de celerados, que se valem do terror para manifestar sua aversão à democracia". Neste sentido é inquietante que os atos de terror atinjam muitas vezes, exatamente aquilo e aqueles que, no passado recente do arbítrio absoluto, a repressão atingiu. E se torna maior ainda diante da revelação insuspeita feita a esta CPI, pelo ex-Presidente da OAB-Seção MG, Prof. Raimundo Cândido, de que após o atentado à sua casa, um coronel, ligado aos serviços de segurança, lhe revelou que "do atentado em sua casa iria partir um movimento de atentados terroristas". Este fato ocorreu em 1977 e é extremamente grave, pois demonstra que os serviços de segurança tinham conhecimento antecipado desses atentados e não fizeram nada para coibi-los.

A CPI, por culpa exclusiva da liderança do Governo na Assembléia Legislativa, não concluiu a tarefa a que se propunha. Logo, por falta de elementos complementares, fica prejudicada a apresentação de um relatório final e conclusivo que algum dia — estamos certos — será cobrado do Poder Legislativo por quem de direito: o povo mineiro.

Fica, de resto, a melancolia de sabermos, sobretudo agora, que o Poder Legislativo, lamentavelmente, também se vem prestando ao papel de linha auxiliar da violência, na medida em que extratos de sua composição se mobilizam para impedir a apuração de atentados terroristas.

Com essa triste posição, que haverá de merecer o registro da história, a sociedade passa a sujeitar-se aos riscos do enfrentamento trágico e leviano das correntes radicais, de um lado e de outro, fechando o espaço de atuação dos verdadeiros democratas.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 1980. — Deputado Milton Lima, PP — Deputado Ademir Lucas, PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 530, de 1980, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da palestra feita pela professora Léa Leal, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada

ALIMENTAÇÃO E BOLSÕES DE POBREZA

Palestra pronunciada pela Presidente da LBA, Léa Leal, na ESG, em 9 de setembro de 1980.

Rio de Janeiro

A Legião Brasileira de Assistência

Objetivos e clientela; Assistência Social; A população brasileira carente.

A LBA é, há trinta e oito anos, uma instituição de assistência social com suas atividades voltadas para a promoção real da chamada população brasileira carente.

Pertencendo, hoje, à estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social, a Fundação Legião Brasileira de Assistência tem, entre suas atribuições estatutárias, a de implantar e executar a Política de Assistência Social do Governo, bem como orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executoras desta política, o que vem fazendo através da execução de mais de cinco mil convênios com entidades assistenciais e filantrópicas de todo o País. E isso, a par de sua diversificada programação de execução direta que envolve programas de creches, educação para o trabalho, registro civil e complementação alimentar, entre outros.

Para possibilitar visão e compreensão mais ampla das ações e objetivos da LBA, julgo imprescindível discorrer rapidamente, neste intróito, sobre duas expressões acabadas de citar: assistência social e população carente.

Não tentarei ser dogmática e lhes apresentarei, tão-somente, a assistência social que a LBA executa dentro dos limites do universo de sua clientela-

alvo. Trata-se de uma assistência social que se caracteriza como um conjunto de ações interligadas e multidirecionais que, sem violentar valores das pessoas beneficiadas, busca a promoção sócio-econômica do homem brasileiro, atendendo-o naquilo que já se convencionou chamar de *carência básica* ou *prioridades sociais básicas*, isto é, os campos sociais mais sensíveis, como alimentação e saúde, educação de base e ocupação, habitação, proteção e segurança familiar e direitos de cidadania.

Esta ação social múltipla que marca a presença da LBA no Governo dirige-se, repito, à população brasileira carente; àquela população de baixa ou nenhuma renda, em situação de desemprego ou subemprego, de poder aquisitivo insuficiente e com reduzido ou inexistente grau de instrumentalização para superar, por seus próprios meios e recursos, a infeliz situação de marginalidade sócio-econômica em que se encontra.

Reconhecemos como população carente e, portanto, clientes reais ou potenciais dos programas da LBA, os não-previdenciários, marginais de nosso ainda imperfeito sistema de direitos e benefícios da Previdência Social e também os previdenciários que, em função da baixa renda familiar e do número de dependentes, têm dificuldades até mesmo de sobrevivência.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE para 1978 asseguram que quase setenta por cento da população brasileira recebem até dois salários mínimos. Seriam, pois, pelas condições de vida, clientes potenciais da LBA. Há, porém, dentro dessa expressiva parcela de nossa população, um grupamento bem mais vulnerável, que podemos estimar em *quarenta milhões de brasileiros*, nossos irmãos de terra e cidadania, que, espalhados pelas zonas rurais, ou concentrados e empilhados nas periferias das grandes metrópoles, subvivem, trágica e cruelmente, nesses *bolsões de miséria total*.

São quarenta milhões de infelizes, desafortunados e desesperançados.

E é deles que precisamos cuidar imediatamente.

Eles são o verdadeiro e único objetivo de uma política social que se pretende justa.

E, para atendê-los, creio que se torna necessária a multiplicação de intervenções sociais que possibilitem ações básicas de saúde, implantação de creches, educação de base e cursos profissionalizantes, construção de casas populares e, enfim e principalmente, programas institucionais de *alimentação*, pois a desnutrição, a subnutrição, a *fome* mesma é, nesta trágica hierarquia de carências, o flagelo que mais assusta, oprime e *mata*.

São os problemas de alimentação nesses bolsões de pobreza absoluta que reúnem aqui, diante de um auditório ávido e competente, o INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — órgão específico desta área; a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro e a LBA — órgão de ações múltiplas, multidirecionais, como disse, e que, portanto, também está na área de alimentação e nutrição.

Assim, sobre o problemas de nutrição da população carente e sobre o Programa de Complementação Alimentar da LBA, vou estender-me um pouco, escusando-me, *a priori*, se houver alguma imprecisão técnica, uma vez que sou assistente social e não especialista em nutrição ou engenharia alimentar.

II — Diagnóstico nutricional da população brasileira

O consumo calórico médio do brasileiro; Gastos familiares com alimentação e consumo calórico; Consequências da desnutrição; Gastos hospitalares com crianças desnutridas.

Começemos por pesquisa bem recente.

(Ver prancha nº 1)

Diante da questão, proposta pela pesquisa, a comunidade brasileira revelou, de forma clara e objetiva, que a alimentação é seu principal problema, é o que mais inquieta e é o que deve, portanto, merecer maior atenção das autoridades.

Hoje, o equacionamento e a solução dos problemas nutricionais prevalentes na população brasileira tornam-se, cada vez mais, assunto obrigatório de pessoas e instituições preocupadas com as dimensões distributivas do crescimento econômico e do desenvolvimento social do País. E preocupadas, também, com a realidade social daqueles quarenta milhões de brasileiros carentes, subvivendo em estado de pobreza absoluta e total.

A pobreza existe quando o indivíduo ou grupos de indivíduos não encontram, no ambiente social em que vivem, condições de satisfazer, razoavelmente, suas necessidades básicas.

Bolsões de pobreza representam a pobreza coletiva; uma permanente situação de insuficiência dos meios capazes de garantir a satisfação das necessidades primárias do ser humano.

A pobreza coletiva dos bolsões difere da pobreza cíclica ou temporária que decorre de súbita interrupção ou supressão dos meios de subsistência, em razão de calamidades, como secas, inundações.

No Brasil, a situação é ainda mais complicada, porque temos a pobreza cíclica, que se instala em grupo populacional onde a fome é endêmica, e temos a pobreza coletiva, permanente, dos bolsões de pobreza das periferias das grandes regiões metropolitanas do País.

Diante desses trágicos painéis coletivos, permanentes ou cíclicos, de miséria cruel e pobreza absoluta, nós acreditamos que não se questione mais a importância da alimentação adequada na promoção de saúde do ser humano e mesmo na melhoria da progressiva qualidade de vida da população. O que, contudo, ainda se questiona é a prioridade a ser dada para o equacionamento e solução dos problemas nutricionais da população brasileira.

Isto porque a *promoção de melhores níveis nutricionais*, ou mesmo a *prevenção da desnutrição* não podem ser conduzidas por campanhas ou intervenções esporádicas. Os programas de alimentação coletiva devem ser contínuos e duradouros, com objetivos específicos e, preferencialmente, clientela bem definida. Soluções de continuidade, interrupções por problemas de distribuição e safra, e outras paralisações, nos programas nutricionais em andamento, podem invalidar todo o benefício conseguido com intervenções anteriores.

Não podemos deixar que isso aconteça.

A hora não é de parar, interromper.

Pelo contrário, é de acelerar, ampliar, expandir.

Malgrado as dificuldades econômicas que atravessamos, quero crer que, diante do quadro nutricional brasileiro, não podemos esperar mais para implantar e ampliar os programas de alimentação no País, pois eles muito têm a ver com a qualidade de vida da nossa população futura.

Temos de descobrir recursos para essa tarefa, a nosso ver, imediata e inadiável.

Faço sempre uma espécie de cobrança a Sua Excelência, o Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, citando palavras suas, proferidas em 1978. Disse, então, o Doutor Delfim Netto, defendendo um Plano de Alimentação Infantil para o País:

"Pouco adianta dar suprimento alimentar *depois*, pouco adianta dar educação *depois*, pouco adianta dar assistência de saúde *depois*; porque o carenciado já teve comprometida a formação de seu cérebro e de sua capacidade de apreensão. Por culpa da sociedade, ele será inferiorizado na sua capacidade de competir com os outros."

(Antônio Delfim Netto, *Jornal do Brasil*, RJ — 21/07/1978).

(Prancha nº2)

Há dois anos atrás, Sua Excelência estava, como nós também estávamos e estamos ainda hoje, bastante preocupado com a nossa *crise energética* e seus dramáticos efeitos sobre os chamados bolsões de pobreza.

A *Crise Energética* a que me refiro não é a do petróleo, mas sim a *nutricional*, decorrente da pobreza absoluta e da contração da demanda; crise energética nutricional cujas repercussões mais profundas se fazem sentir na qualidade de vida e na capacidade intelectual de nossa gente, exatamente quando mais precisamos delas — de nossa gente e de sua capacidade intelectual e criativa — para sair desta incômoda situação de país em vias de desenvolvimento.

O tempo de que dispomos é reduzido, de modo que lhes apresentarei, tão-somente, algumas afirmações e quadros que, embora sintéticos, espero possam dar aos senhores uma visão real do panorama nutricional brasileiro e o perfil de nossa *crise energética*.

O Professor João Bosco Salomón, PhD em nutrição, titular da Universidade de Brasília e consultor da Organização Mundial de Saúde, apresenta-nos um curioso estudo comparativo do consumo calórico médio do brasileiro com o consumo calórico de outros países, reunidos em dois grupos: *países desenvolvidos* e *países subdesenvolvidos*:

(Ver prancha nº 3)

Observando o *quadro I* vemos que o consumo calórico médio de cada região brasileira está bem distante das quantidades consumidas pelos indivíduos dos países mais desenvolvidos. Temos um consumo calórico por cento inferior ao desses países.

(Ver prancha nº 4)

Vendo o *quadro II*, verificamos que o consumo calórico médio do brasileiro praticamente se equivale ao de países como Gana, Bangladesh, Bolívia, Angola e Haiti, reconhecidamente subdesenvolvidos.

O Brasil, contudo, pela posição de potência econômica que ocupa, com Produto Nacional Bruto e renda *per capita* muitas vezes superior à desses países, não poderia permanecer em tal situação.

Tentemos, agora, uma rápida visão sobre a estrutura dos gastos familiares, comparando apenas a Região Sul (PR/SC/RS) com a Região Nordeste. São dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar/ENDEF-IBGE/1975.

(Ver prancha nº 5)

Na Região Sul, observamos que as famílias com renda de até 2 salários mínimos gastam mais da metade do orçamento doméstico com alimentação. No entanto, não conseguem atingir o consumo calórico necessário. No grupo de 1 a 1,5 salários mínimos, por exemplo, a família gasta 57,1% com alimentos e só cobre 1230k/caloria/indivíduo/dia, o que é apenas 56% das necessidades calóricas diárias de seus membros.

Se olharmos para as faixas mais altas, o problema não existe. As famílias com mais de 9 salários mínimos gastam pouco mais de 5% com a alimentação e consomem o dobro de suas necessidades calóricas diárias.

(Ver prancha nº 6)

Na Região Nordeste, o problema é o mesmo, só que bem mais acentuado. As famílias com renda de até 3,5 salários mínimos têm mais de 50% de seu orçamento comprometido com despesas de alimentação.

Observamos, também, tanto na Região Sul quanto no Nordeste, que as famílias com renda de até 2 salários mínimos não conseguem satisfazer suas necessidades calóricas diárias.

Como, segundo a PNAD/78, 70% da população brasileira estão até a faixa de 2 salários mínimos, isso significa que 80 milhões de brasileiros não estão consumindo calorias suficientes para cobrir as suas necessidades diárias.

Em resumo, a deficiência calórica é o problema dominante nas famílias que vivem sob o estigma da pobreza. E os seus resultados poderão ser dramáticos, se não prevenidos.

E a prevenção da desnutrição deve ser global. A carência energética, quando dominante, é o mais grave fator da desnutrição, pois que interfere com a multiplicação celular e, durante o período de gestação, pode produzir efeitos maiores nos sistemas cujo desenvolvimento se faz durante a vida intra-uterina, como o sistema nervoso central. Por essa razão, o Professor Fernando Nóbrega, eminente titular de Pediatria da Escola Paulista de Medicina, afirmou-nos, recentemente, na própria LBA, durante um simpósio sobre alimentação, que "o brasileiro começa a ficar desnutrido no útero materno". Não tendo uma alimentação adequada, a gestante não pode, por sua vez, alimentar adequadamente o feto, já que não possui resistência suficiente para prevenir infecções materno-fetais e placentárias.

É ainda o Professor João Bosco quem nos lembra que a estrutura final adulta do organismo humano tem 54% de seu desenvolvimento durante o período que vai da concepção ao 3º ano de vida. Como já diziam nossos avós, a criança terá, como adulto, o dobro da estatura que alcança os 3 anos de idade. Pois bem, a desnutrição nestes primeiros anos, quando a velocidade de crescimento é bastante acentuada, provoca terríveis e irreversíveis seqüelas no desenvolvimento físico e mental da criança. Um atraso de 10% no crescimento estatural aos 3 anos representa 20% de redução na estatura final adulta.

A desnutrição atinge o desenvolvimento físico e psicomotor da criança, tornando-a antropometricamente inferiorizada, com um baixo nível estatural associado a um peso também reduzido, gerando o que já se tornou conhecido como *nanismo nutricional*, tão freqüente em nosso meio.

Estas crianças estarão, também, irremediavelmente inferiorizadas na sua capacidade mental e irão engrossar, nas escolas primárias, os altos índices de repetência e evasão escolar na 1ª série do 1º grau.

O Dr. Roberto Alcântara, da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, citou-nos durante o Encontro de Saúde e Nutrição, patrocinado pela LBA, que pesquisas efetuadas com crianças de populações marginais demonstraram que 40% dos pré-escolares observados apresentavam quociente intelectual inferior a 80, quando o normal está entre 90 e 110.

E além dessas, tantas outras afirmações técnicas de cientistas e especialistas poderíamos citar, comprovando os terríveis efeitos da desnutrição na 1ª infância, comprometendo, definitivamente, o desenvolvimento físico e intelectual do futuro homem brasileiro.

Não acham que já é hora de deter esses reflexos negativos sobre nossas gerações?

Gostaria, ainda, de apresentar-lhes outra informação sobre o diagnóstico nutricional do brasileiro.

Análise de dados da DATAPREV sobre as características dos pacientes internados nos hospitais da rede previdenciária revela que quase 30% das internações em clínicas médicas correspondem a crianças de 1 a 24 meses. E o exame dos diagnósticos comprova que a desnutrição está quase sempre presente como causa principal ou associada dessas internações de menores até 2 anos. Só em 1979, previa-se que mais de 1 milhão de menores de até 24 meses seriam internados nos hospitais previdenciários. Ora, conhecendo-se o alto

custo desse atendimento clínico, envolvendo, durante dias e até meses, leitos, medicamentos e recursos humanos médicos e paramédicos, pode-se facilmente verificar o enorme preço que o País está pagando por essas internações.

Tentarei dar-lhes uma noção destes custos, valendo-me para isso de dados e informações que me foram gentilmente cedidas pelo Instituto Materno-Infantil de Pernambuco — IMIP e por seu diretor o Professor Fernando Figueira. O IMIP estudou e acompanhou, em 1976, todo o regime de hospitalização e tratamento de 200 crianças desnutridas graves com patologia associada.

E, já com valores corrigidos para 1980, o IMIP prevê o custo/dia de hospitalização e tratamento de um desnutrido grave em torno de Cr\$ 2.268,28 (dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros e vinte e oito centavos). Calculando a média de permanência em 71 dias de hospital, o próprio IMIP concluiu que o custo total de hospitalização, tratamento e recuperação de uma criança desnutrida fica em Cr\$ 161.048,00 (cento e sessenta e um mil e quarenta e oito cruzeiros).

Se, como já se disse, existem mais de 1 milhão de crianças em condições semelhantes, pode-se adivinhar o preço total a pagar, mesmo que se comprimam custos médicos e se reduzam períodos de hospitalização.

Não há como deixar de dizer e clamar que este é o alto preço que o País paga e vai continuar pagando se não se implantar e desenvolver, imediatamente, uma agressiva política nacional de nutrição, que proponha programas preventivos de suplementação alimentar; programas destinados a reduzir e suprimir as carências biológicas de gestantes, nutrízes e crianças até 36 meses, justamente o grupamento mais vulnerável à desnutrição e suas seqüelas. Se investirmos, em programas de alimentação, apenas 10% do que gastamos com internações provocadas pela desnutrição, alimentaremos todas as crianças de até 3 anos das regiões metropolitanas e reduziremos em mais de 50% o número dessas internações e, obviamente, seus custos.

III O Programa de Complementação Alimentar da LBA

Origens; Clientela; Produtos; A presença da soja; Os custos comparados; A avaliação.

Foram afirmações e realidades, como as que acabo de repetir e mostrar, que levaram a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1975, a realizar estudos para a execução de um Programa de Complementação Alimentar dirigido às gestantes, nutrízes e crianças de até 3 anos das regiões mais carentes do Brasil.

Ouviram-se as opiniões e sugestões de médicos ilustres e nutrólogos eminentes, todos ligados aos meios científicos e universitários de São Paulo, Pernambuco, Brasília e Rio de Janeiro. (Lembro, por exemplo, o Prof. Nelson Chaves, de Pernambuco; o Prof. Yaro Ganda, de São Paulo; o Prof. João Bosco Salomón, de Brasília e os Drs. David Boianowsky e Roberto Alcântara.)

Nessas reuniões, optou-se, finalmente, por um programa de complementação alimentar que utilizasse alimentos formulados e atendesse, numa primeira etapa, a clientela carente da grande Belo Horizonte, das cidades-satélites de Brasília e de alguns municípios da Baixada Fluminense. E já em 1977, o PCA (como chamamos nosso programa) começava a beneficiar 310.000 (trezentos e dez mil) pessoas (72% de crianças de até 3 anos e 28% de gestantes e nutrízes) das regiões selecionadas.

(Ver prancha nº 7)

O PCA distribui produtos industrializados, à base de soja, em cujas fórmulas se encontram nutrientes adequados para o combate à desnutrição em sua fase mais danosa — a da primeira infância.

São estes os produtos industrializados no nosso Programa de Complementação Alimentar:

(Ver prancha nº 8)

Estes alimentos, até hoje utilizados no programa, foram frutos de cuidadosos estudos realizados pela Faculdade de Engenharia Alimentar e pela Fundação Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia Alimentar, ambas da Universidade de Campinas, e foram, ainda, testados pelos Departamentos de Nutrição das Universidades de Brasília e Pernambuco.

Gostaria de ressaltar ainda que o PCA, distribuindo e difundindo seus alimentos, está criando, paralela e conseqüentemente, um mercado consumidor interno para a soja, produto nacional de cultivo crescente. Seguindo informações que recebemos, o mercado de programas institucionais de alimentação já ocupa, hoje, o 2º lugar na aquisição de soja texturizada, superado apenas pelos frigoríficos que produzem embutidos de carne. O PCA está atendendo, assim, às novas diretrizes políticas de alimentação e abastecimento do Ministério da Agricultura, as quais prevêem a cultura e o consumo da soja em todo o território nacional.

Além disso, o Programa de Complementação Alimentar, com produtos adquiridos na indústria brasileira, por concorrência pública, atua, também, como agente neutralizador de nossa dependência de produtos importados, em particular do leite desidratado.

O leite importado, com preços subsidiados pelos países produtores, chegava ao Brasil a preços bem mais baixos que o produto nacional. Com a crise do petróleo, os países produtores passaram a retirar, progressivamente, os subsídios, amedrontados com a participação desses subsídios na inflação que antes desconheciam. Assim, o preço do leite no mercado internacional sofreu modificações significativas.

O leite em pó que, em 1979, era importado no Mercado Comum Europeu a 480 dólares a tonelada está custando hoje 1.100 dólares. E o Brasil importa 55.000 toneladas para suprir seu consumo. Mesmo a esse preço, o leite importado ainda sai mais barato que o produto nacional, que já está a Cr\$ 172,00 (cento e setenta e dois cruzeiros) o kg, na forma desidratada (o que equivale a 2.500 dólares a tonelada).

Na formulação dos produtos do PCA, o GH-3 e o MO-2, como vimos, entram apenas 15% e 16% de leite de vaca desidratado. Isso significa que, com 1 tonelada de leite em pó, o PCA gera cerca de 6 toneladas dos produtos que utiliza, contribuindo, pois, com substancial proporção na redução de nossa dependência econômica.

Quero mostrar ainda que, quando iniciamos o PCA, em agosto de 1977, nosso produto mais caro, o GH-3, custava Cr\$ 31,46 (trinta e um cruzeiros e quarenta e seis centavos) e o leite em pó custava Cr\$ 37,79 (trinta e sete cruzeiros e setenta e nove centavos).

(Ver prancha nº 9)

Hoje, como se pode ver, a diferença de preços foi se acentuando bastante, o GH-3, que ainda é o mais caro de nossos produtos, está custando Cr\$ 97,60 (noventa e sete cruzeiros e sessenta centavos), enquanto o preço do leite em pó já atinge Cr\$ 172,00 (cento e setenta e dois cruzeiros).

E diga-se que sobre o preço de nossos produtos, a LBA ainda tem direito a 15% de ICM que os fornecedores, dispensados, substituem por mercadorias.

De 1977 a 1980 foram estes os recursos alocados pela LBA em seu Programa de Complementação Alimentar:

(Ver prancha nº 10)

Enquanto funciona como regulador e neutralizador da dependência externa de leite, o PCA atua, também, como mecanismo gerador de novas oportunidades de trabalho para a população menos qualificada.

Realmente, o Programa de Complementação Alimentar da LBA tem estimulado a nossa emergente indústria de alimentos, particularmente a agroindústria, que é a que mais absorve mão-de-obra indiferenciada.

E registre-se que, baseando seu programa em alimentos formulados e apoiando, assim, a indústria brasileira de alimentos, a LBA, através do PCA, vem cumprindo um dos principais traços da política industrial do III PND, que prevê a concessão de "preferência ao desenvolvimento das pequenas, médias e microempresas nacionais, especialmente às agroindustriais, às produtoras de bens de consumo essenciais e populares e às que incorporem os resultados dos esforços nacionais de pesquisa científica e tecnológica".

Ainda sobre o PCA é bom declarar que, com base em pesquisas realizadas em Brasília pelo Prof. João Bosco Salomón, num universo de 500 crianças de Sobradinho, ficaram sobejamente comprovados os resultados benéficos da ingestão dos produtos distribuídos, até mesmo com reflexos no prolongamento do período de aleitamento materno das mulheres atendidas pelo PCA.

IV — Conclusão

PCA no III PRONAN; A merenda do pré-escolar; A ampliação dos programas de creches; A posição e a proposição da LBA; A expansão de programas de suplementação alimentar e a institucionalização da merenda do pré-escolar.

Espero ter apresentado, com clareza, embora de maneira sucinta, as contribuições de ordem econômica, biológica e social do Programa de Complementação Alimentar da LBA.

Os Senhores receberão nosso pacote de documentos com mais informações sobre o Diagnóstico Nutricional Brasileiro, sobre o Programa de Complementação Alimentar e os resultados de sua avaliação em Brasília, e também sobre os demais programas da LBA.

Quero, por fim, que minhas últimas palavras neste painel sejam de otimismo e esperança.

A primeira esperança é de que, com a ampliação do orçamento da LBA para o próximo exercício e com a implantação do III PRONAN, também

para 1981, nosso Programa de Complementação Alimentar receba a ênfase merecida por seus objetivos sadios, para podermos, assim, ampliá-lo e expandi-lo, levando-o, como é nosso desejo, às regiões metropolitanas do Nordeste do País.

Minha segunda esperança é de que as entidades que se dedicam ao desenvolvimento de programas de alimentação, INAN, LBA, CNAE e outros organismos da área social, unam decididamente seus esforços e recursos para criar, em todas as creches do País, a desejada e necessária *merenda do pré-escolar*.

É esta merenda que deve ser, de forma institucionalizada, fornecida nas creches, onde a criança de 2 a 6 anos passe a receber, além dessa alimentação adequada, cuidados médicos, odontológicos e pedagógicos.

A sociabilização do pré-escolar e uma alimentação bem dosada são fatores decisivos na formação da capacidade intelectual das crianças que chegam a escola primária.

O grau de evasão e repetência, segundo declarações recentes do senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Eduardo Portella, atinge 60 por cento. Acreditamos, e temos mesmo algumas pesquisas realizadas pela LBA no Nordeste, que as crianças provenientes de nossas creches, convenientemente alimentadas, apresentam um índice de apenas 20 por cento de reprovação na primeira série do primeiro grau. Quero crer que este seja um dos indicadores expressivos em favor da *institucionalização da merenda do pré-escolar*.

A LBA atende, em todo o país, duzentas e cinquenta mil crianças em creches-casulo, diretamente ou através de convênios com entidades sociais. É nossa ambição atender, até o fim deste ano de 1980, um milhão de pré-escolares e para isso estamos empenhados numa vasta campanha de mobilização da comunidade e do voluntariado.

Creio, finalmente, que, na medida em que puderem ser expandidos os programas prioritários da LBA, quais sejam os de proteção e alimentação às gestantes, às nutrízes e aos pré-escolares carentes, os males da subnutrição serão progressivamente reduzidos e até eliminados de nossa sociedade.

De tudo que foi dito, julgo ter ficado claro que, para mim, a prioridade nacional é a busca da solução da crise da *energia humana*, mediante uma firme e decisiva política de nutrição para os grupos mais vulneráveis de nossa população.

Que fiquem claras, igualmente, a posição e a proposição da LBA, que se resumem:

a) no apoio integral à expansão de programas de suplementação alimentar para grupos biologicamente carentes, como gestantes, nutrízes e crianças de até três anos, dando-se, concomitantemente, ênfase à importância fundamental do aleitamento materno durante os seis primeiros meses de vida da criança;

b) na ampliação de creches, nelas institucionalizando-se a distribuição de alimentos adequados aos pré-escolares carentes.

Isto, enfim, é o surgimento da *merenda do pré-escolar*, que se ligaria, sem nenhuma solução de continuidade, à merenda escolar já consolidada.

Com essas medidas, o Governo completará o processo indispensável no combate à desnutrição; fechará a *corrente de sobrevivência* digna e estará fazendo algo bem concreto em benefício das futuras gerações brasileiras.

Espero contar com a ajuda de todos que aqui me ouvem, sugerindo-nos, com a experiência rica e diversificada de seus respectivos campos de ação, medidas capazes de dotar a LBA dos instrumentos imprescindíveis à operacionalização de seus projetos de tão grande alcance social.

Nós julgamos que, só com a contribuição e com a força do voluntariado, com o engajamento de todas as comunidades junto ao trabalho do Governo, só com esta união, poderemos levar avante a inadiável cruzada pela erradicação da miséria em nosso País.

Muito obrigada.

Anexos

Relação das Pranchas utilizadas durante a palestra

Nº 1 — Pesquisa IBOPE/SECOM — 1980

Nº 2 — Palavras do Dr. Antônio Delfim Netto — 1978

Nºs 3 e 4 — Consumo calórico das regiões brasileiras e sua comparação percentual com outros países, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Nº 5 — Distribuição proporcional dos gastos familiares e consumo calórico por classe de despesa global familiar (Região Sul).

Nº 6 — Distribuição proporcional dos gastos familiares e consumo calórico por classe de despesa global familiar (Região Nordeste).

Nº 7 — Clientela do Programa de Complementação Alimentar.

Nº 8 — Produtos do Programa de Complementação Alimentar.

Nº 9 — Comparativo de preços: GH-3 e leite integral.

Nº 10 — Recursos aplicados no Programa de Complementação Alimentar — 1978 a 1980.

PRANCHA Nº 01

DENTRE ESTES ASSUNTOS, QUAL OU QUAIS VOCÊ ACHA QUE DEVERIAM TER PRIORIDADE?

5300 pessoas em 15 capitais

	%
ALIMENTAÇÃO	87,7
EDUCAÇÃO	51,4
HABITAÇÃO	41,5
SEGURANÇA PÚBLICA	34,7
TRANSPORTE	15,8
OUTROS	2,2
SEM OPINIÃO	0,6

os índices somam mais de 100 porque a pergunta comporta múltipla resposta

FONTE — pesquisa ibope - secom 1980

PRANCHA Nº 02

"POUCO ADIANTA DAR SUPRIMENTO ALIMENTAR DEPOIS, POUCO ADIANTA DAR EDUCAÇÃO DEPOIS, POUCO ADIANTA DAR ASSISTÊNCIA DE SAÚDE DEPOIS; PORQUE O CARENCIADO TEVE COMPROMETIDA A FORMAÇÃO DE SEU CÉREBRO E DE SUA CAPACIDADE DE APREENSÃO. POR CULPA DA SOCIEDADE, ELE SERÁ INFERIORIZADO NA SUA CAPACIDADE DE COMPETIR COM OS OUTROS."

— ANTONIO DELFIM NETO, JORNAL DO BRASIL
RIO DE JANEIRO, 21 DE JULHO DE 1978.

PRANCHA Nº 03

CONSUMO CALÓRICO DAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL E SUA COMPARAÇÃO PERCENTUAL COM PAÍSES DESENVOLVIDOS

PAÍSES	AUSTRÁLIA (3339)	ALEMANHA (3437)	E. U. A. (3540)	FRANÇA (3748)
BRASIL				
RIO DE JANEIRO (7132)	63,9	62,0	60,2	63,7
SÃO PAULO (7179)	65,3	63,4	61,5	65,1
REGIÃO SUL (7418)	72,4	70,4	68,3	72,2
MINAS-ESP. SANTO (7711)	66,2	64,3	62,4	66,0
NORDESTE (1930)	57,8	56,2	54,5	57,6
NORTE (1925)	57,7	56,0	54,3	57,5
DISTRITO FEDERAL (1954)	58,5	56,9	55,2	58,4

FONTE — IAD/ENDEF, 1975

PRANCHA Nº 04

CONSUMO CALÓRICO DAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL E SUA COMPARAÇÃO PERCENTUAL COM OUTROS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

PAÍSES	ANGOLA (1987)	BENIN (1949)	GUINÉ (2145)	HAITI (2201)	OLÍMPIA (1870)
BRASIL					
RIO DE JANEIRO (7132)	106,8	109,4	99,4	106,1	114,6
SÃO PAULO (7179)	109,1	111,8	101,6	108,5	117,2
REGIÃO SUL (7418)	121,1	124,1	112,7	120,4	130,0
MINAS-ESP. SANTO (7711)	110,7	113,4	103,1	110,1	118,9
NORDESTE (1930)	96,6	99,0	95,0	96,1	103,4
NORTE (1925)	96,4	98,8	89,7	95,8	103,5
DISTRITO FEDERAL (1954)	97,8	100,3	91,1	97,3	105,1

FONTE — IAD/ENDEF, 1975

PRANCHA Nº 03 e 04

CONVENIO CALÓRICO DAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL
E SUA COMPARAÇÃO PERCENTUAL COM OUTROS PAÍSES

PAÍSES	PAÍSES DESMOLHIZES				PAÍSES PASTORALIZES			
	ARGENTINA (1979)	ALGERIA (1979)	EUA (1979)	FRANÇA (1979)	ARGENTINA (1979)	ALGERIA (1979)	EUA (1979)	FRANÇA (1979)
PAÍS DE JERÊRO (1979)	63,9	62,0	60,2	63,7	106,8	120,8	99,4	105,1
PAÍS DE JERÊRO (1979)	65,3	63,4	61,5	65,1	109,1	111,8	101,6	107,2
PAÍS DE JERÊRO (1979)	72,4	70,4	68,3	72,2	121,1	124,1	112,7	120,0
PAÍS DE JERÊRO (1979)	66,2	64,3	62,4	66,0	110,7	113,4	105,1	110,9
PAÍS DE JERÊRO (1979)	57,8	56,2	54,5	57,6	96,6	99,0	90,0	96,1
PAÍS DE JERÊRO (1979)	57,7	56,0	54,3	57,5	96,4	98,8	89,7	95,8
PAÍS DE JERÊRO (1979)	59,5	56,9	55,2	58,4	97,8	100,3	91,1	97,3

Fonte: FAO/UNEP, 1975

PRANCHA Nº 05

SUL

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CASOS FAMILIARES
E, COMO CÁLCULO POR CLASSE DE DESPESA FAMILIAR

TIPO DE FAMÍLIA	TOTAL	CLASSES DE DESPESA FAMILIAR (R\$ - MÊS 74 - C\$ 125,30 MÊS 75)							
		1,0	1,0 A 1,5	1,5 A 2,0	2,0 A 2,5	2,5 A 3,0	3,0 A 3,5	3,5 A 4,0	4,0 A 4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ALIMENTAÇÃO	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5
VESTUÁRIO	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6
TRANSPORTE	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
RECREIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
OUTROS	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6
ALIMENTAÇÃO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
VESTUÁRIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
TRANSPORTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
RECREIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
OUTROS	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

PRANCHA Nº 06

NORDESTE

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CASOS FAMILIARES
E, COMO CÁLCULO POR CLASSE DE DESPESA FAMILIAR

TIPO DE FAMÍLIA	TOTAL	CLASSES DE DESPESA FAMILIAR (R\$ - MÊS 74 - C\$ 125,30 MÊS 75)							
		1,0	1,0 A 1,5	1,5 A 2,0	2,0 A 2,5	2,5 A 3,0	3,0 A 3,5	3,5 A 4,0	4,0 A 4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ALIMENTAÇÃO	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5
VESTUÁRIO	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6	15,6
TRANSPORTE	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
RECREIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
OUTROS	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6	57,6
ALIMENTAÇÃO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
VESTUÁRIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
TRANSPORTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
RECREIO	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
OUTROS	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

PRANCHA Nº 07

PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR
CLIENTELA

D.F.	GESTANTES E NUTRIENTES	CRIANÇAS DE 03 A 11 MESES	CRIANÇAS DE 12 A 36 MESES	TOTAL
RJ	30.858	41.702	53.546	125.622
MG	38.883	35.350	63.633	138.222
DF	14.442	13.941	17.622	46.143
TOTAL	84.193	90.993	134.801	309.987

PRANCHA Nº 08

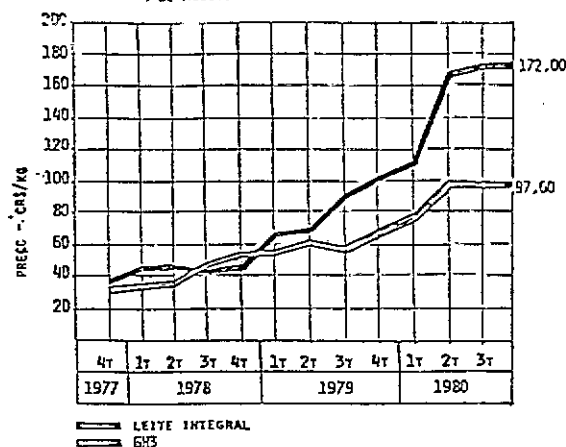
PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR
PRODUTOS

GH3 - PRODUTO SOLÚVEL PARA MANEIRA DE CRIANÇAS DE 3 A 12 MESES DE IDADE. COMPOE-SE DE 14% DE LEITE EM PO INTEGRAL, 14% DE EXTRATO DE SOJA, 6% DE SOJA TEXTURIZADA E MAIS FARINHA DE ARROZ, DEXTRINOMALTOSE, SACAROSE, GORDURA HIDROGENADA, VITAMINAS E SAIS MINERAIS.

NO2 - ALIMENTO TIPO "VITAMINA", PARA CRIANÇAS DE 12 A 36 MESES E NUTRIENTES. COMPOE-SE DE 15% DE LEITE EM PO DESNATADO, 15% DE EXTRATO DE SOJA, 5% DE SOJA TEXTURIZADA E MAIS DEXTRINOMALTOSE, SACAROSE, FARINHA DE ARROZ, POLVILHO DOCE, VITAMINAS, GORDURA E SAIS MINERAIS. É APRESENTADO NOS SABORES MORANGO E CHOCOLATE.

SO03 - SOPA, SOLÚVEL EM ÁGUA, DESTINADA A GESTANTES E NUTRIENTES. APRESENTA 17% DE SOJA TEXTURIZADA, 30% DE FARINHA DE FEIJÃO PRETO, GORDURA HIDROGENADA, DEXTRINOMALTOSE, FARINHA DE ARROZ, SAL, CONDIMENTOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS.

PRANCHA Nº 09

COMPARATIVO DE PREÇOS DO GH3 COM LEITE INTEGRAL
(DE AGOSTO DE 1977 A AGOSTO DE 1980)

PRANCHA Nº 10

PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR
CUSTOS

ANO	RECURSOS APLICADOS	CLIENTELA	PER-CAPITA/ANO
1978	R\$ 305.000.000,00	271.245	1.124,00
1979	R\$ 402.000.000,00	279.867	1.297,00
1980	R\$ 511.000.000,00	310.000	2.756,00

O PROGRAMA FOI INICIADO EM OUTUBRO DE 77 NO RIO DE JANEIRO, EXPANDINDO-SE PARA OUTROS ESTADOS DO BRASIL ANO A ANO.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1980 (nº 2.888/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, autorizando a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.241 e 1.242, de 1980, das Comissões:

- de Agricultura, e
- de Finanças.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1980

(Nº 2.888/80, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Autoriza a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a promover a alienação, por doação modal, ao Estado do Pará, da área de 22.045 ha (vinte e dois mil e quarenta e cinco hectares e quarenta e quatro ares), de propriedade da União, a ser desmembrada da Gleba Três Braços, situada no Município de Marabá, Estado do Pará.

Art. 2º O imóvel aludido do art. 1º desta Lei destina-se à transferência, pelo Estado donatário, a Romero Mariano de Almeida, José Niuton da Silveira, Lucia Nely de Carvalho Silveira, Adair José Leonel, Diva Conceição Fraga Leonel, Joaquim Orácio da Silva, Maurílio José Machado, José Freitas Pires de Campos e Francisco José de Camargo, que tiveram suas terras ocupadas com a implantação da Colônia Agropastoril Nova Esperança, localizada no Município de Santana do Araguaia — desmembrada do Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, de que tratam os processos ITER-PA nº 495/76 e INCRA/BR/Nº 5.591/77.

§ 1º A alienação de que trata este artigo será igualmente gratuita e a dimensão das áreas de cada lote deverá corresponder às áreas de propriedade das pessoas citadas, cujas terras foram ocupadas com a implantação da Colônia Agropastoril Nova Esperança.

§ 2º Quando da transferência dos lotes para o domínio privado, para aqueles que ultrapassaram o permissivo constitucional de 3.000 (três mil hectares), o Estado do Pará deverá obter autorização prévia do Senado Federal, na forma do parágrafo único do art. 171 da Constituição Federal.

Art. 3º A doação ao Estado do Pará resolver-se-á, revertendo as terras ao patrimônio da União, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa do encargo previsto no art. 2º, e se deixarem de ser obedecidas as disposições expressas no § 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1980 (nº 51/80, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do acordo sobre a implementação do artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo, bem como da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.247 a 1.249, de 1980, das Comissões:

- de Relações Exteriores;
- de Economia; e
- de Finanças.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1980

(Nº 51/80, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos sobre a implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo, bem como da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979.

Art. 1º Ficam aprovados os textos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo e da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, concluídos em Genebra a 12 de abril de 1979.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, tendo

PARECERES, sob nºs 1.039 e 1.040, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável;

— de Legislação Social, favorável.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1980

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Eliminam-se do artigo 1º da Lei nº 5.527, de 1968, as seguintes palavras “e de idade”.

Art. 2º Entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 6:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1980, do Senador Passos Pôrto, que estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviço de engenharia, tendo

PARECERES, sob nºs 1.122 e 1.123, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Economia, favorável.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 1980

Estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviço de engenharia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O apoio do Governo Federal à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviços de engenharia se dará em obediência ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Os órgãos federais, bem como as instituições de apoio financeiro e entidade gestora de incentivos fiscais, setoriais e regionais, deverão dar prioridade nos processos de associação de capital nacional e estrangeiro:

I — Ao fortalecimento da posição do sócio nacional, que terá preferência na negociação inicial, e a quem será oferecido, quando necessário, recursos para capitalização, através dos mecanismos oficiais.

II — Ao sócio estrangeiro, que der garantia da abertura da tecnologia externa de processos e/ou produtos, de forma a possibilitar ao sócio nacional obter a efetiva transferência da tecnologia e sua assimilação.

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito público ou empresas sob o seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias, bem como as instituições de apoio financeiro e entidades gestoras de incentivos fiscais e outros benefícios, setoriais e regionais, adotarão procedimento de, uma vez identificada qualquer oportunidade de investimento, procurar esgotar as possibilidades da participação do setor privado nacional.

Art. 4º Para a utilização, absorção e nacionalização de tecnologia, as entidades mencionadas no artigo 2º desta Lei darão prioridade:

I — Ao aproveitamento da tecnologia existente no País.

II — À execução, no País, da engenharia básica e processual.

III — À realização, no País, de toda a engenharia de detalhamento.

IV — Ao maior índice de nacionalização possível nas máquinas, inclusive componentes.

Art. 5º A importação de bens de capital, tais como máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, com redução ou isenção de impostos e taxas, só poderá ser efetivada, uma vez comprovada, pelo órgão competente, a inexistência de similar e/ou capacidade de produção nacional.

Parágrafo único. Aplica-se também o disposto neste artigo à contratação de serviço de engenharia.

Art. 6º Na execução de projetos de interesse de empresas e/ou órgãos oficiais, mesmo amparados por financiamentos externos, adotar-se-á a obrigatoriedade de determinar primeiro o montante do fornecimento de equipamento pela indústria nacional, realizando, em seguida, licitação internacional ou outra forma de negociação para a parcela a ser adquirida no exterior.

Parágrafo 1º O montante do fornecimento de equipamento pela indústria nacional será determinado pelo exame, por órgão competente, de existência de similar nacional e/ou capacidade de produção nacional.

Parágrafo 2º Nos casos de consórcios para fornecimentos, dar-se-á preferência àqueles sob a liderança de empresas nacionais, às quais deverá ser confiada a posição de contratante principal.

Art. 7º Os órgãos e entidades de administração federal, direta e indireta, somente poderão importar diretamente ou adquirir no País, arrendar ou locar bens de capital de origem externa, tais como máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumento, uma vez comprovada, pelo órgão competente, a inexistência de similar e/ou de capacidade de produção nacional.

Parágrafo único. Aplica-se também o disposto neste artigo à contratação de serviços de engenharia.

Art. 8º A política a ser adotada na área de bens de capital e de serviços de engenharia deverá compreender, basicamente, os seguintes princípios e normas:

I — Os órgãos mencionados no artigo 2º desta lei e outros com atribuições legais da mesma natureza, quando da análise e aprovação de projetos, deverão observar um equilíbrio de evitar, de um lado, o monopólio, e, de outros, o excessivo número de empresas da mesma linha de produção, visando uma relativa especialização e a obtenção de um adequado grau de competição.

II — A diretriz estabelecida na alínea anterior deverá ser seguida pelo BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no apoio e participação em financiamento, e pela FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial, no credenciamento de fornecedores, bem como pelas empresas oficiais setoriais compradoras, inclusive as pessoas de direito público ou empresas sob seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias.

III — O Poder Executivo promoverá e incentivará todo esforço pela progressiva nacionalização de componentes.

Art. 9º O disposto nesta Lei será aplicado aos órgãos da administração direta e indireta dos Estados e dos Municípios nos seus projetos que tenham amparo e participação do Governo Federal.

Art. 10. Esta lei será regulamentada no prazo de cento e oitenta dias e entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 7:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1980, do Senador Henrique de La Rocque, que altera a redação do artigo 394 do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao artigo 34 do Código de Processo Penal Militar, tendo PARECER, sob nº 1.035, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

Em discussão o projeto e a emenda, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, declaro-a encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda a ele oferecida.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 1980

Altera a redação do artigo 394 do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao artigo 34 do Código de Processo Penal Militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 394 do Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 394. Ao lhe ser apresentada a denúncia ou a queixa, e antes de se pronunciar sobre sua aceitação ou rejeição, o juiz mandará citar o Acusado para que replique a acusação dentro de cinco dias.

§ 1º A réplica versará, exclusivamente, sobre a existência de qualquer das causas de rejeição previstas no artigo 43.

§ 2º Se o juiz receber a denúncia ou a queixa, designará dia e hora para o interrogatório, intimando o réu, o Ministério Público, e, se for o caso, o querelante ou o Assistente, na data aprazada”.

Art. 2º Acrescente-se ao artigo 34 do Código de Processo Penal Militar, o seguinte parágrafo:

“§ Ao lhe ser apresentada a denúncia, o Auditor mandará citar o Acusado para que replique a acusação, em 5 dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passa-se à votação da emenda. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de redigir o vencido para o segundo turno regimental.

É a seguinte a emenda aprovada

EMENDA Nº 1-CCJ

Acrescentem-se:

“Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 8:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980 do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 8, DE 1981

Nos termos do art. 310, alínea “c”, do Regimento Interno, requerido adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 142/80, a fim de ser feita na sessão de 8 de abril de 1981.

Salas das Sessões, 11 de março de 1981, — *Orestes Quêrcia*

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — De acordo com a deliberação do Plenário a matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar na data fixada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à votação do Requerimento nº 7, de 1981, de autoria do nobre Senador Dirceu Cardoso, lido no Expediente, e que, nos termos regimentais, deverá ser apreciado nesta oportunidade.

O requerimento refere-se a que o tempo de expediente da sessão da próxima sexta-feira, dia 13, seja dedicado a homenagear a memória do ex-Senador Raul Giubert, ilustre ex-representante do Espírito Santo no Senado Federal.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Há, ainda, oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabamos de assistir a uma aula sobre a Amazônia e falar sobre o Nordeste, depois de ouvir o Senador Evandro Carreira falar sobre a Amazônia, é algo de perigoso, é sair da opulência para o esquálido, é sair do rico para o pobre, mas este, afinal de contas, é o Brasil; e é uma pena que esta Casa, que é o poder chamado Poder Legislativo, não exerça exatamente as suas prerrogativas, porque o que caracteriza o Poder Legislativo é o poder da palavra, o poder do *parla*, daí, Parlamento.

Mas, infelizmente, coisas como as que foram ditas aqui à tarde, pelo Senador Evandro Carreira, coisas como as que temos dito diariamente nestes últimos dias ou, precisamente, nesta semana, sobre o Nordeste, não são consideradas.

Então, se a nossa força, se o nosso poder está na palavra e a palavra não tem acolhimento por parte dos outros Poderes e, especialmente, pelo Poder Executivo, esta é a maior prova do desprestígio do Poder Legistivo.

E ainda há quem de nós, nesta Casa, venha protestar contra o uso da palavra; achar que falar sobre a Amazônia ou falar sobre o homem flagelado do Nordeste é exercer, pura e simplesmente, um ato de demagogia.

A aula dada pelo eminente Senador Evandro Carreira, como tantas outras que tem proferido nesta Casa, infelizmente, vai ficar apenas nos Anais, vai ser lembrada, amanhã ou depois, de forma melancólica.

Mas, quero, precisamente, Sr. Presidente, deixar consignada nos Anais do Senado, rapidamente, a consideração a respeito de uma proposta feita hoje à tarde, aqui, pelo nobre Senador Dinarte Mariz.

O Senador Dinarte Mariz que também, ao que parece, está abdicando do direito da palavra e que critica aqueles que falam, sugeriu que se fizesse uma Emenda Constitucional a fim de, nessa Emenda, o Poder Legislativo aquinhoar o Nordeste com recursos capazes de enfrentar as situações calamitosas de seca. Ora, esta idéia não tem nada de novo, pois, praticamente, a cada ano, ela é transformada, ou melhor, ela é aplicada e rechaçada.

Mas quero, antes de mais nada, declarar que apóio a idéia do nobre Senador Dinarte Mariz; que ele traga a emenda à Constituição e terá o nosso apoio. Mas, ao mesmo tempo, desejo tornar claro que a tragédia da seca conta hoje um Partido totalmente mobilizado para acompanhar os acontecimentos no Nordeste, que é o PMDB. Resolvemos, numa reunião de Bancada, indicar, depois de entendimento com a Câmara Federal, uma comissão que vai assistir permanentemente o quadro sertanejo. Não temos dinheiro, não temos como influir no Governo, não temos nenhuma bola de cristal e nem os "poderes de Aladim" mas temos o poder da palavra e vamos usar este poder. Se nos chamarem de agitadores de massas flageladas, que importa, se os próprios flagelados já estão ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional?

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Não é possível!

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Se já se faz a notícia de que ex-líderes estudantis, no caso específico, Wladimir Palmeira, estão agitando nas regiões da Paraíba e Ceará! E aqui quero abrir um parêntese: recebi a comunicação do Palácio Floriano Peixoto, em Alagoas e, portanto, uma comunicação feita pelo Governador Guilherme Palmeiras, de que seu irmão, Wladimir Palmeira, ex-líder estudantil, encontra-se em Alagoas há mais de 40 dias, inclusive assistindo a sua esposa, que esteve doente e por último deu à luz, e não arredou pé de Maceió nestes últimos 40 dias. Entretanto, os jornais estão divulgando fotografias de Wladimir Palmeira agitando massas no Ceará.

Ora, este é o início de uma nova estratégia política estabelecida pelo Governo para macular a ação de todo aquele que se atreva, neste País, a estender a mão à tragédia.

Mais uma vez quero, aqui, tornar bastante claro que o Sr. Wladimir Palmeira não se encontra no Ceará, nem em outro Estado nordestino que não seja o Estado de Alagoas. É um embuste, é uma mentira, é uma agressão a quem, hoje, está procurando trabalhar ordeiramente, a quem, hoje, está procurando reorganizar a sua vida depois de tantos e tantos anos no exílio.

E, mais ainda: há uma preocupação nessa notícia, que é a de atingir o próprio irmão na chefia do Governo do Estado de Alagoas. Sinto-me muito bem para falar sobre este assunto porque sou adversário político do Sr. Go-

vernador do Estado de Alagoas, Guilherme Palmeira, mas também conheço as criaturas humanas que são os filhos do ex-Senador Ruy Palmeira.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo, pelas suas expressões nesta Casa, procura minimizar o problema da seca, porém, por mais que queira o Governo não consegue, de maneira alguma, evitar que inclusive a grande imprensa nacional dedique páginas e páginas a esse grave acontecimento.

Está aqui *O Estado de S. Paulo*, onde inclusive há um editorial sobre a seca, está aqui a *Folha de S. Paulo*, uma página inteira, inclusive também um editorial sobre a seca; e o *Jornal do Brasil*, uma página inteira e um editorial.

Ora, se isso não constitui fato da maior gravidade dentro do País, pergunto: o que é que está acontecendo neste País de mais importante para ser considerado pelos dois Poderes, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, do que a tragédia da seca no Nordeste? Será porventura a viagem imprudente do Senhor Presidente da República à Colômbia? Mas por que ele não gasta essa coragem indo ao Nordeste? Por que pelo menos ele não vai chorar no Nordeste, como chorou o Presidente Médici? O Presidente Médici há 8 anos, — e este episódio foi hoje recordado, aqui, pelo Senador Luiz Cavalcante — assistindo ao flagelo da seca chorava e prometia à Nação que aquele episódio jamais se repetiria. E foi também nesta oportunidade que ele, o Presidente Médici, reconheceu que a economia ia bem e o povo ia mal, oito anos depois...

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Todos dois vão mal.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — A economia vai mal e o povo pior.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Hoje a economia vai mal e o povo péssimo.

E o Governo continua a se voltar contra nós, como se nós, da Oposição, fôssemos os causadores da seca, da fome, da desgraça, da corrupção, da inflação, da falta de caráter, da falta de competência.

Não, não fomos nós que criamos essas criaturas! Compete, portanto, à Oposição, e aqui, evidentemente, estamos todos em pé de igualdade, — PMDB, PP, PT, todos os Partidos de Oposição, — é hora de se convocar a Oposição, e ela se dirigir ao Nordeste.

Se alguma coisa acontecer neste País, rápido, próximo, será no Nordeste. Prestem atenção ao Nordeste, esta é a minha advertência! Quando um Cardeal da compostura do Cardeal Aloysio Lorscheider, com a responsabilidade de bispo da Igreja Católica, com a responsabilidade de Arcebispo de Fortaleza e Cardeal, declara que o ataque para obter alimentação para a sobrevivência é justo, é porque ele passou a considerar o fenômeno como o mais grave da história das secas do Nordeste. Não se trata de um homem leviano, não se trata de um homem que queira tirar proveito de uma palavra imprudente. Trata-se de um homem absolutamente estruturado, não só na sua fé como na compreensão dos problemas brasileiros.

Conheço muito de perto Dom Aloysio Lorscheider, e diante de sua palavra eu me curvo. E, inspirado em sua palavra é que chamo a atenção dos poderes de Brasília para a Região Nordeste. Das margens do Rio São Francisco, em Alagoas, até o interior do Piauí, o quadro é o mesmo, e vem sendo o mesmo há 3 anos, Sr. Presidente. E há 3 anos que se adverte para o Governo sobre a extensão e a gravidade da calamidade. Entidades científicas forneceram elementos indicadores do prosseguimento da estiagem, e foi o próprio Governo que repudiou essas informações, que inclusive não deu qualquer assistência a esses órgãos, muito embora os Senadores que fizeram parte da Comissão de Assuntos Regionais, ainda no ano passado, tivessem solicitado do Poder Público o mínimo suficiente para que esses órgãos científicos pudessem melhor assessorar o Governo sobre a situação da seca no Nordeste.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Nobre Senador, permita-me um breve aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Nobre Senador Teotônio Vilela, V. Ex.^a está falando com muita propriedade. Faço parte da Comissão de Assuntos Regionais, estivemos no Centro Tecnológico da Aeronáutica, um dos centros de estudos mais sérios e responsáveis deste País.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Da América Latina!

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Homens estudiosos, dedicados e fiéis à Ciência, não distorceram, foram fiéis à verdade ao orientar o Governo: esta seca será de 7 anos exatamente em dezembro de 1978, isto foi em 1978. E 1981 será um ano terrível, desolador. Foi previsto em cálculos, matemática, estatística, tudo: levantamentos meteorológicos, tudo incidia nesta afirmação. Mas o Governo veio a lume, desautorizando, desmentindo o CTA, dizendo que aquilo se tratava apenas de uma brincadeira matemática era uma...

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Uma especulação vazia.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB-AL) - É. Uma especulação trigonométrica, compreendeu? De cálculo, de artificialismo, a seca não acontecia com tanta persistência.

Veja bem a que ponto vai a temeridade da incompetência e da mediocridade!

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Nobre Senador, a incompatibilidade entre a estrutura de Governo, a burocracia brasileira e a intelectualidade científica é patente.

Quero aqui recordar, por exemplo, o caso do motor a álcool, estudado pelo CTA. Quando certa vez eu anunciei a situação em que se encontravam os estudos sobre o motor a álcool, ouvi de certo Ministro a seguinte expressão: "Senador, o Sr. vá cuidar das suas utopias políticas. Saia dessa área, porque jamais, jamais o brasileiro vai ter condições de fazer um motor, porque aqueles que são estudiosos há anos, desta matéria, até hoje não nos disseram nada". Quer dizer, ele queria se referir aos americanos, aos ingleses, aos franceses, aos italianos que têm fábricas de automóveis e com motores para gasolina; e como eles, até agora, não tinham se dado ao cuidado de trabalhar no motor a álcool e nem tinham avisado a S. Ex^{as}, os governantes de Brasília, ele achava que ninguém jamais poderia conceber um motor a álcool. Isso é a pura verdade. E quando girou o primeiro motor a álcool foi um escândalo. Creio que todos aqui se recordam do dia em que chegou um carro a álcool em Brasília, foi a mesma coisa que tivesse aqui desfilado um rinoceronte! Todo mundo correu para ver. O Governo ficou abismado, disse: coisa fantástica! De onde surgiu? De que toca é que saiu?

Quer dizer, não se admite que alguém estude, que alguém saiba, que alguém tenha conhecimento, que alguém seja sério e capaz neste País. Tem que ser essa malandragem da burocracia brasileira acima de tudo. Esta é a desgraça do nosso País. Hoje estão aí os motores a álcool. Estamos oferecendo às companhias internacionais de automóveis de graça, quando nada de graça recebemos por parte dos estrangeiros. Hoje, lá fora se pede o motor a álcool do Brasil, como se pede a tecnologia da fabricação de álcool. Coisa que poderíamos vender, mas que para se construir contou com uma resistência terrível desses mesmos homens que aí estão. São inimigos do País, como são inimigos do Nordeste. O que se está praticando no Nordeste é um genocídio; está se brincando com isso. Levanta-se, agora, o manto de suspeita sobre possíveis agitadores naquela região. Mas que prendam os agitadores desde que sejam agitadores.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Com muita satisfação, já darei o aparte a V. Ex^a.

Mas, generalizar, dizer que no meio de todos aqueles que, tocados pela fome, investem contra feiras e armazéns de víveres, que todos eles estão sendo dirigidos por subversivos, é um desrespeito, desrespeito à própria fome, ao homem nordestino, a todos nós.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — V. Ex^a tem razão, nobre Senador, é um desrespeito à inteligência, inclusive do nordestino e do povo brasileiro, porque tentar impingir à consciência nacional de que estômago tem ideologia é uma aberração só digna dos obtusos, dos pouco pensantes, dos tecnocratas brasileiros. Eles são péssimos leitores da História, que sabem que os imberberes líderes da Revolução Francesa não tinham nada a ver com ideologia, que sabem que toda revolução, legitimamente chamada revolução, nasce do fosso entre governo e povo, somado com o tempero do desespero e da fome. V. Ex^a não poderia prosseguir no seu discurso sem o apoio irrestrito e total do meu Partido e do meu Estado, que vêm temerosos que se acendam as fogueiras da rebelião que ninguém deseja mas que os olhos dos que querem ver estão a enxergar na miséria profunda e lamentável que está cobrindo a nossa região.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, ainda hoje à tarde, ouvi da Bancada governista que estavam dedicados a uma crítica seca, contundente, da situação do Nordeste e sequer lembrávamos de que havia muita soja, muita cana-de-açúcar e muitas outras coisas sugeridas, pelo ilustre Senador, e eu simplesmente queria dizer o seguinte: o Governo, até hoje, não teve nada a ver com a soja, não foi nenhum programa oficial; é o homem brasileiro, o agricultor que, na verdade, preferiu o plantio da soja e que, inclusive, está lutando contra a má vontade do Governo. A mesma coisa ocorre com toda sorte de produção neste País. A presença do Governo é pura e simples a de arrecadar o imposto — com o que já nos dariamos por satisfeitos, e também a de prejudicar, a de perseguir, a de exercer o poder de sua autoridade voltado para aquela concepção tribal, africana de que, diante do governado ele tem que provar que aquele governado é uma pobre criatura humana e que ele tem que humilhar. Esta a presença

do Governo no setor produtivo. Lembra muito bem aquela figura excepcional de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*: o soldado amarelo do qual o sertanejo, este sertanejo que ainda hoje está sofrendo, dele corria espavorido mesmo quando ele queria socorrê-lo, tal o complexo histórico de perversidade praticada pela entidade policial contra o cidadão civil, contra o modesto agricultor, contra o trabalhador do campo. Esta imagem está fixada e, a cada dia, se procura dar mais relevo a esta infelicidade histórica. Esta a presença do poder no Brasil. Governador, Chefe da Nação, de repartição, o diretor do banco, o presidente disto, daquilo ou daquele, outro elemento, ele é autoridade para a frontar todo aquele que se dirige pedindo condições para trabalhar, para produzir. É assim que se trata o setor no Brasil. E é assim que se está tratando a seca do Nordeste: a assistência que se presta ao homem é uma forma de dizer ao homem que ele é um dependente da autoridade; que ele não tem autonomia; que ele não pode pensar, querer, amar, sonhar: ele é uma pobre coisa atrelada ao cinturão da polícia, ou ao cassete do detetive. É assim que se conduz o processo da autoridade neste País e, especialmente, lá na região da seca, onde a presença de policiais não tem outro sentido senão o de atemorizar as pessoas.

Que nos compete, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Calar? Seis milhões hoje, sete amanhã, oito depois de amanhã? Calar?, quando falam os padres, quando falam os bispos, quando fala a própria fome! Porque o assalto aos armazéns é a voz da fome. Quando as populações urbanas estão atemorizadas temos que calar? Porque se falar é fazer demagogia, porque pedir providências ao Governo é utilizar a desgraça como motivo de crítica ao Poder constituído. Calar, quando o Sr. Ministro do Interior vai à televisão e para um auditório de 40, 50 milhões, sei lá quantos, ele declara que as invasões estão sendo promovidas por instigadores e que este surto de seca — surto de seca é uma expressão ofensiva e maldita, surto de seca, quando estamos dentro de um ciclo de seca há três anos. Pois se diz agora que um surto de seca, como surto de gripe; como um surto de inspiração infeliz. Já não se tem conhecimento da língua. Para que serve a palavra? O que significa o comunicar-se? A mensagem não tem mais sentido. A brutalidade enegreceu tudo, sombreou tudo! Não sabemos mais nem como nos comunicar, como falar, como andar. Somos animais fugidios, erradios, desconhecidos. E esta é a grande coisa que está acontecendo, infelizmente, neste País. Podemos ser, amanhã, animais desconhecidos uns dos outros; o homem já não confia em si próprio, já não confia no companheiro e nem confia nas instituições. E continua-se a alimentar este processo de embrutecimento da vida brasileira.

O Parlamento que é o Parlamento não deve falar. O Parlamento deve assistir, como numa cerimônia fúnebre, a tudo em silêncio e chorando. A nossa função, aqui, é de carpideiras gregas. As nossas sugestões são tomadas como agressões.

Afinal para que realmente está servindo o Parlamento brasileiro, o Congresso brasileiro, se o poder da palavra não tem mais nenhuma significação? Se ele não passa destas quatro paredes do Congresso Nacional? Se há pouca notícia dos nossos debates e isso é verdade — porque eles não atravessam a Praça dos Três Poderes para chegar ao Poder mais importante que é o Executivo, por que então o resto do País teria que dar importância ao que somos, ao que fizemos ou ao que pensamos?

Esta a condição caudatária, infeliz, mesquinha, a que está reduzido o Congresso Nacional, e ela fará com que, dentro em breve, seu desaparecimento não seja lamentado por ninguém. Estamos morrendo porque estamos concordando com nossa própria morte; porque estamos contribuindo com nossa própria infelicidade; porque estamos procurando conviver com a finalização de nossa missão.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Nobre Senador Teotônio Vilela, tenho em mãos uma cópia do trabalho do CTA, que foi encaminhado às autoridades em dezembro de 1978, com rótulo de confidencial, pois eles fizeram um levantamento de 1849 até 1977 e constataram que o período de 1979 até 1985 seria um período difícil para o Nordeste brasileiro. Concluindo que este período seria difícil, não se tinha outra iniciativa, segundo ele diz aqui no documento que está aqui em meu poder, se não abrir os olhos das autoridades, para que fosse evitada uma catástrofe no Nordeste brasileiro. Este documento foi entregue em dezembro de 1978 ao Governo. Em 1979 ficou evidenciado que o trabalho tinha razão de ser. O ano de 1980 foi outro ano difícil para o Nordeste. O ano de 1981 está aí, mais difícil ainda. O mais grave é que os anos de 1982 e 1983 serão o pique das secas. Nada foi feito de concreto. V. Ex^a tem toda a razão. Deixei o Rio Grande do Norte anteontem. Pessoas que criavam 500 reses estão perdendo 200; muita gente enlouquecendo. A situação é desesperadora. E para ser franco, a curto prazo o Governo não tem

condições de fazer nada, pois nestes três anos em que foi avisado não tomou iniciativa alguma. Muito obrigado a V. Ex*.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, ontem o Senador Humberto Lucena dizia, aqui da tribuna, que apesar dos muitos recursos que foram carreados para a região conflagrada do Nordeste, nesses dois últimos anos, não se enxergava até agora nenhuma obra realizada em contrapartida ao tipo de investimento que se fez. Isso significa dizer que o recurso é dado ao homem com a preocupação de transmitir a esse gesto o sentido da caridade, o paternalismo. É o velho pai que está dando ao pobre desgraçado uma esmola. E o mal, o terrível mal que isso causa à criatura humana disposta a trabalhar, na plenitude do vigor da sua estrutura psicossomática, que mal faz a esse homem este tipo de agressão. Entretanto é assim que se faz. Paga-se ao homem uma miséria e injeta-se no homem uma dose de cocaína que, ao final de cinco anos de seca previstos, vai terminar — este processo desestabilizando totalmente a capacidade obreira do sertanejo. Isto já está, de algum modo, registrado numa música do emérito tocador de sanfona do Nordeste...

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Luiz Gonzaga.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Luiz Gonzaga. Afinal de contas há aqui alguém que conheça de música do Nordeste. Ele já registrou o mal que está causando ao homem nordestino essa falta de assistência sem nenhuma contrapartida produtiva, esse amortecimento.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Ouço o aparte de V. Ex*.

O Sr. Evandro Carreira (PMDB — AM) — Nobre Senador, é um dado real trazido a esta Casa pelo Líder do Governo, Senador José Lins, e que quero inserir no discurso de V. Ex*, porque ele se encaixa perfeitamente. S. Ex* confessara aqui, segunda-feira, que o Governo despendera 12 bilhões — “b” de burro — 12 bilhões de cruzeiros em 1979 nesse processo de alienação do nordestino, e em 1980 despendera mais 30 bilhões, num total de 42 bilhões, — “b” de burro — 42 bilhões de cruzeiros, alienando o nordestino.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Vê então o Senado o montante de recursos sem uma única contrapartida. É grave, mas temos que silenciar, porque o silêncio é a única forma de diálogo com o Governo. Quando o Governo nos pede acordo, entendimento, é para que retribuamos desta forma: calados. Então, é um diálogo, é um acordo ou é um entendimento compulsório. Temos sempre que concordar com o que determina o Governo, sob pena de, não concordando, não estar havendo diálogo, mas irritando “sua majestade” o Senhor Presidente da República e outras majestades “ministeriais.”

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Com prazer.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Teotônio Vilela, a diária de cem cruzeiros não só afronta o nordestino, não só amesquinha a nossa gente, como transforma o homem num parasita, pois ele não tem nenhuma resposta econômica pela miséria que o Governo está dando a ele, e ao mesmo tempo o transforma num velhaco. Parasita porque não há resposta econômica e velhaco porque os cem cruzeiros não dão para pagar a mercearia que lhe fornece. Vim de lá anteontem. Eles querem, não sei por que, desmentir Euclides da Cunha. O Jornalista Euclides da Cunha dizia que o nordestino, antes de tudo, é um forte. Pois bem, não sei por que eles querem desmentir Euclides da Cunha. Muito obrigado a V. Ex*.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — É uma forma de devastar também o Nordeste. Não é só a ação predatória física, mas também intelectual, psicológica, cultural.

Aquele programa que foi inventado para o sertanejo, há alguns anos, de transportar o nordestino para a Região Amazônica, portanto, confessar que a Região Nordeste é uma região incapaz, continua de pé sendo que, tendo fracassado o propósito de conduzir a massa humana de 36 milhões de pessoas para a Amazônia, sendo impossível, resolveram acabar com eles dentro da sua própria região. E é o que se está praticando. Ao final desta seca, vamos verificar a desgraça em que vai se encontrar o Nordeste.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — O nordestino está ficando pequeno; não cresce mais, porque a fome grassa nos lares daqueles que trabalham.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Mas isso já foi cientificamente comprovado pelo professor Nelson Chaves, quando mostrou ao

mundo o surgimento de uma civilização de nanicos; civilização dos nanicos, detectada, sobretudo, a matriz. A geografia dos nanicos também foi feita. Este é um processo que vem de longa data, torno a dizer, mas que se está agravando dia a dia. A cada novo Governo, pior fica o Nordeste.

O quadro apresentado hoje, da duplicação da miserabilidade no Nordeste em 10 anos, vem comprovar o quê? Sem que haja nenhuma preocupação de ataque a este ou àquele governante, vem comprovar que a cada ano nós pioramos.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — V. Ex* me permite, nobre Senador?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Pois não, Senador.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Ouço com muita atenção o eloquente pronunciamento de V. Ex* nesta tarde e a minha interferência é justamente sobre aquela parte em que V. Ex* citou o pronunciamento do nosso ilustre colega, Senador Humberto Lucena. Na verdade, é preciso que se diga e se confesse, não foram realizadas grandes obras nestes dois últimos anos de estiaagem no Nordeste. Isto por causa da nova filosofia de assistência do Governo. Ele considerou o que aconteceu nas outras secas anteriores, como V. Ex* falou, com a CAETA mandando o pessoal para a Amazônia, criando aquele grande problema social do homem só ir e ficar na Amazônia; a pobre mulher, com a família, ficou trabalhando, procurando sustentar os filhos; o marido, casando-se novamente lá no Norte; ela, coitada, quase que praticamente sozinha com a família e as filhas se entregando à prostituição. É um quadro realmente desolador e negro para a vida nordestina. Então, a filosofia dessa assistência de 1979 a 1980 não mais poderá continuar; nisto todos nós somos acordes. Tem que haver uma nova orientação na assistência ao homem nordestino. Neste ponto eu estou de pleno acordo com V. Ex*, nobre Senador Teotônio Vilela. Mas a filosofia que predominou foi justamente esta: o Governo não queria tirar o homem do seu verdadeiro *habitat*. Então, surgiu a idéia de se dar assistência a fundo perdido. Eu, o Senador Agenor Maria e o Senador Alberto Silva fomos componentes daquela Comissão de Senadores que foi ao Nordeste, e encontramos aquelas falhas naturais do dinheiro a fundo perdido. Era justamente o homem que tinha dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta hectares e podia colocar até 3 pessoas. Quando estas eram da própria família, os 2 mil 443 cruzeiros que recebia por mês multiplicados por 3 davam para uma ração mais ou menos regular. Mas, o grande problema que o Governo enxergava era, exatamente, o problema social que se criara de retirar o homem do seu verdadeiro *habitat*. O pequeno proprietário então, fazia o quê? Pequenas barragens, cavava cacimbões, construía pequenos açudes. Lembrei, num ligeiro pronunciamento de ontem, que não sabia se já teriam sido feitos e, se não deveriam ser construídos canais de irrigações, não aqueles canais sofisticados. Assim, quando a fazenda, o sítiozinho estivesse preparado, com o seu barreiro, ou pequeno açude, o inverno chegando, enchendo-os, já haveria um rudimentar, digamos assim, processo de irrigação. Na verdade, o Governo pensou não retirar o homem de seu verdadeiro *habitat*. Por exemplo: vi lá no meu município, no Ceará, pobres que tinham de se deslocar, nobre Senador, 40 quilômetros na quinta-feira à tarde e voltar 40 quilômetros no domingo à tarde para estar na frente de serviço na segunda-feira. Pagava à barragem para comer durante aqueles dias em que trabalhava na emergência, e juntava algum dinheiro para, na quinta-feira, no fornecimento, comprar alguma coisa para levar para sua família. Quer dizer, gastava energia naquela ida e naquela vinda; era um homem mal alimentado e, por conseguinte, deprimido. Essa foi uma situação que o Governo encarou; não queria deslocar o homem. Então, deu a ajuda a fundo perdido, que apresentou irregularidades. Sentimos que havia uma certa reclamação contra este fundo perdido, pelo fato do pequeno agricultor que estava sendo financiado por ele deveria — segundo entendimento de cada qual, de distribuir, sem exigências maiores uma cota da quantia recebida. Não queria mesmo trabalhar! Entendia, nobre Senador, que da mesma maneira que V. Ex* havia recebido aquele dinheiro do Governo, de graça, eles teriam o mesmo direito àquele dinheiro, de graça, sem trabalhar. Foi uma das falhas que encontramos na peregrinação que fizemos através do Nordeste. Falamos isto ao Dr. Walfrido Salmito, da SUDENE, lá em Fortaleza, e dissemos: Dr. Walfrido, V. Ex* não acha que há certo comprometimento do Governo estar gastando o dinheiro a fundo perdido com o “vício” que constatamos? E ele respondeu: “Foi o único meio que encontramos para dar uma assistência de imediato ao povo que estava e está passando necessidade”. Se se fosse esperar pelo crédito, seria muito demorado. Fizemos constar como uma conclusão imediata do nosso relatório, da Comissão de Assuntos Regionais, exatamente isto: aquela procrastinação, aquela burocracia, nobre Senador, na remessa de numerário para o atendimento de situações que não admitiam demora em ser realizadas. O atraso abusivo em julgar as propostas dos agricultores entregues às EMATER e que ficavam nos bancos, nas carteiras de crédito, esperando liberação. Por quê? Porque o Banco Central tinha que transferir para o Banco do Brasil; o Banco

do Brasil, de Brasília, tinha que transferir para os bancos das Capitais; estes, tinham que transferir para as agências das cidades. Então, era uma *via crucis*. Peço perdão, pois estou sendo um tanto prolixo, mas é porque eu participei da Comissão de Assuntos Regionais e senti de perto o problema. O Senador Alberto Silva e eu fizemos um relatório, que deveria ter contado com a participação do nobre Senador Agenor Maria. Mas S. Ex^a estava entregue a outros afazeres. Esse relatório já foi entregue ao Ministro Mário Andreazza pelo Senador Mendes Canale, Presidente da Comissão de Assuntos Regionais, sendo outra cópia para que S. Ex^a fizesse chegar às mãos do Senhor Presidente da República. Não se fizeram grandes obras, como já afirmei. Creio que agora, deveremos marchar para isso. É pensamento do Governo construir grandes obras no Nordeste visando preparar o Nordeste, para os dias futuros. O Nordeste deve conviver com a seca. Mas, conviver como? São necessárias condições para que a Região Médio-setentrional do País, possa conviver com a seca. V. Ex^a sabe perfeitamente e eu disse no meu modesto discurso, na segunda-feira, nesta Casa, que nós temos grandes mananciais. No Ceará citei os açudes: Orós, Banabuiú, Araras. Mas somente depois de doze anos, depois do acidente com o canal em que seria adaptada a válvula dispersora, esta foi utilizada para perenizar o rio Jaguaribe. Só agora, do primeiro para o segundo ano de seca!... E agradeça-se, com justiça, ao Ministro Mário Andreazza tal cometimento. V. Ex^a, hoje, visitando o Estado do Ceará, no médio e baixo Jaguaribe, já vai encontrar plantada alguma coisa às margens do maior rio seco do mundo, hoje perenizado na extensão de 220 quilômetros!

Já foram colocadas comportas no açude Banabuiú, que duplicou a sua capacidade para perenizar o rio do mesmo nome, e que vem fornecendo água para a irrigação do Projeto Morada Nova, que V. Ex^a deve conhecer. Por conseguinte, acho que todos nós devemos lutar, como nordestinos, para que, daqui para frente, o Governo mude a orientação da emergência, nesta seca, mudando a maneira de como assistir o Nordeste. O que precisamos, na verdade, é de água, trabalho e, sobretudo, irrigação.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado, nobre Senador. Não discordo da maioria das coisas ditas por V. Ex^a, mesmo porque, sei que V. Ex^a é um homem de boa fé, um estudioso dessa matéria e vem procurando, cada vez mais, colaborar com o Governo, ajudar a resolver o problema nordestino. Mas, o que verificamos, com profunda tristeza, e nisso não há nenhuma alegria em criticar o Governo, é que cada ano a situação se complica mais. Não é compreensível que, dentro de uma previsão de cinco anos, — e todos nós tínhamos que pensar no pior — o Governo pensou exatamente no que lhe pareceu mais fácil: foi adotar, dentro dessa boa intenção revelada por V. Ex^a, o critério de aquinhoar a família, dentro da sua área doméstica. Ora, isso é um pensamento de uma ingenuidade admirável; é coisa realmente de poeta. Não sei como isso surgiu na cabeça de tecnocratas, tão inimigos do lirismo. Porque pretender resolver o problema da seca, com esse expediente, realmente é uma coisa fantástico. Mas, eu dou de barato, nobre Senador, que o Governo, com essa boa intenção, procurasse levar um ano — e, aqui, vale a pena dizer que boa intenção não é uma boa forma de governar. Com boa intenção, já dizia um crítico literário, não se faz uma página de literatura, ao contrário, atrapalha, atrapalha terrivelmente. Mas, dou de barato que o Governo, no primeiro ano, adotasse essa experiência... Era uma coisa nova. Mas, no segundo, insistir? No terceiro e até agora, não ter nada? Porque, agora mesmo, leio, no *Jornal do Brasil*, a declaração do Governador do Estado de Pernambuco pedindo, solicitando ao Ministro Mário Andreazza, que lá se encontra, que apresentasse algo de positivo para atender ao recrudescimento terrível da situação, no interior de Pernambuco, e o Ministro não tem nada a lhe dizer. Simplesmente, o Ministro está tão perplexo quanto o padre, o vigário, o homem lá da Suíça, lá da Escandinávia, ou o Presidente da República lá na Colômbia. Todos estão perplexos, todos estão distantes da realidade, todos deixaram de considerar que aquele era um fenômeno de longa duração e de importância vital na estrutura da vida nordestina.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Eu gostaria de complementar o meu aparte, dizendo a V. Ex^a que todos nós temos razão, quando afirmamos, aqui, que ninguém quis acreditar, quando afirmei, juntamente com os Srs. Senadores — Agenor Maria e Alberto Silva várias vezes, da tribuna desta Casa, que o estudo do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos era um estudo sério. Poderia não ser uma coisa rigorosamente positiva, mas havia uma tendência, uma tendência que apontava cinco anos de estiagem, para o Nordeste, com piques nos anos de 1981 e 1983. Quero dizer, ainda temos um terreno muito árduo, digamos assim, para perلustrar e não sabemos qual será o nosso futuro.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado nobre Senador Almir Pinto.

Ouçõ o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Senador Teotônio Vilela, V. Ex^a é um homem que, quando fala nesta Casa, traz para aqui problemas daquela região que V. Ex^a muito bem conhece. E, neste discurso, desta tarde, V. Ex^a está perplexo, diante do que está acontecendo lá no Nordeste. Todos nós da Região também estamos, porque, como disse aqui os Senadores Almir Pinto e Agenor Maria, nós fazemos parte de uma Comissão de Assuntos Regionais do Senado e percorremos de ônibus — não de avião — de ônibus uns dois mil e quinhentos quilômetros da área seca. E todas essas dificuldades de crédito, de reclamação para suprir de dinheiro este homem, que fica diminuído realmente na sua capacidade, passa a se considerar um pária, um parasita que não produz nada. Mas, o que é mais triste é saber que, no nosso relatório, alertamos o Governo. Já que está gastando somas em derredor de 40 bilhões de cruzeiros, que fosse dado ao CTA os 400 milhões de cruzeiros que ele pediu para formar núcleos de nucleação de nuvens. E formaram outro projeto de criação de nuvens dentro do mar. Este é o projeto mais importante, porque, se formos agora ao Nordeste, verificaremos céu claro, sol inclemente e nem uma nuvem. Então, produzir as nuvens é o outro projeto do CTA. E, como o CTA é, realmente, um instituto de alta capacidade tecnológica e de homens sérios, que não estão falando bobagem, o que nos deixa tristes é que tanto o Ministro quanto os órgãos regionais do Nordeste não acreditam na proposição do CTA. E dissemos, e escrevemos, e insistimos para que, agora, que estamos num período sem jeito, que, ao menos agora, se tente — quero acrescentar ao discurso de V. Ex^a essa proposição nossa — se o Governo já vai mandar dois e meio bilhões, para matar a fome e a sede dos nordestinos, que separe um bilhão e entregue ao CTA e que dê assistência para que o CTA faça alguma coisa. A SUDENE e o DNOCS não têm mais argumento nenhum, porque eles tiveram 20 anos para preparar o Nordeste para conviver com a seca. E, como até agora não partiram para nenhuma providência que atinja este objetivo, a nosso ver, de imediato, só o CTA e, particularmente, entendemos que há uma solução. Esta solução é aquela de mapear a região conflagrada da seca, declarada da seca, onde mora gente, Senador. Porque suponhamos, por absurdo, que não morasse ninguém na zona rural do Nordeste. A seca não teria nenhum significado, pois se não morre gente, não tem gente para ter sede, nem gente para ter fome, não tem o fenômeno do flagelado. Partindo desse raciocínio, podemos detectar quais são as regiões do Nordeste de onde saem os flagelados. Se são 600 mil e se uma propriedade tem 30 habitantes entre parceiros e meeiros, dividindo esse número por 30, encontra-se o número de propriedades que não têm água. E, nestas propriedades que não têm água, que se abra um poço e se ponha um reservatório. Então, como é dessas propriedades que saem os flagelados, se nós transformamos a propriedade num oásis que tenha água, não sairá ninguém. O ano passado, dei aqui, uma demonstração, Senador Teotônio Vilela, de que foi possível e todos os meus companheiros viram as fotografias — numa pequena propriedade que tenho no norte do Piauí, os legumes crescidos, quando as chuvas se afastaram. Como havia um poço, pequena quantidade de água, ensinamos os rurícolas a molhar pé por pé de feijão. Quando dissemos isso, quase que o homem do DNOCS tem uma síncope, porque admite que não é possível.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Um técnico burocrata não podia aceitar uma coisa dessas.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Mas, Senador Teotônio Vilela, o homem que está com a sua roça perdida, tendo água e o instrumento que o ajude a molhar, ele não tem outra alternativa; ele vai salvar a sua roça. Porque hoje ele só tem uma atitude: rezar para chover, porque, se não chover, vai morrer de fome.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado, nobre Senador Alberto Silva.

Ouçõ o aparte do nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Teotônio Vilela, esse povo não quer fazer nada pelo Nordeste. O PROTERRA, um projeto instituído em 1971, depois do PROTERRA, veio o PROAGRO e o PRONORDESTE, em 1975. Depois, veio o Projeto Sertanejo. Então, temos três projetos no Nordeste. A soma de recursos para esses projetos, até 1979, de 1971 a 1979, soma 8 bilhões. O Governo deu, paternalisticamente, segundo o Senador José Lins, em 1979, 12 bilhões, e o no ano de 1980, 30 bilhões. Esses projetos, na realidade, se tivessem recursos teriam resolvido o problema que é fazer com que o nordestino tenha condições de conviver com a seca, porque é muito mais fácil um ano de seca no Nordeste do que um ano bom de inverno; conviver com a seca é realmente desenvolver o projeto hídrico que está aí parado por falta de recursos. Nós não temos poços amazônicos, não temos eletrificação rural, não temos nada, mas não temos porque eles querem que o Nordeste continue a reboque de uma política que tem como política desfibrar o homem do nordeste e fazer com que eles ganhem as eleições todos os anos.

Ganhem as eleições para dar a esta Casa, justamente, a tristeza de se ver o Senador bionico, de se ver as leis espúrias que nodam este Congresso e mancham a reputação daqueles próprios que aqui têm assento. Congratulo-me com V. Ex^a e posso afirmar que dia virá em que ninguém poderá conter o povo porque estômago não tem pátria, não tem fronteiras, não tem religião. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PMDB — AL) — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou terminar mas não sem esquecer a lamentável consideração de que assombra, na situação de poder dominante, a fantástica capacidade de ser infiel à Nação e especialmente ao Nordeste.

Não é agora a oportunidade de desfilar aqui o que foi prometido e garantido e não feito, e aquilo que foi feito, feito de forma tal que coloca o cidadão nordestino numa situação de inferioridade que ele não aceita.

O nordestino tem uma tradição libertária. E é preciso lembrar que as insurreições libertárias, neste País, explodiram no Nordeste. É preciso que este Governo tenha presente que o nordestino é detentor de uma vocação de liberdade que ninguém é capaz de deter.

Não se procure, portanto, programar a desgraça, programar o homem, no sentido de que ele venha ficar sujeito ou preso, por todos os motivos, a uma determinação autoritária.

E há, também, uma tradição dos padres libertários do Nordeste: Padre Rolim, Padre Roma, Dom Vital, Frei Caneca. Todos estão aí. E há uma Igreja viva no Nordeste aliada à situação dos oprimidos.

E nós — e aqui falo também como empresário — aqueles que têm o mínimo de discernimento, nós estamos ao lado dos oprimidos; nós estamos ao lado do Nordeste. E eu sou um deles, Sr. Presidente. Se tiver que morrer, morro com o Nordeste. Não tenha o Governo a menor dúvida disto. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O ímpeto legisferante do Poder Executivo vem-se acentuando a cada ano, numa inexplicável usurpação dos encargos fundamentais do Congresso Nacional.

A prerrogativa de legislar por decreto-lei, que a Carta outorgada deferiu àquele Poder, para óbvia utilização em caráter excepcional, vem sendo acionada, amiudadamente, sobretudo quando se encontram em recesso as duas Casas do nosso Parlamento.

Com as mesmas funcionando em período normal de trabalhos — que absurdo? — o Executivo não se inibe nos seus intentos legislativos, num açambarcamento de atribuições contra o qual já se manifestaram, em inúmeras oportunidades e sempre com justificada veemência, Senadores e Deputados Federais.

Pela singularidade regimental que cerca a tramitação do *decreto-lei*, resta ao Congresso aprová-lo ou rejeitá-lo, sem condições de promover qualquer alteração no texto sob exame, tudo isso no prazo improrrogável de sessenta dias.

Com o término, a 5 de dezembro, de mais uma Sessão Legislativa, reiniciou-se, também no ano de 1980, a fase da expedição em massa de decretos-leis, que assumiu um crescendo desnortante, explicado, apenas, pelo desejo de manter-se a Câmara dos Deputados e o Senado à margem de importantes decisões envolvendo matérias relacionadas com:

- I — segurança nacional;
 - II — finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
 - III — criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.”
- (Art. 55 da Constituição)

Todas estas considerações iniciais, Sr. Presidente, são tecidas a propósito do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro último, atingindo diretamente as empresas brasileiras e tornando dependentes do Governo, órgãos como o SESI, o SESC, o SENAI e o SENAC, para os quais as mesmas contribuem, através do IAPAS.

Criadas à época do pós-guerra, as referidas entidades, mantidas com recursos arrecadados do comércio e da indústria, passaram a funcionar modelarmente, impondo-se ao respeito e à admiração das próprias autoridades e das comunidades a que servem.

Por todos os recantos do País, espalham-se Centros Profissionais, Colônias de Férias, Restaurantes, Departamento de Recreação e Lazer, Unidades Móveis de ensino, sob a responsabilidade do empresariado nacional, sem recursos oficiais, pois as respectivas fontes de renda originam-se exclusivamente na contribuição de cada categoria econômica.

No passado, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, na indústria e João Daudt de oliveira, no comércio, constituíram-se em verdadeiros propugnadores do ideário de PAZ SOCIAL, que serve de salutar inspiração ao funcionamento de tais organismos.

Durante mais de uma década, na área do comércio, o nosso saudoso colega Jessé Pinto Freire presidiu, com acerto e descortino invulgares, o SESC e o SENAC, sendo sucedido pelo líder Antônio de Oliveira Santos, alçado, em 80, à direção máxima da CNC e, em razão disso, daquelas duas conceituadas instituições.

No que concerne à indústria, coube ao atual presidente da CNI, Albano do Prado Franco, dar continuidade à ação de seus antecessores, direcionando-a, também, para o debate permanente em torno de importantes questões vinculadas à realidade brasileira.

Embora obrigados a submeter as suas contas anuais ao julgamento do Tribunal de Contas da União, o SESC, o SESI, o SENAC e o SENAI mantiveram-se, sempre, dentro de uma estrutura organizacional, com independência financeira, sendo-lhes redistribuídas, em quotas duodécimais, o produto da arrecadação procedida pelo IAPAS.

Agora, porém, em face do disposto no Decreto-lei nº 1.861, a contribuição empresarial passará a integrar a receita do Fundo de Previdência e Assistência Social, incidindo sobre o LIMITE MÁXIMO de exigência das contribuições previdenciárias, mantidas as mesmas alíquotas e contribuintes.

Reportando-se ao assunto, em longo editorial, na edição de 1º de março, o *Estado de S. Paulo* ressalta que

“... o Poder Executivo encontrou a maneira de aliviar financeiramente o complexo previdenciário assistencial, além daquela de financiar a contribuição da União para com a Previdência Social: aumentar a contribuição devida pelas empresas ao SESI, ao SENAI, ao SESC e ao SENAC e transferir esses fundos para a Previdência.”

E mais adiante, enfatiza o editorialista:

“Não apenas as empresas foram penalizadas pelo Decreto-lei nº 1.861; as entidades a que ele se refere correm o risco, a partir de 1º de março, — data da vigência do Decreto-lei — de ver-se privadas dos recursos de que até hoje dispunham, os quais revertiam, direta ou indiretamente, na totalidade ou em parte, em benefício dos industriais e dos comerciantes.”

A insatisfação dos setores empresariais, diante da estranha medida de conotação reconhecidamente estatizante significativamente, de que é prova bastante a relutância dos presidentes de Federações das Indústrias de integrarem a comitiva do Chefe da Nação que viaja a Colômbia, em missão oficial.

Trazendo, hoje, ao conhecimento do Senado todas essas ocorrências, de-sejo apelar para o Primeiro Mandatário no sentido de que diligencie a revogação do supra referenciado decreto-lei, mantendo a preceituação anterior, dentro da qual as mencionadas entidades procuravam cumprir os seus nobres objetivos institucionais.

Se assim não se posicionar o Executivo, bem que o nosso Parlamento poderia oferecer inequívoco testemunho de independência, rejeitando o malsinado Decreto-lei nº 1.861, como alternativa indicada, com base no Regimento Comum do Congresso Nacional. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cunha Lima.

O SR. CUNHA LIMA (PMDB — PB. Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde os primeiros dias de minha presença nesta Casa, venho ocupando reiteradamente a tribuna, para clamar com insistência em favor da adoção de um programa objetivo de equacionamento e solução dos problemas da Região Nordeste.

Minha grande preocupação tem sido chamar a atenção dos governantes e do povo para a maior causa da crise crônica do Nordeste e dos seus periódicos agravamentos.

Essa causa não é outra senão a descontinuidade dos Planos que ao longo do tempo foram sendo aprovados, iniciados, e a seguir, abandonados, sem maiores explicações ou com justificativas que não convencem.

O fato é que, esse desinteresse em resolver definitivamente o problema, está agravando as suas dimensões e provocando na consciência do povo nordestino um sentimento de desesperança e de angústia que pode descambar para um clima incontrolável de revolta.

As atuais invasões de armazéns de propriedade do Governo Federal ou os saques de casas comerciais, como vêm ocorrendo nas últimas horas no Ceará e no Município paraibano de Bonito de Santa Fé, são bem uma demonstração do esgotamento da decantada paciência do sofrido povo do Nordeste.

Não bastam as providências emergenciais; as obras improvisadas ou as medidas de assistência social.

Essas atitudes circunstanciais e passageiras, são paliativas, mascaram a gravidade da situação e têm representado, até agora, um dos motivos para adiamentos e interrupções de uma série de estudos das mais variadas origens e destinações, mas quase todos viáveis e eficientes para a solução gradual e constantes da problemática nordestina.

Só para ficar nos problemas da Paraíba, volto a lembrar como já fiz outras vezes, a situação de esquecimento em que se encontram obras de relevante importância para a regularização dos nossos rios e a multiplicação da nossa capacidade de repasseamento.

Falo da barragem de Curimatã, cujas fundações abandonadas à ação corrosiva do tempo são um verdadeiro desafio à proclamada boa vontade do Governo Central no sentido de resolver os problemas do Nordeste.

Falo de Acauã, outro grande açude cuja importância o DNOCS proclama há vários anos, inclui no seu orçamento e não inicia as obras, mistério só explicado pela indiferença secular com que o Nordeste é visto pelos governantes de outras regiões do País.

Por que não são atacados agora esses serviços, Sr. Presidente?

Por que não se identifica em cada Estado os projetos abandonados e não se dá prioridade ao reinício desses trabalhos de forma responsável e definitiva?

Ao contrário disso, o que se vê é a redução da significação e dos recursos dos organismos ligados ao desenvolvimento do Nordeste, como já aconteceu com a SUDENE, com o Banco do Nordeste e agora mesmo com a CHESF, sem falar no DNOCS, vítima nos últimos tempos de uma criminosa política de desfiguramento de sua história atuação, através da violenta diminuição dos seus quadros funcionais e do corte de suas dotações orçamentárias.

A situação é grave e tende a se tornar insustentável, caso as chuvas não cheguem nos próximos dias.

As cartas e os telefonemas que tenho recebido da Paraíba nos últimos dias são inquietadores.

Como já disse noutras ocasiões, o que se reclama é um tratamento equânime, democrático, pois somos parte do todo nacional, contribuímos com o nosso esforço e as nossas riquezas para as obras gigantescas e, às vezes, mirabolantes que se constroem permanentemente em outras Regiões.

Que o Governo Central atente para as palavras de advertência proferidas no Parlamento nas últimas sessões, inclusive por representantes do Partido Oficial e demonstre, realmente, sua determinação de adotar nova posição em relação ao Nordeste, não apenas aumentando as verbas da emergência mas determinando a retomada dos projetos abandonados e iniciando outros que objetivem, especialmente, acumulação de maior volume de águas e a implantação de sistemas irrigatórios, passo inicial para a longa caminhada pela redenção do Nordeste. *(Muito bem)*

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs Senadores:

O Governo Federal procura sempre passar a idéia de que a Oposição, e de modo especial o PMDB, caracteriza-se pela crítica sistemática, não construtiva, sugerindo até que se o Partido chegasse ao poder não agiria com acerto, porque na prática a teoria é outra...

Acontece que o PMDB também é ação, e faz o que diz. Uma prova disso é a administração vitoriosa do Prefeito Lincoln Grillo, cujas realizações no Município de Santo André, São Paulo, repercutem além das fronteiras do Estado e são hoje reconhecidas em todo o país.

Por isso, decidimos trazer ao Senado alguns dados constantes da Prestação de Contas da Administração Lincoln Grillo, no período 1977-1981.

No campo educacional, por exemplo, o Projeto CEAR — Centro Educacional, Assistencial e Recreativo, pioneiro no Brasil, atende a 10 mil crianças e se constitui numa das mais aperfeiçoadas redes de atendimento pré-escolar, dentro de modelos pedagógicos modernos e padronizados. No ensino fundamental foram construídos sete prédios escolares para colégios de 1º e 2º graus e durante o ano de 1980 foram distribuídas 70 mil merendas por dia, atendendo a 97.542 alunos carentes, além da distribuição de bolsas de estudo, que em 1979 atenderam a 1.963 alunos.

O ensino superior é outro encargo da Prefeitura, através das Fundações ABC, mantenedoras das Faculdades de Filosofia e de Economia, e da Fundação Santo André, para a qual a Prefeitura, além da subvenção fixada no orçamento, liberou uma verba extra de Cr\$ 4,4 milhões, em 1979.

A Biblioteca Pública Municipal possui hoje um acervo de 52.798 unidades, das quais 16.323 foram adquiridas no último triênio, além de ter sido implantada a Mapoteca e a História de Centro e Obras Raras.

No setor de esportes, além da ampliação de quadras, foi criado um sistema de apoio ao atleta, através da concessão de bolsas de estudo para o curso superior e para o 2º grau. E, no de lazer e recreação, foram desapropriadas extensas áreas nas quais se localizam hoje reservas florestais, parques recreativos, quadras de esporte, etc.

Na área da saúde procedeu-se à dinamização do Hospital Municipal, que em 1976 atendeu a 41.226 pessoas e, em 1980, a 223.000 pessoas, num total de 751.000 serviços prestados. Foi construído o Pronto-Socorro de Utinã, subdistrito de Santo André, que atende a mais de 250.000 habitantes; o Pronto-Socorro de Vila Luzita, região periférica das mais carentes; implantação de serviço de prevenção ao câncer; construção do Hospital Regional das Clínicas; dinamização da FAISA — Fundação de Assistência à Infância de Santo André; aquisição de unidades móveis de assistência odontológica à população carente; e muitas outras obras de assistência à saúde.

No setor de saneamento básico foram instalados mais de 85.000 metros de rede de água encanada, 130.000 metros de rede coletora de esgotos e construída uma usina de lixo com capacidade inicial de 500 toneladas/dia.

Na área da habitação estão sendo construídos inúmeros conjuntos habitacionais, mas o que de mais significativo se fez nessa área foi a implantação do sistema de isenção de imposto predial para os proprietários de uma só casa com área de até 70 metros quadrados, além da reformulação da Lei de Zoneamento e de um programa de urbanização de favelas.

Poderíamos ainda citar inúmeras outras realizações nos setores de infraestrutura e equipamento urbano, abastecimento e administração pública. O importante, porém, não é ressaltar o número de obras realizadas, mas o fato de que elas puderam ser levadas a efeito apesar da participação do município não atingir a 7% do total de impostos arrecadados, ficando para a União e para os Estados a parte do leão da arrecadação municipal.

Sem recursos financeiros, esmagada pela União que, como lembra o Prefeito Lincoln Grillo "leva tudo e não retorna nada a ninguém", ainda assim Santo André realiza uma das mais eficientes administrações municipais, apoiada na intensa participação da comunidade através do diálogo entre o administrador público e o povo, com vistas à solução dos problemas.

É, pois, com imensa satisfação que faço hoje este registro, enviando ao Prefeito Lincoln Grillo e colaboradores meus sinceros parabéns, não sem antes ressaltar o papel preponderante desempenhado pela população de Santo André, a maior responsável pelo progresso e intenso desenvolvimento do município.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PP — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabo de regressar do interior do Piauí, e pude constatar que a situação do homem do campo é dramática.

Com algumas chuvas caídas em janeiro próximo passado, a esperança renasceu na alma dos sertanejos piauienses, e eles plantaram suas roças.

Milho, feijão e mandioca nasceram, mas, com a suspensão das chuvas, as folhas desses cereais já estão murchando.

Em outras palavras, ninguém, na zona rural do Piauí, espera mais colher os frutos de seu trabalho, pois há mais de vinte e cinco dias não cai uma gota de chuva no sertão piauiense.

A população faminta invade cidades no Ceará em busca de alimentos, e o Ministro Andreazza classifica isto como agitação, provocada por elementos estranhos à área.

Ora Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Andreazza não podia ser mais infeliz no seu pronunciamento.

Nós, que somos nordestinos e conhecemos de perto o drama do rurícola, fomos em dúvida o que disse o Ministro.

Entendemos que pode aparecer um ou outro elemento estranho àquela região, infiltrado no meio da multidão faminta, tentando provocar a agitação de que fala o Ministro, mas não podemos aceitar a generalização por ele feita.

No relatório que fizemos, em junho de 1980, sobre nossa viagem em ônibus por quase toda a área do polígono das secas, entre outras medidas, insistíamos para que o Governo desse ao CTA meios de desenvolver e pôr em prática seus dois projetos: Moclima e Modarte.

Ao que estamos informados, nenhuma providência foi tomada neste sentido.

O que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o relatório do CTA é de junho de 1978, e previa que, a partir de 1979, o Nordeste estaria entrando em período de seca de cinco anos.

Este relatório foi entregue à SUDENE, Banco do Nordeste, DNOCS e a todos os Governadores daquela área.

OCTA insistiu em 1979, alertando Governos estaduais e organismos regionais de que 1979 já era o primeiro ano de cinco de seca previstos por aquele notável Instituto do Ministério da Aeronáutica.

O que é mais triste Sr. Presidente, é que, parece, ninguém do Governo está levando a sério a previsão do CTA.

No meu Estado, o Governador, ainda debochou do CTA, na televisão, rádio e jornais.

Disse ele que nuvem não era cachorro, que se chamava com um estalar de dedos.

O resultado é que a calamidade continua em 1981, e o Ministro volta ao Nordeste percorrendo locais onde o drama é maior, e anuncia ao País que tem mais dois bilhões e meio de cruzeiros para socorrer os flagelados.

Ora Senhor Presidente, Senhores Senadores, de 1979 até esta data, o Governo Federal já mandou mais de quinze bilhões de cruzeiros para socorrer as vítimas da seca.

O Ministro Andrezza anunciou na televisão um miraculoso plano de transportar o excesso d'água de enchentes, do São Francisco para o Nordeste.

Entendemos nós que o Governo não tem o dinheiro necessário à execução de plano de tal envergadura.

Admitamos, só para raciocionar, que se arranjasse os dez bilhões de dólares para execução desse plano.

Em primeiro lugar, ter-se-ia que construir enormes reservatórios naturais de água, nas cabeceiras dos rios do Nordeste, para acumular a grande massa d'água, proveniente das enchentes do São Francisco.

Uma vez construídos os reservatórios, estes alimentariam os rios secos a jusante das barragens.

Mas Sr. Presidente, Srs. Senadores, isto já existe no Nordeste, é verdade que em escala menor, mas nem por isso menos válida.

Só para citar alguns exemplos, os rios Acaraú, Curu e Jaguaribe já são perenizados, respectivamente, pelos açudes Araras Pentecoste, Banabuiú e Orós, todos no Ceará.

Perguntamos nós: quantos nordestinos vivem à custa dessas barragens?

Podemos assegurar que não chegam a trinta mil os rurícolas do Nordeste que vivem da irrigação promovida pelo DNOCS e jusante dos açudes aqui mencionados.

Mas neste seca, que já vem de 1979, mais de seiscentos mil rurícolas estão recebendo o auxílio federal com diárias de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros), que não dão para comprar um quilo de feijão.

O certo é que a população da área rural do Nordeste atinge a classe dos dezesseis milhões de habitantes, sendo que pelo menos um milhão desses habitantes têm que ser socorridos cada vez que se apresenta o fenômeno das secas.

Como esse milhão de habitantes não mora em um só Estado, mas nos oito do Nordeste depreende-se facilmente que, mesmo que todos os rios daquela região fossem perenizados pelas águas do Rio São Francisco, mesmo assim, repetimos, todo o restante da área do polígono das secas continuaria a fornecer flagelados ao Nordeste, e ao País, em casos de estiagens prolongadas, ou mesmo seca.

O que fazer então?

Dizemos nós: construir barragens submersas e sucessivas em todos os rios secos do Nordeste, e, no restante da área, poços tubulares em cada propriedade que tenha pelo menos três famílias de meeiros ou parceiros na média de trinta habitantes por propriedade.

Além do poço, o Governo construiria, também, reservatórios de um milhão de litros em cada propriedade que tivesse um poço.

Todas as roças seriam executadas sempre ao lado desses reservatórios para que em caso de estiagem pudessem ser irrigadas à mão.

Além disso, poder-se-ia dar um tratamento especial em toda a linha do perímetro molhado dos açudes nordestinos, fazendo estradas simples, acompanhando todo o mencionado perímetro molhado, e ao lado da estrada uma linha de transmissão elétrica.

Com um sistema simples de irrigação, o rurícola nordestino teria chance de plantar e produzir nestas áreas, sem riscos do espantinho das secas.

Nas propriedades de maior porte, implantar-se-ia o sistema de irrigação por gotejamento em módulos de dez hectares, consorciando uma cultura permanente como caju ou coco, e a de subsistência com feijão, milho, mandioca etc.

Por fim, Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Governo mandaria fornecer imediatamente os recursos solicitados pelo CTA, para que em 1982 e 1983 não se repita o drama que está ceifando vidas e promovendo um êxodo em massa da população rural nordestina.

Para mostrar que o Nordeste é viável, mesmo com a seca, convidei os Srs. Senadores que estiverem interessados a visitar um projeto que acabo de executar, de irrigação por gotejamento, semelhante ao que se faz em Israel, numa

área de dez hectares de minha propriedade, no Município de Luiz Correia, no norte do Piauí.

Neste módulo de dez hectares estão sendo plantados mil coqueiros, e o restante da área já plantada de feijão e milho, apesar da seca.

Isto significa Sr. Presidente, Srs. Senadores, que é possível transformar a área seca do Nordeste em milhares de oásis resistentes às estiagens, produzindo alimentação para o Nordeste e para o País, com instalações simples, como a que acabo de descrever! (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 546, de 1980, do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do Artigo de autoria do sociólogo Luiz Carlos Mancini, publicado no *Jornal do Brasil*, de 19 de outubro de 1980.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 547, de 1980, do Senador Bernardino Viana, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da palestra proferida pelo Ministro de Estado do Trabalho Murilo Macedo, por ocasião da inauguração do edifício-sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, em Brasília, no dia 19 de novembro de 1980.

— 3 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de redação em seu Parecer nº 1.222, de 1980), do Projeto de Resolução nº 130, de 1980, que suspende a execução da alínea "c", do nº 17, do inciso II, do art. 106 do Decreto-lei nº 05, de 15 de março de 1975, e o Decreto "N", nº 1.135, de 26 de setembro de 1968, ambos do Estado do Rio de Janeiro.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1980 (nº 3.898, de 1980, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que menciona, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1, 2, e 3, de 1981, das Comissões:

— *De Constituição e Justiça;*

— *de Serviço Público Civil; e*

— *do Distrito Federal.*

— 5 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1980, do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre preferência a posseiros na alienação de terras da União, tendo

PARECERES, sob nºs 1.243 a 1.246, de 1980, das Comissões:

— *de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;*

— *de Agricultura, favorável;*

— *de Legislação Social, favorável; e*

— *de Finanças, favorável.*

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1979, do Senador Amaral Furlan, dispondo sobre recebimento de pecúlio pelo aposentado que retorna ao trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 1.139 a 1.141, de 1980, das Comissões:

— *de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, com a Emenda que apresenta de nº 1-CCJ;*

— *de Legislação Social, favorável; e*

— *de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.*

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1980, do Senador Gastão Müller, que obriga a identificação numérica de motores pelas fábricas produtoras de veículos automotores e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.124 e 1.125, de 1980, das Comissões:

— *de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes; e*

— *de Economia, favorável.*

— 8 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Se-

nado nº 18, de 1980, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aposentadoria especial do músico, tendo

PARECER, sob 1.032, de 1980, da Comissão

— de *Constituição e Justiça* (ouvido o Ministério da Previdência e Assistência Social), pela inconstitucionalidade.

— 9 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DE AGRICULTURA

7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1980

Às dez horas do dia dezessete de setembro do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala Ruy Barbosa, presente os Senhores Senadores Evelásio Vieira — Presidente, Aderbal Jurema, Leite Chaves, José Richa, Evandro Carreira, Passos Pôrto, Affonso Camargo, Itamar Franco, os Senhores Deputados Pedro Ivo e Pedro Correia e o Senhor Doutor Mauro Silva Reis, Presidente do IBDF, reúne-se a Comissão de Agricultura.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Doutor Mauro Silva Reis, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, que apresenta uma exposição relacionada com as atividades das instituições que dirige.

Encerrada a palestra, passa-se aos debates, deles participando todos os Senhores Parlamentares presentes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a colaboração do ilustre depoente, assim como a presença dos Senhores Senadores e Deputados, determinando, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1980, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA, SEGUIDA DE DEBATES, DO SENHOR DOUTOR MAURO SILVA REIS, PRESIDENTE DO IBDF, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

PRESIDENTE: SENADOR EVELÁSIO VIEIRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEITE CHAVES

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Iniciando nossos trabalhos, a Comissão de Agricultura do Senado da República, recebe o Dr. Mauro Silva Reis, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, organismo federal que tem uma alta responsabilidade dentro do interesse do desenvolvimento econômico e, também, ecológico.

A Comissão de Agricultura do Senado Federal achou por bem convidar S. Sª para vir à nossa Comissão e fazer uma palestra informativa a respeito das atividades do IBDF, para, logo após sua exposição, estabelecermos um diálogo para que a nossa Comissão possa se inteirar melhor das atividades do IBDF, a fim de estarmos melhor capacitados no cumprimento da nossa missão dentro das nossas atribuições e, também, do próprio Senado da República.

Concedemos, assim, a palavra ao Dr. Mauro Reis, Presidente do IBDF.

O SR. MAURO REIS — Exmº Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Evelásio Vieira, nobres Senadores Leite Chaves, Evandro Carreira, José Richa, membros desta importante Comissão:

Foi com muita honra e satisfação que recebemos o convite para prestar informações sobre as atividades do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, órgão responsável pela política florestal do País, que temos a honra de presidir há exatamente três meses e meio, aceitando a convite do Presidente João Figueiredo e do Ministro Amaury Stábile, da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 15 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 86, DE 1980

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base na delegação de competência contida no Ato nº 2, de 1973, da Comissão Diretora, resolve:

— Autorizar a renovação do contrato de Manuela Escolona Coro, pelo prazo determinado de 90 (noventa) dias e sob o regime jurídico da CLT, com o salário mensal de Cr\$ 52.806,00, para execução de tarefas técnico-científicas de sua especialidade, no campo da pesquisa e assessoramento legislativos, a partir do término do contrato anterior.

Senado Federal, 15 de dezembro de 1980. — *Luiz Viana*, Presidente.

Ao IBDF, na qualidade de autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, criada pela Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, cabe a formulação, orientação, coordenação e execução da política florestal brasileira. Isto implica, de um lado, no fomento e estímulo ao desenvolvimento florestal, caracterizado pelo uso adequado de nossas florestas; e, do outro lado, na preservação do nosso patrimônio de flora e fauna.

A evolução florestal nos países industrializados, tem-se caracterizado por uma progressiva transformação das áreas cobertas com florestas em terras próprias para agricultura e pecuária, visto que a necessidade de produção de alimentos para fazer face à contínua explosão demográfica tem que merecer prioridade absoluta em todas as nações.

Infelizmente, na maioria dos países, a ocupação e utilização dos recursos florestais foram desenvolvidas de maneira não condizente com os preceitos silviculturais e conservacionistas implicando, desta feita, no desaparecimento de grandes maciços florestais e, conseqüentemente, redundando em desequilíbrio ecológico.

Estudos realizados assinalam que até o final do ano de 1979, a expansão da agricultura, a coleta de lenha para combustível e a exploração comercial das florestas haviam sido a causa da eliminação de metade das florestas da África, um terço a América do Sul, e outro terço no Sudeste Asiático.

Esta experiência histórica quanto ao uso irracional ou inadequado dos recursos naturais renováveis e suas comprovadas conseqüências negativas sob o ponto de vista social, econômico e ecológico, também se fizeram sentir no Brasil desde a época de nosso descobrimento. A história nos ensina que foram nossos colonizadores os primeiros predadores da nossa floresta, uma vez que o Pau-Brasil tinha grande aceitação no mercado europeu.

A pressão sobre as florestas brasileiras tem se agravado nos últimos anos, face à crescente demanda de madeira para suprir o mercado nacional, em franca expansão e, ainda, atender a uma também crescente procura por parte do mercado internacional, devido à diminuição das reservas dos países exportadores e à diminuição das reservas florestais de cada país em conseqüência da sua exploração irracional.

O desmatamento indiscriminado, que implica na remoção da cobertura florestal sem a finalidade de uso adequado do solo, tem conseqüências ecológicas e sociais desastrosas. O solo, ao ser deixado a mercê das inclemências do tempo, vê-se afetado em sua fertilidade. De fato, a água das chuvas ao cair e não encontrando a camada de humos formada pela floresta, deixa de ser absorvida para o subsolo e tende a correr livremente para os rios e as bacias hidrográficas levando consigo grande quantidade de matéria orgânica e partículas de solo. Também a capacidade das represas diminui progressivamente, e as enchentes tornam-se cada vez mais lesivas social e economicamente.

Por outro lado, sabemos que numa floresta tropical a maior parte dos nutrientes se encontra nas árvores e não no solo, como ocorre nas áreas temperadas, de modo que os terrenos desmatados, em geral, terminam nus e estéreis, ou são substituídos por pastos pobres, sem valor nutritivo para o gado ou para a agricultura, a menos que se invista grandes somas em fertilizantes sintéticos e correspondentes defensivos.

É óbvio que não podemos sustentar o princípio do desenvolvimento ilimitado à base de uma tecnologia de exploração predatória de nossos recursos naturais, porque a própria sobrevivência do homem e do país estaria em jogo.

Dos 845,6 milhões de ha (8.465 milhões de km²) que o Brasil tem de área territorial, 347 milhões estão cobertos por floresta tropical, 112 milhões correspondem ao cerrado, 34 milhões à caatinga e, aproximadamente, 35 milhões às florestas plantadas. Isto significa que perto de 60% do território nacional está coberto por algum tipo de cobertura florestal.

Entendemos que os recursos naturais renováveis estão à disposição do homem para que este os manipule com o objetivo de conseguir benefícios eco-

nômicos ecológicos e sociais, tanto para as gerações presentes como para as futuras. É fato incontestável que a floresta não é obstáculo ao desenvolvimento, e sim um meio para alcançá-lo.

Nesta linha de pensamento, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal vem orientando as atividades do setor, de modo a se alcançar a harmonia entre a utilização dos recursos naturais renováveis, necessários ao processo de desenvolvimento nacional, com a preservação dos ecossistemas existentes.

O momento atual tem sido reconhecidamente caracterizado pela crescente importância do setor florestal na economia do País. A sua contribuição na formação do PIB tem sido e pode ser ainda mais substancial.

Na geração de emprego, as atividades do setor absorveram um contingente de mão-de-obra não qualificada, correspondente, em 1979, a 3,7% da população economicamente ativa do Setor Agrícola Brasileiro.

No combate à inflação, o setor florestal pode responder, dentre outras alternativas, utilizando-se das técnicas silviculturais do manejo florestal para aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais a preços mais acessíveis.

Na produção de alimentos, através do programa agrosilvicultural implantado no ano passado, e que hoje já faz sentir a sua importância como uma alternativa viável ao aumento da fronteira agrícola do País.

No balanço de pagamento, através do programa energético e do incremento de suas exportações, nos últimos três anos, o setor triplicou a sua participação na balança comercial. Comparando com o total das exportações brasileiras, o comércio de madeira e derivados no último ano (1979) representou cerca de 4% do montante de divisas.

As transformações ocorridas no panorama energético internacional, durante os anos setenta, ensejaram a adoção de múltiplas e sucessivas medidas por parte de diversos governos para atenuar os efeitos da crise do petróleo sobre as respectivas economias nacionais.

No caso brasileiro, a fixação da diretriz de diminuição da dependência externa no campo energético vem conduzindo a uma nova angulação do panorama de diversos segmentos da economia e, ainda, ao exame do setor florestal do ponto de vista de sua contribuição potencial à geração de energia.

As excepcionais condições de desenvolvimento da biomassa florestal em nosso País, aliadas à capacidade de incorporação de terras, cujo uso não conflita com a agricultura voltada para a produção de alimentos, colocaram em primeiro plano a conveniência de mobilização do setor, no esforço de reajustamento da economia às dificuldades de importação de energia.

A utilização da madeira, sob a forma de lenha, carvão vegetal, ou ainda o uso combinado de óleo e finos de carvão é, a curto prazo, a mais importante alternativa de substituição de óleo combustível. Este derivado, que representa cerca de 30% do consumo de petróleo, é o que tem maior possibilidade de substituição, tendo em vista as condições de sua utilização no processo industrial e o fato de que esta substituição vegetal já apresenta preços competitivos.

Por outro lado, ainda que em um prazo maior, também a obtenção do álcool a partir da madeira coloca-se como importante alternativa, conforme foi definido pelo governo quando da criação da COALBRA, empresa de economia mista responsável pela operação deste processo. O progresso tecnológico da operação industrial de álcool da madeira tornará viável a substituição da gasolina.

Diante disso, será necessário que as florestas naturais sejam utilizadas dentro de um manejo racional e sustentado, sem o que haverá danos ambientais de vulto.

Sabemos que o reflorestamento no Brasil é, e continuará sendo por algum tempo, atividade complementar ao manejo de florestas nativas. Torna-se premente sensibilizar o País para o fato de ser a floresta um recurso natural renovável, que pode ser utilizado mediante manejo racional.

Assim, a implementação de programas e projetos de reflorestamento, incluindo as técnicas agrosilviculturais, pode aumentar significativamente a produção de alimentos humanos e animais e de matéria-prima madeireira para a indústria e para geração de energia.

Para fazer face a essa realidade e a novos desafios, essa administração está consciente de que é necessário reformular o modelo florestal brasileiro, vinculando-o a um contexto de maior abrangência e complexidade. É preciso atender a crescente demanda de madeira para os programas de celulose e papel, siderurgia e madeira processada. Simultaneamente, é preciso também inverter a tendência histórica da participação declinante da biomassa vegetal no balanço energético.

Temos a humildade de reconhecer que esta grandiosa tarefa extrapola os instrumentos e recursos que ora o IBDF dispõe para realizá-la a contento. Portanto, entendemos ser igualmente impositivo a reestruturação e o fortalecimento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela reformulação, orientação, coordenação e execução da política flo-

restal do País, de modo a torná-lo o serviço florestal do Brasil em seu *sensu lato*.

Desde a criação do IBDF, a partir da junção do antigo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Nacional do Mate e do Instituto Nacional do Pinho, têm sido realizados intensos esforços de desenvolvimento institucional, embora insuficientes para a dimensão da problemática que lhe cabe abarcar no momento.

A relevância das ações que são esperadas do IBDF requer um permanente aperfeiçoamento de seus níveis técnicos, condição para que possa coordenar a contento o processo de decisões em sua área. Esta, tem-se caracterizado pela continuada expansão quantitativa e qualitativa, com o surgimento de novas empresas e agências governamentais e pela diversificação de possibilidades de integração entre interesses empresariais e objetivos de governo.

Na explicitação de sua política, caberá ao Instituto a formulação de um programa florestal nacional destinado a captar e direcionar a dinâmica dentro da qual se desenvolverão as atividades florestais, indicar metas setoriais e regionais e mensurar os impactos resultantes desta ação.

A montagem desse programa não prescindirá da consulta às entidades envolvidas no sistema, à iniciativa privada, à comunidade técnico-científica e aos poderes constituídos, para que possamos definir uma programação concreta e detalhada, incapaz de gerar expectativas desvinculadas das exigências e possibilidades atuais. Através do apoio de outros segmentos governamentais, buscar-se-á uma completa estruturação das áreas prioritárias para reflorestamento, com indicações de alternativas de utilização da madeira, de canais de acesso e comercialização de insumos e produtos básicos e de fixação do homem ao campo — aí incluída a interiorização das condições de saúde e educação.

Assim, o estabelecimento de uma programação por regiões florestais, que não implique em incertezas e instabilidades, a manutenção da atualização dos custos dos projetos à época das liberações e a normalidade do fluxo financeiro do órgão gestor dos incentivos, para os executores, serão fatores que ensejarão a adoção de medidas práticas tendentes à verificação da produtividade alcançada, como instrumentos de valorização da eficiência técnica-empresarial.

Ilustres Senadores, após esta introdução genérica da problemática florestal brasileira, passaremos a discorrer a respeito das programações que vêm sendo desenvolvidas pela Autarquia, acrescentando comentários ao texto, quando o assunto merecer maiores detalhamentos.

Apresentarei aos Srs. mais ou menos compatizado, as diferentes áreas de atuação do IBDF, e os programas que vêm sendo desenvolvidos.

O primeiro deles diz respeito ao

Sensoriamento remoto e Inventário Florestal

Para que possamos planejar corretamente o setor florestal, obviamente, faz-se necessário que tenhamos um conhecimento perfeito de nossa cobertura florestal. E o controle, fiscalização, e avaliação periódica da cobertura florestal brasileira não são tarefas das mais fáceis, tendo em vista as dimensões continentais do território brasileiro.

Consciente, porém, da necessidade imperiosa de desenvolver uma política florestal dinâmica, adequada à realidade brasileira, o IBDF, em meados de 1977, assinou convênio com o Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE, órgão vinculado ao CNPq, com a finalidade de testar a aplicabilidade do uso de imagens multiespectrais e multitemporais do satélite *Landsat*, através de processos visuais e automáticos de interpretação, para fins de avaliação da cobertura florestal do nosso território, mediante a implementação de um projeto conjunto, IBDF/INPE, desdobrado em três subprojetos — Desmatamento, Reflorestamento e Parques Nacionais.

O subprojeto Desmatamento, teve por objetivo mapear as alterações ocorridas na cobertura florestal natural do Território Federal de Rondônia (área-teste), sendo que, da mesma forma, o subprojeto reflorestamento restou as potencialidades dos dados *Landsat* no mapeamento de florestas plantadas, especialmente as de *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp., através de computador e por processo visual, de uma área com 776,4 mil hectares no Estado de São Paulo. Simultaneamente, através do subprojeto Parques Nacionais, mapeou-se os recursos florestais, geológicos e geomorfológicos, mediante interpretação visual de imagens MSS *Landsat*, do Parque Nacional da Amazônia, localizado no Estado do Pará.

Uma vez testada e comprovada a aplicabilidade, efetividade e operacionalidade das técnicas de sensoriamento remoto, para análise e avaliação dos recursos florestais brasileiros, através das imagens geradas pelo sistema *Landsat*, resolveu o IBDF, ampliar, em 1979, a área de atuação dos subprojetos iniciais, dando-lhes abrangência nacional, mediante a criação do "Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil", subordinando-o técnica e administrativamente ao Departamento de Pesquisas do IBDF.

Com a implementação do "Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil", o subprojeto Desmatamento, antes limitado ao Terri-

tório Federal de Rondônia, foi ampliado para a área de toda a Amazônia Legal (506 milhões de hectares) e, já em 1980, cobrirá integralmente a área territorial do Brasil. O subprojeto Reflorestamento, por sua vez, foi redimensionado, cobrindo a totalidade do Estado de Mato Grosso do Sul, através do mapeamento dos projetos de reflorestamento implantados, prosseguindo em sua faixa de atuação, agora nas demais unidades federativas. Finalmente, o subprojeto Parques Nacionais hoje cobre toda a área do Parque Nacional da Amazônia e os 21 Parques Nacionais do IBDF, de forma integrada.

Para a consecução de seus objetivos, o Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil dispõe, atualmente, de uma equipe técnica composta por 16 Engenheiros florestais, com treinamento especializado em sensoriamento remoto florestal, distribuídos nos escritórios central e regionais do IBDF. Vale aqui ressaltar que o treinamento a que foram submetidos esses técnicos compreendeu a teoria e a prática das modernas técnicas de sensoriamento remoto, abrangendo o campo da aplicação florestal nos setores de fitogeografia, manejo, inventário, política e legislação florestal, possibilitando-lhes, com esses conhecimentos, a elaboração de trabalhos de mais alta precisão.

Através de convênios, de cooperação técnica, na área de sensoriamento remoto, colaboram executivamente com o Programa a Universidade Federal de Santa Maria, RS, que ainda em 1980 mapeará os desmatamentos e reflorestamentos realizados nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Universidade Federal do Paraná, que desenvolverá idêntico trabalho naquele Estado; a Universidade Federal de Viçosa, MG, que monitorará os reflorestamentos e a cobertura vegetal de Minas Gerais; e o Projeto Radam-Brasil/DNPM, do Ministério das Minas e Energia, que prestará sua colaboração técnica ao programa.

Além desses órgãos de cooperação técnica ao Programa, vale aqui ressaltar o importante apoio que será prestado, em futuro próximo, pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo, que procederá o levantamento daquela unidade federativa; pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, e pela FAO, através do Projeto BRA/78-003, lembrando ainda a cooperação financeira procedente dos Programas Especiais do IBDF, através do Polamazônica e Polocentro.

Gostaria de apresentar aos Senhores alguns resultados iniciais do Programa de Monitoramento:

O Projeto Desmatamento, em sua etapa inicial, concluída em fins de 1979, mapeou todas as áreas da Amazônia brasileira onde ocorreram alterações da cobertura florestal natural. Foram determinadas, então, todas as áreas consideradas críticas quanto ao desmatamento. A partir do corrente ano, as atividades se concentrarão nessas áreas críticas, procurando-se fazer um estudo detalhado da sua evolução, quanto ao uso da terra, bem como da utilização que esteja sendo dada aos recursos florestais objeto de desmatamento.

No mapeamento inicial da Amazônia Legal, cuja área totaliza 506 milhões de hectares, constatou-se que 7,7 milhões de hectares de cobertura vegetal já haviam sido alterados pelo homem, ou seja 1,55% da área total.

Considerando-se somente a Amazônia geográfica, com uma área de 355 milhões de hectares, compreendendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre, e os Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, a área de floresta tropical densa alterada foi de 3,11 milhões de hectares, que correspondem a 0,87% de toda a área. Tomando-se por base somente a área ocupada por floresta tropical densa que totaliza 280 milhões de hectares, o índice é de 1,11%.

Finalmente, é importante salientar a taxa de avanço das alterações na cobertura florestal natural entre os períodos de 1975 e 1978, por Estado da Federação.

No Território Federal do Amapá, o incremento foi de 12%, que corresponde a 0,122% da área do território; no Estado do Pará, 159,36% equivalente a 1,828%; território Federal de Roraima, 161,36% correspondente a 0,059%; Estado do Maranhão, 149,39% correspondendo a 2,84%; Goiás, 193,35% equivalendo a 3,6%; Acre, 111,45% que correspondem a 1,615%; Território Federal de Rondônia, 243,98%, correspondendo a 1,818%; Mato Grosso, 180,07% ou seja 3,218% da área total do estado e, finalmente, Amazonas, 129,08%, isto é, 0,114% da área total.

O Projeto Reflorestamento, durante o ano de 1979, mapeou, através de interpretação automática e visual, de dados Landsat, todos os projetos de reflorestamentos existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, situados basicamente no eixo Campo Grande-Três Lagoas. Foi efetuado um mapeamento detalhado, a nível de propriedade florestal, utilizando-se, para isso, intenso trabalho de campo completando com sobrevôos a baixa altitude. Através dessa metodologia, foi possível determinar os problemas existentes nos projetos de reflorestamento, implantados no Estado de Mato Grosso do Sul, tais como falhas nos povoamentos, alterações no cronograma de atividades no que concerne ao plantio e outros.

O Projeto Parques Nacionais mapeou, durante o ano de 1979, além da cobertura florestal do Parque Nacional da Amazônia, todos os aspectos geológicos e geomorfológicos do Parque, em sua área total que compreende 1 milhão de hectares. Utilizou-se, para o detalhamento do mapeamento, além de intenso trabalho de campo, sobrevôos a baixa altitude. Os mapas produzidos são de grande importância para o acompanhamento da dinâmica dos planos de manejo do Parque.

Os dados elaborados pelo Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil são da maior relevância para o desenvolvimento de uma política de Governo, voltada para os aspectos conservacionistas e preservacionistas, uma vez que proporcionam uma visão global, clara, concisa e periódica da distribuição espacial das áreas consideradas críticas, quanto à alteração da cobertura vegetal, o seu ciclo de evolução, bem como identifica os agentes responsáveis por tais alterações. A função fiscalizadora, portanto, é uma das principais atribuições do Programa, através dos subprodutos produzidos, de vez que propiciará ao IBDF e aos demais órgãos governamentais o disciplinamento da ocupação racional do nosso território.

Outro programa importante que vem sendo desenvolvido pelo IBDF, diz respeito ao inventário florestal contínuo. A concessão de benefícios fiscais para empreendimentos florestais, a partir de 1965, e as medidas adotadas pelo IBDF para o cumprimento da obrigatoriedade da reposição florestal, acarretaram numa expansão da área reflorestada, porém não ocorrendo nenhum controle qualitativo e quantitativo da produção.

Face a necessidade de obtenção de dados referentes à produção, crescimento e rendimento das florestas implantadas com incentivos fiscais e/ou reposição obrigatória, criou-se um Sistema Nacional de Avaliação dos Recursos Florestais do País — Inventário Florestal Contínuo, de importância fundamental como elemento direcional da Política Florestal, no planejamento individual das empresas florestais e para o próprio planejamento regional do Governo.

Para o desenvolvimento do Sistema, foram assinados convênios com diversas Universidades para a execução do Inventário Florestal Contínuo, com instalação e medição de parcelas permanentes a fim de avaliar o potencial madeireiro dos reflorestamentos.

Já foram assinados convênios com as Universidades Federais do Paraná, Brasília, Mato Grosso, Viçosa e Pernambuco. Neste semestre, serão ainda assinados novos convênios com as Universidades Federais de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará. Com isso, todo o Território Nacional será inventariado em compatibilização com o Programa de Sensoriamento Remoto. No Programa de Inventário Florestal estão sendo utilizados recursos totais da ordem de Cr\$ 45 milhões, que serão suficientes para levantar uma área de aproximadamente quatro milhões de hectares.

Já agora, no início do próximo ano, o IBDF deverá iniciar, também, o levantamento e a avaliação sistemática dos recursos naturais renováveis do País, no que diz respeito às florestas nativas, compatibilizando assim o levantamento das florestas plantadas com uma perfeita avaliação, principalmente no Centro-Sul da nossa disponibilidade da floresta nativa, avaliação essa extremamente importante no momento em que há uma demanda muito grande por madeira para substituição do óleo combustível na Região Centro-Sul do País.

No que diz respeito especificamente à fiscalização da flora e fauna, cumpre-nos informar aos senhores que o IBDF vem desenvolvendo esforços para melhorar este setor, que, reconhecemos, diante da imensidão continental do território brasileiro, não tem tido a eficácia que se desejaria. Não podemos deixar de reconhecer, neste ponto, a nossa falta de condições e de recursos para realizar um trabalho realmente eficaz.

Em vista disso, O IBDF vem firmando convênios com os governos estaduais e prefeituras municipais, dando-lhes recursos para exercer uma fiscalização efetiva e competência para aplicar o Código Florestal. No corrente exercício, o IBDF repassou aos órgãos estaduais e municipais, por conta de convênios assinados, recursos superiores a 75 milhões de cruzeiros, para serem aplicados na atividade de fiscalização de flora e fauna.

Futuramente, esperamos que possa haver uma perfeita integração entre o Programa de Sensoriamento Remoto e a fiscalização de terra, proporcionando ao IBDF condições de adotar providências imediatas, com vistas a coibir abusos que ainda se verificam na exploração da flora e da fauna.

Passarei, agora, a fazer alguns comentários sobre o Programa de Reflorestamento gerenciado pelo IBDF que está subdividido no Fiset-Florestamento e Reflorestamento — que é o Fundo Setorial Fiset, e no Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Móveis Rurais, que chamamos de REPEMIR.

No que diz respeito ao florestamento e reflorestamento incentivado, gostaria de apresentar aos ilustres membros desta Comissão um breve histórico do Fundo Setorial Fiset-Florestamento e Reflorestamento.

O reflorestamento sob égide governamental teve início na década de 1940, através do Instituto Nacional do Pinho, que recebia uma taxa dos consumidores de madeira e com esses recursos procedia a plantios florestais.

Depois de 1964, outra modalidade foi adotada, paralelamente: os consumidores e exportadores de madeira, para dar cumprimento à obrigatoriedade de reposição, receberam autorização para efetuar diretamente os reflorestamentos, ao invés do pagamento da taxa ao INP.

Em seguida, em 1966, surgiu a política federal de estímulo ao reflorestamento, através de incentivos fiscais deduzidos do Imposto de Renda. A legislação, nesse sentido, se iniciou com a Lei nº 5.106 — de notável eficiência e simplicidade. O novo instrumento possuía no entanto, algumas sérias deficiências:

a) o Governo não detinha um eficiente controle da arrecadação do Imposto de Renda, uma vez que somente na Declaração do Contribuinte no ano seguinte ao ano-base, é que tomava conhecimento das aplicações de incentivos fiscais no reflorestamento e do valor pecuniário das mesmas (e que representava uma dedução do recolhimento);

b) desde que o Projeto de reflorestamento estivesse formalmente em ordem, do ponto de vista técnico e jurídico, recebia aprovação, sem maiores preocupações quanto à sua viabilidade econômica ou enquadramento em prioridades governamentais (que, aliás, não haviam sequer sido formuladas);

c) quanto ao contribuinte do Imposto de Renda e investidor em reflorestamento, o sistema da Lei nº 5.106 apresentava grave inconveniente e que consistia na necessidade de “colocar o caixa na frente”, ou seja, efetuar o desembolso num ano e ir receber os valores de volta no ano seguinte. Tal necessidade fez com que muitos contribuintes simplesmente renunciassem à prerrogativa da aplicação dos incentivos.

Em 1970, foi criado um novo instrumento legal, para a aplicação dos incentivos no reflorestamento: o Decreto-lei nº 1.134, que eliminava concomitantemente dois dos inconvenientes citados: a ausência de controle da arrecadação e a necessidade de desembolso prévio.

O sistema era simples, desburocratizado, e o IBDF desempenhava apenas um papel de fiscal — nada tendo a ver com o aporte de recursos para o cronograma financeiro dos Projetos. Esses recursos eram aplicados pelos Contribuintes/Investidores diretamente em projetos próprios (quando possuíam uma reflorestadora ou contratavam os serviços de alguma), ou captados pelas reflorestadoras, junto a Contribuintes/Investidores, através de corretores pagando uma taxa de captação de 5% (tal percentual era previsto no Projeto).

A partir de 1974, os objetivos começaram a ser definidos com maior precisão, surgindo prioridades constantes de Programas específicos, tais como o Programa Nacional de Papel e Celulose (Conselho de Desenvolvimento Econômico, 04 de dezembro de 1974) e o Plano de Carvão Vegetal bem como Regiões Prioritárias para reflorestamento e Distritos Florestais dentro de cujas fronteiras os Projetos deviam obrigatoriamente ser localizados.

Essa reformulação veio a consubstanciar-se através do evento do Decreto-lei nº 1.376, de 12-12-74, que criou os chamados “Fundos” — Fundos de Investimento, análogos ao Fundo 157, mas geridos e administrados pelo Governo Federal, através de agências de desenvolvimento (IBDF, SUDENE, SUDEPE, EMBRATUR) e bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco Nordeste, etc.).

A justificativa oficial da reformulação prendia-se a duas alegadas deficiências do sistema até então vigente:

a) a captação de incentivos, por parte das reflorestadoras, estaria prejudicando o mercado, com o pagamento de taxas de intermediação que iam até 20% dos valores captados;

b) existia defasagem entre os valores necessários para a execução de todos os Projetos aprovados e os valores disponíveis de incentivos fiscais a serem captados pelas reflorestadoras.

O sistema dos “Fundos”, funciona, em síntese, da seguinte maneira:

a) no fim do ano-base, as agências de desenvolvimento (IBDF, SUDENE, etc.) apresentam ao Ministério a que estão vinculados um orçamento dos recursos necessários para dar continuidade aos Projetos em andamento e início aos novos, e o Ministério leva o assunto à decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que estabelecerá o orçamento de cada Fundo (FISSET, FINOR, FINAM, etc.), dentro do orçamento global dos incentivos fiscais.

b) paralelamente essa tramitação, no âmbito da atividade das empresas florestais, devem elas apresentar (no caso do reflorestamento) ao IBDF até setembro do ano-base cartas-consulta referentes aos novos Projetos que pretendem executar;

c) o IBDF, por sua vez, já tendo conhecimento do Orçamento para o setor, definido pelo DCE, deverá apreciar e deferir, ou não, essas cartas-consulta, até o início do ano seguinte;

d) as reflorestadoras que receberam deferimento integral ou parcial das cartas-consulta apresentadas deverão, até julho seguinte, protocolar no IBDF os projetos respectivos (o Instituto tem 180 dias para apreciá-los conclusivamente). Normalmente, a informação do resultado é conhecida no fim do ano e os Projetos começam a ser executados em janeiro do ano seguinte.

Do ponto de vista dos contribuintes do IR e Investidores, o funcionamento é o seguinte:

a) em sua Declaração de Rendimento, a pessoa jurídica faz, quanto aos Incentivos fiscais, sua opção por reflorestamento, 17,5% do IR a pagar, na região Centro-Sul, e mais 7,5%, na região Nordeste, recolhendo o IR juntamente com os valores dos Incentivos;

b) essa opção e esse recolhimento dão ao Investidor, na regra geral do FISSET, a condição de cotista do mesmo, representada por um documento denominado CI (Certificado de Investimento) a ser recebido no prazo de um ano;

c) no entanto, caso o Investidor queira vincular-se diretamente a um projeto específico (art. 18 do Decreto-lei nº 1.376), deverá escolher uma reflorestadora que possua projeto aprovado ou carta-consulta deferida outorgando-lhe os poderes para utilizar os seus Incentivos em Projeto em andamento ou em Projetos novos. Nessa hipótese, a participação de cada investidor, em cada Projeto, não poderá ser inferior a 5% do valor global do mesmo (relativo a 1 ano de implantação e; geralmente, 3 anos de manutenção). É claro que o Investidor poderá ter uma reflorestadora a ele vinculada, destinando à mesma a totalidade de seus Incentivos, para, eventualmente, tornar-se detentor único de um ou de vários Projetos;

d) quando houver optado pelo “Projeto próprio”, o Investidor não receberá o CI (Certificado de Investimento) comprobatório da condição de cotista do FISSET, recebendo, ao invés, diretamente do Banco do Brasil, um documento denominado CPR (Certificado de Participação em Reflorestamento). Esse Certificado diz respeito a um Projeto específico e através dele pode o Investidor aferir qual a sua participação, qual o seu quinhão, no condomínio do Projeto em referência.

Na prática, o sistema FISSET significa a existência concomitante de duas modalidades de Projetos:

a) “Projetos abertos”, ou aqueles não vinculados diretamente a Investidores, mas sim ao FISSET (que recebe, nas liberações, o Certificado de Participação);

b) “Projetos próprios”, ou aqueles em que os Investidores se vinculam diretamente, recebendo, eles próprios, os Certificados de Participação em Reflorestamento.

Após 14 anos de funcionamento do FISSET, faz-se premente promover uma revisão de seus mecanismos, sobretudo se levarmos em consideração o caráter itinerante das atividades de reflorestamento e a importância de sua adaptação às características e necessidades regionais do presente momento. Consideramos necessário o reexame do FISSET, para que possam ser eliminadas algumas distorções já detectadas e introduzir aperfeiçoamentos imprescindíveis ao seu funcionamento eficiente.

Na realidade, esse reajustamento do FISSET à conjuntura atual está sendo estudado a nível do Ministério da Agricultura e a nível da SEPLAN.

Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais — REPEMIR

O REPEMIR tem por objetivo fornecer ao pequeno proprietário rural uma fonte de material lenhoso e madeira para as construções rurais; aumentar a fonte de matéria-prima para combustível, à disposição das indústrias, e preservar as matas nativas ainda existentes nos Estados da Federação.

O Programa pretende também, com a reposição de essência de rápido crescimento, evitar o abate indiscriminado de nossas reservas nativas, atualmente utilizadas com geradores de energia e também para construções. São objetivos específicos do Programa oferecer aos pequenos e médios produtores rurais novas alternativas para as melhorias de suas rendas; promover o aumento da produtividade da terra; propiciar aos produtores rurais os benefícios sociais das florestas; aproveitamento de terras de vocação especificamente florestal, e que não estão sendo exploradas; restaurar e preservar as condições ecológicas e ambientais com a formação de maciços florestais, e finalmente, a criação de uma consciência florestal.

Para receber o benefício do Programa, o Produtor rural deve preencher os seguintes requisitos: ser proprietário rural; possuir área máxima enquadrada na região como pequena e média propriedade; estar disposto a implantar de 0,5 a 10 hectares; e ser receptivo às técnicas usadas em reflorestamento.

Além das tradicionais técnicas silviculturais, o IBDF exige do produtor o plantio mínimo de 10% de essências nativas da região. O reflorestamento não deve ocorrer em áreas próprias para a agricultura, entretanto, recomenda-se que dos 10% correspondentes às essências nativas, sempre que possível, sejam plantadas ao longo dos rios ou de qualquer curso de água ou ainda em forma de enriquecimento a vegetação existente. A essência principal a ser explorada não pode ser plantada em áreas de preservação permanente, ficando fixado o mínimo de 1.800 árvores por hectare para essas essências. As secundárias devem ter a quantidade por hectare adequada a cada uma, obrigando-se a produção de 10% a mais do número de mudas a serem plantadas, a fim de que sejam utilizadas no replantio.

Através do Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais, o IBDF dá um subsídio reajustável de Cr\$ 6.000,00, por hectare, que é aplicado em produção ou compra de mudas, ajuda de custo e assistência técnica. Os recursos para o programa são oriundos do Conselho Nacional do Petróleo.

Na região Sudeste, foram aplicados Cr\$ 78,5 milhões, à região Sul foram repassados Cr\$ 60,7 milhões, região Centro-Oeste recebeu Cr\$ 49,5 milhões e na região Nordeste foram aplicados Cr\$ 27,5 milhões. Dos 52 mil hectares plantados até agora pelo REPEMIR, 21 mil se encontram no sul do País, 12.250 estão no Centro-Oeste, 11 mil na região Sudeste e 7.945 nos Estados do Nordeste.

Neste segundo semestre, os Estados do Nordeste terão uma participação maior no Programa, com a assinatura de acordos no valor aproximado de Cr\$ 35 milhões, para o reflorestamento de mais de cinco mil hectares, no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Alagoas.

Com relação ainda às atividades de reflorestamento, gostaria de finalizar, enfatizando aos Senhores que estamos trabalhando no sentido de dar continuidade ao processo de consolidação do Setor Florestal, no contexto das diretrizes da política econômica do Governo do Presidente João Figueiredo.

Pela sua indiscutível utilidade para o desenvolvimento econômico do País, gerando insumo para a produção de aço e permitindo a economia de divisas na importação deste produto e dos componentes destinados à sua fabricação, a indústria siderúrgica a carvão vegetal, o setor florestal merece especial destaque nas prioridades definidas para a política econômica do governo.

De outra parte a Nação conhece a elevada importância que se vem outorgando à exportação de produtos manufaturados brasileiros, com vistas à abertura de novos mercados consumidores e à agitação das divisas indispensáveis à estabilidade do balanço de pagamentos do País. Dois setores são marcadamente significativos para se alcançar o objetivo acima: a indústria de papel e celulose e a indústria de madeira.

As necessidades interna e externa previstas, exigem que o setor florestal brasileiro se encontre devidamente preparado para enfrentar essa demanda, contando com uma base de recursos suficientes para evitar que uma crise no setor conduza o País a uma situação difícil de contornar, já que ambos os segmentos são suscetíveis de virem a sofrer prejuízos em decorrência da falta de matéria-prima. Por isso é que cerca de 30% dos recursos destinados neste exercício para plantios novos visam ao atendimento desses setores.

Também de grande importância reveste o desenvolvimento da fruticultura do País, que hoje se revela capital na ampliação de exportações e na substituição de importações de algumas espécies, e para o qual foram alocados 15% dos recursos destinados a novos projetos.

Tendo em vista o reduzido nível de recursos orçamentários do Fiset — Florestamento e Reflorestamento, cujo limite foi fixado em Cr\$ 12,1 bilhões para o corrente exercício, a área total de reflorestamento aprovada em cartas-consulta, pelo IBDF, experimentou uma redução em torno de 12% com relação ao exercício anterior. Em 1979, o total aprovado foi de 495 mil hectares, contra 435 mil hectares, este ano.

Embora grande parte do êxito das atividades de reflorestamento no País seja devido à resposta dada pela iniciativa privada à política de incentivos do Governo, é certo, também, que algumas empresas não têm alcançado os objetivos e metas definidos em seus projetos.

Este problema que tem, infelizmente, ocorrido quando se pretende ampliar muito rapidamente o espaço de atuação da iniciativa privada através de incentivos fiscais, será equacionado pelo Grupo de Fiscalização e Auditoria — GFAUD, criado no âmbito do IBDF com a finalidade de promover, em caráter permanente, auditoria técnica, jurídica e contábil, nas empresas beneficiárias de incentivos fiscais destinados ao setor florestal. Com isto pretendemos sanear completamente o setor, separando o joio do trigo.

Em 1980 conferiu-se a prioridade estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE, que determinou a aplicação de 30% dos recursos do Orçamento Comprometimento Fiset na Região da SUDENE. Assim, a proposta orçamentária de 1980 previu a aplicação de

Cr\$ 4.726.000.000,00 nessa região do País, valor equivalente a 38,8% do valor total do Orçamento proposto. Em relação a aplicação de recurso para projetos novos, a serem implantados no presente ano, previu-se para a Região da SUDENE a alocação de 51,21% do valor total de implantação de novas áreas no País.

Destes, 31% dos plantios aprovados, estão localizados no Nordeste geográfico, e o restante na área da SUDENE de Minas Gerais, que hoje absorve 75% do reflorestamento realizado no Estado de Minas Gerais.

Em termos de área em cartas-consulta aprovadas este ano, a distribuição por Região foi a seguinte: Norte 17 mil hectares; Nordeste, 134.870 hectares; Centro-Oeste, 66.400 hectares; Sudeste, 149.330 hectares; e Sul, 67.930 hectares. A continuidade da política de incentivos fiscais para o setor vem se refletindo na consolidação do segmento empresarial, voltada para as atividades de reflorestamento na constante melhoria de produtividade média alcançada e na persistente expansão da área de reflorestamentos, fez com que ainda este ano se alcançasse a 4 milhões de hectares.

Gostaria de fazer agora alguns comentários sobre a atuação do IBDF na Amazônia, e qual é o pensamento da atual direção do IBDF com relação a ocupação da Amazônia sob o ponto de vista de uma política florestal maior.

Amazônia

Uma das preocupações permanentes do Governo do Presidente João Figueiredo e do Ministro Amaury Stáble, conseqüentemente, da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, tem sido a Amazônia, região de maior relevância para a consolidação do processo de integração nacional. A sua extensão, seu ambiente ecológico-científico-cultural, a importância de sua situação geopolítica, seus recursos hídricos, da flora e fauna, fatores, enfim, de toda ordem, implicam a necessidade urgente da formulação de política especial que, atendendo aos reclamos preservacionistas e conservacionistas, possibilite, igualmente, o aproveitamento de suas potencialidades econômicas.

Essa política envolve, certamente, múltiplos aspectos, mas um deles, de elevada importância e abrangência, é relativo ao vasto patrimônio florestal.

O Governo Federal, dada a magnitude e complexidade da questão, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo IBDF destinado a estudar e propor medidas para a formulação de uma política florestal para a Amazônia brasileira. O Grupo de Trabalho Interministerial foi integrado por representantes de vários Ministérios.

Esse Grupo de Trabalho realizou profundos e amplos estudos sobre a questão florestal Amazônica e apresentou sugestões que estão sendo apreciadas pelo Governo Federal, visando a formulação de uma Política Florestal para a Região. Essa política, uma vez definida, terá como objetivo maior a harmonização entre a utilização das potencialidades econômicas de seus recursos naturais com a preservação dos ecossistemas existentes na Região.

O documento encaminhado ao Governo, espelha a filosofia de trabalho que o IBDF pretende desenvolver na Amazônia brasileira, de forma perfeitamente harmônica com os demais órgãos sediados na Região.

Por esse motivo, darei a V. Ex^{ts} algumas linhas mestras que consubstanciam esse documento encaminhado à Presidência da República.

Tratam, ainda, esses estudos do zoneamento ecológico, fundamental para inventariar e avaliar os recursos naturais da Região, bem como as definições das Unidades de Proteção e Preservação e das Unidades de Conservação, de modo a propiciar as condições básicas para a utilização racional dos recursos naturais existentes na Amazônia brasileira e disciplinar a ocupação do espaço amazônico, viabilizando a melhoria do processo de planejamento do desenvolvimento regional.

Serão consideradas nessa programação governamental a demarcação e a garantia do pleno uso pelo índio de suas terras.

Pretende-se que os fins e os meios da Política Florestal afluam para a mesma direção, buscando a consecução dos seguintes objetivos gerais: divisão de setores ecológicos e econômicos de ordem florestal e agropecuários; implemento e ampliação das Unidades de Proteção e Preservação; criação e implantação das Unidades de Conservação; promoção de estudos e pesquisas necessários ao melhor desempenho na utilização da flora e fauna; recuperação das terras degradadas; formação de recursos humanos voltados às atividades florestais e agropecuárias e à educação conservacionista.

Na definição das faixas ecológicas e econômicas entende-se que poderão ser especificadas as áreas destinadas às Unidades de Proteção e Preservação, às de Conservação, às reservas de recursos, às atividades agropecuárias e a outras atividades produtivas, de acordo com zoneamento ecológico-econômico.

De modo a compatibilizar os aspectos econômicos, ecológicos-científicos e culturais, no processo de ocupação, manutenção e uso dos recursos florestais da Amazônia, duas linhas constituem o fundamento dos estudos

em questão: as Unidades de Proteção e Preservação e as Unidades de Conservação.

Uma vez definidas estas duas grandes linhas básicas e seus objetivos fundamentais, que em última instância pretendem a garantia da conservação e preservação dos recursos da flora e fauna da Amazônia, a política que se busca implantar estabelecerá normas para a utilização das Florestas Nacionais, categorias das Unidades de Conservação sobre a qual se fundamenta o processo de racionalização da exploração florestal industrial da Região.

As Florestas Nacionais são concebidas como áreas de uso múltiplo destinadas principalmente à produção comercial de madeira e outros produtos. Estas Florestas, que são bens públicos inalienáveis, têm como característica principal possuir bom potencial madeireiro, em termos qualitativos e quantitativos.

Quanto à demarcação e exploração comercial das Florestas nacionais, o Grupo de Trabalho Interministerial sugeriu que o Governo, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, e mediante Plano Diretor de Manejo, ficasse incumbido dessa tarefa. Este Plano estabelecerá todas as normas para a utilização racional da floresta em seus múltiplos usos. No que se refere à utilização madeireira, o Plano indicará critérios de corte, arrasto, transporte, proteção e administração da floresta. Visará, principalmente, a assegurar a regeneração natural da floresta e, se necessário, complementar essa regeneração com o enriquecimento e plantios de espécies desejáveis. Com isso, a estrutura básica da floresta e sua característica de recurso natural renovável são mantidas. Cuida, também, o aludido trabalho da proibição de quaisquer contratos de concessão ou outros que impliquem na perda do controle sobre os recursos da floresta.

Dentro, ainda, dessa perspectiva, prevê-se a seleção de duas Florestas Naturais, uma das quais será a Floresta Nacional de Tapajós, localizada no Estado do Pará, para a implementação inicial de projetos florestais de manejo racional sustentado, objetivando que os resultados de sua utilização industrial possam gerar dados experimentais que venham a justificar o desenvolvimento de projetos semelhantes em escala de analogia.

Segundo os estudos que se processam, as empresas privadas que possuem reserva florestal própria somente poderão explorá-las através das normas estabelecidas no Plano Diretor de Manejo, o qual definirá os critérios técnicos de execução da exploração visando a garantir a perpetuidade da floresta, através da sua regeneração e reposição, segundo projeto aprovado pelo IBDF, ouvida a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM. A sugestão é no sentido de que o IBDF acompanhe e fiscalize a execução do projeto aprovado.

A legislação em exame prevê a obrigatoriedade da reposição florestal, a qual tem por objetivo propiciar a recomposição da floresta explorada, devendo ser cumprida por todos aqueles que utilizem a madeira como matéria-prima para atividades comerciais ou industriais. No caso das Florestas Nacionais e das reservas florestais particulares, a serem exploradas mediante a execução de Plano Diretor de Manejo, aprovado pelo IBDF e SUDAM, esta obrigatoriedade estará sendo automaticamente satisfeita.

Além das disposições legais diretamente às Unidades de Proteção e Preservação e às Unidades de Conservação, principalmente no que se refere à exploração florestal, foram indicadas medidas paralelas visando a estabelecer normas para aqueles componentes a serem considerados no processo de ocupação da Amazônia brasileira, que impliquem na remoção da sua cobertura vegetal, de modo a garantir o melhor aproveitamento da matéria-prima florestal e a minimizar possíveis impactos nos ecossistemas da Região.

No tocante às empresas de mineração que se instalem na Região, o aludido trabalho contempla a obrigatoriedade de promoverem o reflorestamento das áreas que venham a ser prejudicadas em consequência das operações de lavra.

Ainda segundo estudos existentes, entende-se, igualmente, que os projetos de construção de hidrelétricas deverão conter plano de aproveitamento da madeira a ser derrubada, incluindo a existente na área a ser inundada, o qual deverá ser aprovado pelo IBDF e SUDAM. Com referência à implantação de eixos viários, prevê-se que os órgãos responsáveis, em cooperação com órgão florestal federal competente, realizem estudos visando ao aproveitamento da madeira derrubada.

O exemplo mais concreto dessa decisão de Governo é a usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, que envolverá o represamento do rio Tocantins, inundando uma superfície de aproximadamente 216.000 hectares.

O inventário florestal levado a efeito na mencionada área, revelou que cerca de 146.200 hectares possuem cobertura florestal. Não obstante, parte desta área encontra-se em região de topografia fortemente acidentada, inviabilizando assim a exploração a nível econômico. Desse modo, a área destinada à exploração madeireira representa 65.511 hectares, demarcadas em 7 (sete) glebas e 2 (duas) áreas experimentais.

No início do presente exercício, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal promoveu uma licitação, sob a modalidade de concorrência pública, objetivando o aproveitamento máximo dos recursos florestais disponíveis na mencionada área.

Tendo em vista a complexidade que envolvia a elaboração de propostas e, ainda, as solicitações dos interessados, no que diz respeito à dilatação do período estabelecido para apresentação das referidas propostas de habilitações, o IBDF prorrogou, por duas vezes, o aludido prazo. Não obstante, apesar de haver surgido várias manifestações de interesse, as mesmas não se configuraram como propostas concretas dentro das condições estipuladas pelo edital. Optou-se, então, por um novo edital de concorrência pública, tendo, nesta oportunidade, candidatado-se ao empreendimento a Empresa Agropecuária Capemi Indústria e Comércio Ltda, cuja proposta preencheu integralmente todas as formalidades legais.

No dia 26 do mês próximo passado, no gabinete do Ministro de Estado da Agricultura — Angelo Amaury Stábile, firmou-se entre o IBDF e a empresa vencedora o contrato para exploração dos recursos florestais.

Nos termos do referido contrato, dentre outras, constituem obrigações da Empresa Agropecuária Capemi Indústria e Comércio Ltda.:

a) Derrubada, arraste, transporte e estocagem da madeira, com a eliminação ou remoção integral de todos os refugos oriundos da exploração, mediante o emprego de processos adequados;

b) Executar o plano de aproveitamento dos resíduos como lençol vegetal;

c) Construção de vias de acesso, pontes, campos de pouso, oficinas, acampamentos e todas as instalações necessárias à execução do objeto contratual, que não conflitem com a execução das obras e serviços da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Por outro lado, em especial, constituem obrigações do IBDF:

a) Exercer completa fiscalização de todos os serviços visando a realização do objeto contratual;

b) Promover um amplo programa de divulgação das espécies madeiras nos mercados nacional e internacional e de apoio à comercialização de produtos madeireiros, bem como classificar as madeiras;

c) Estabelecer as normas de gerenciamento e a coordenação das diretrizes gerais para a comercialização dos produtos resultantes das explorações madeiras.

A contratada já deu início aos trabalhos de aproveitamento dos recursos florestais, enquanto o IBDF promove a comercialização e implanta toda infra-estrutura de apoio necessário à exploração dos recursos.

Com base no inventário florestal, foi constatada a existência de 178 espécies florestais, cuja produção total de madeiras deverá ser em torno de 5.606.072 m³. Desta forma esta produção madeireira (madeira serrada, laminada e compensada), implicará na geração de vultosas divisas, através da ampliação da nossa pauta de exportação. Aliás, esses recursos florestais poderão render ao Brasil cerca de 1 (um) bilhão de dólares, representando assim um subsídio na redução do déficit de nossa balança comercial. Evidentemente, vai depender muito de comercialização dessas madeiras.

O aproveitamento da biomassa vegetal da área do futuro reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí representa apenas uma primeira etapa do programa de exploração do potencial madeireiro de todas as áreas a serem inundadas na Região Amazônica em decorrência da implantação do programa hidrelétrico que está sendo posto em prática pelo Governo.

Tendo em vista a opção energética pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, estão programadas outras grandes usinas geradoras de eletricidade para a Bacia Amazônica, onde será inundada uma superfície de aproximadamente 12.900m², conforme discriminação abaixo, segundo previsão da Eletronorte:

— Usina Hidrelétrica de Samuel, no Território Federal de Rondônia — 1.100 km²;

— Usina Hidrelétrica de Balbina, próxima a cidade de Manaus — 3.800 km²;

— Usina Hidrelétrica do Tapajós, no Estado do Pará — 2.000 Km²;

— Complexo Hidrelétrico de Altamira-Belo Monte, no rio Xingú, também no Pará — 6.000 Km².

Vale lembrar, que a experiência brasileira, e mesmo internacional, no manejo e exploração de florestas tropicais, é um tanto incipiente. Destarte, ao instrumentar-se para enfrentar Tucuruí como primeira etapa para o programa de exploração de todas as áreas inundáveis na Amazônia, estudando, projetando, implantando e operando uma estrutura para a exploração desses recursos, desde a derrubada até a comercialização, o IBDF está incorporando uma tecnologia vital, para o interesse econômico do País, superando o im-

passar permanente de como usufruir o potencial econômico representado pela Floresta Amazônica sem depredá-la.

Ressalta-se, finalmente, que estes empreendimentos contribuirão para ordenar o processo de utilização dos recursos florestais na Amazônia como um todo, concorrendo não apenas para a redução da exploração predatória da floresta, mas também para a redução das disparidades regionais, via geração de emprego e renda na região.

Parques e Reservas

A atuação do IBDF não se esgota no fomento à produção florestal, como insumo ligado à demanda industrial. Esta sua ação apresenta-se também estreitamente vinculada à necessidade da conservação de nossos ecossistemas e com relação a este assunto julgamos conveniente fazer uma pequena introdução a respeito do que seja Conservação e Preservação da Natureza, uma vez que ainda existem dúvidas quanto o que seja um e outro termo, tão correntemente usados hoje em dia.

Conservação da Natureza deve ser entendida como o uso racional dos recursos naturais, objetivando uma produção contínua dos renováveis e uma maximização de uso dos não renováveis a fim de garantir melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Nenhuma nação pode viver sem os recursos naturais do Planeta Terra, ou mesmo nenhum homem pode deles prescindir.

Gostaria de abrir um parêntese para uma rápida explicação sobre essas duas linhas fundamentais que, no entender da direção do IBDF, terão que constituir a orientação para a melhor utilização dos recursos florestais da Amazônia.

Uma das linhas diz respeito ao aproveitamento das madeiras oriundas das áreas de grandes projetos públicos, aí incluídos: as hidrelétricas, a abertura de eixos viários, os projetos de colonização oficial, além de, evidentemente, os projetos particulares, como os grandes projetos agrícolas, e os pecuários e, também, a colonização particular que começa a ser implantada na Amazônia.

Então, vejam bem os Srs., essas são o que chamamos de áreas que estão comprometidas para um uso alternativo econômico qualquer. Então, neste caso, a madeira, necessariamente, precisa ser removida para uma utilização mais adequada. No caso das hidrelétricas, por exemplo, se não removermos essa madeira a floresta será submersa. Então, esta é uma grande linha voltada para a utilização das florestas existentes e comprometidas com esses grandes projetos.

A outra linha, igualmente importante, talvez a médio ou longo prazo mais importante do que essa primeira, diz respeito à utilização da floresta tropical em si, através de uma técnica que constitui um princípio básico de engenharia florestal, que chamamos de manejo racional sustentado da floresta. A principal característica da floresta é ser um recurso natural renovável. Infelizmente, nós, brasileiros, a exemplo do que ocorreu com quase todos os países industrializados, não estamos dando à floresta um tratamento que vá de encontro a este seu fundamento básico: ser um recurso natural renovável. Portanto, para que tenhamos realmente, para que possamos garantir, a médio e longo prazo, algumas áreas florestais da Amazônia com um bom potencial madeireiro, temos que, paralelamente ao aproveitamento destas madeiras compreendidas nos projetos públicos, temos que, imediatamente — eu diria — começar a desenvolver, pelo menos, um ou dois projetos pilotos, mas em escala industrial, voltados para essa hipótese do manejo racional sustentado. Em outras palavras, temos que testar, na prática, a viabilidade técnica e a possibilidade econômica de utilizarmos algumas áreas florestais selecionadas da Amazônia. Então, nossa proposição de política florestal para a Amazônia, sob o ponto de vista de aproveitamento racional da floresta, essas constituem as duas linhas fundamentais. Daí ter-se proposto na inclusão da política para a Amazônia, a sugestão de se iniciar na Floresta Nacional do Tapajós, para a qual já temos todos os estudos técnicos prontos, um projeto piloto em escala industrial voltado para se testar essa hipótese do manejo racional sustentado.

Essa outra linha, de manejo racional sustentado, é extremamente importante porque vamos, ao aproveitar madeiras oriundas das áreas comprometidas, quer projetos públicos, quer projetos particulares, vamos naturalmente abrir um mercado nacional e internacional de grande potencial e de grande importância para as madeiras da Amazônia.

A medida que se abre um mercado, já que essas madeiras terminarão a médio prazo, vinte anos supomos, se paralelamente não desenvolvermos uma técnica para manejarmos certas áreas florestais da Amazônia — seriam as florestas nacionais — vamos, a médio e longo prazo, na realidade, promover uma corrida maior ainda contra a floresta Amazônica.

Daí, então, a necessidade de, paralelamente à utilização das florestas de madeira oriundas dessas áreas comprometidas, desenvolvermos um ou dois projetos pilotos, com tecnologia e *know how* e, mais tarde, podermos racionalmente utilizar certas áreas florestais da Amazônia, que estarão consubs-

tanciadas nas florestas nacionais e em algumas reservas florestais particulares, dentro do princípio de ser floresta um recurso natural renovável.

Uma outra linha de atuação do IBDF, extremamente importante, diz respeito aos parques nacionais e reservas biológicas.

A atuação do IBDF não se esgota no fomento à produção florestal, como insumo ligado à demanda industrial. Esta sua ação apresenta-se, também, estreitamente vinculada à necessidade da conservação de nossos ecossistemas e, com relação a este assunto, julgamos conveniente fazer uma pequena introdução a respeito do que seja Conservação e Preservação da Natureza, uma vez que ainda existem dúvidas quanto o que seja um e outro termo, tão correntemente usados hoje em dia.

Conservação da Natureza deve ser entendida como o uso racional dos recursos naturais, objetivando uma produção contínua dos renováveis e uma maximização de uso dos não renováveis a fim de garantir melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Nenhuma nação pode viver sem os recursos naturais do Planeta Terra, ou mesmo nenhum homem pode deles prescindir. Por um dever ético, cabe à nossa geração garantir às gerações vindouras, no mínimo, as condições ambientais de vida que herdamos.

A conservação da Natureza, pois, pode ser bem caracterizada pelo uso racional dos Recursos Naturais. Entretanto, certos ecossistemas únicos, para certas espécies de flora e fauna de importância científica, cultural, educativa ou recreativa, para certos sítios geomorfológicos de rara ocorrência, talvez o ideal seja não usar, ou melhor dizendo, obter um benefício indireto desses recursos naturais caracteriza a proteção ou preservação da natureza que, evidentemente, é parte integrante da Conservação da Natureza.

A proteção ou preservação de ecossistemas em estado clímax, ou de áreas que englobem vários ecossistemas no seu estado natural e primitivo, onde os recursos naturais são passíveis de um uso indireto, sem consumo, é basicamente efetuada pelo Poder Público, através de unidades de conservação.

Muitas unidades de conservação com objetivos de manejo existem no mundo, como: Parques Nacionais, Reservas Científicas, Monumentos Naturais. Essas unidades de conservação da natureza mencionadas são consideradas “nobres” pois são fundamentais para a preservação de recursos naturais renováveis. Entretanto, há uma série de unidades de conservação complementares, tais como: Reserva Nacional, Estradas Parques, Rios Cênicos e outras.

No Brasil existem duas categorias de unidades de Conservação, de uso indireto dos recursos, são elas: Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Podem ser estabelecidas nos três níveis: federal, estadual e municipal. E duas de uso indireto dos recursos: Florestas Nacionais e Parques de Caça.

A preservação da fauna é feita, basicamente, através de áreas reservadas, legislação protetionista, educação e divulgação. Sua conservação, através de manejo adequado.

Queremos ressaltar a importância da educação para a conservação dos recursos naturais, principalmente os renováveis. Acreditamos mesmo que, embora outras medidas paralelas devam ser tomadas, só conseguiremos uma proteção e conservação da natureza adequadas quando todo brasileiro for fiscal de si próprio, for consciente da importância dos recursos naturais, e qualidade e permanência do homem no Planeta Terra. Não julgamos que um homem, ou um grupo de pessoas tenham o direito de tornar certos recursos naturais em benefício próprio, sem levar em consideração o possível prejuízo causado a outros que, também, necessitam desses recursos.

O patrimônio natural de um país é um bem inestimável que deve ser usado com parcimônia, racionalmente, e sempre levando-se em conta que esse é o mais nobre e útil legado que podemos deixar aos nossos descendentes. Nenhuma nação pode ser desenvolvida, rica ou poderosa sem seus recursos naturais.

A inter-relação solo, água, flora e fauna deve ser sempre respeitada, portanto, se eliminarmos ou degradarmos um desses elementos, estaremos facilmente procurando um desequilíbrio biológico de consequências imprevisíveis ou indesejáveis.

A primeira proposição no Brasil para a criação de Parques Nacionais foi do Engenheiro André Rebouças, em 1.876, que, animado com a criação do primeiro Parque Nacional do mundo — Yellowstone — em 1.872, esposou a idéia, e propôs dois Parques Nacionais: Ilha do Bananal e Sete Quedas.

Entretanto, muitas décadas se passaram antes da criação do primeiro Parque Nacional do Brasil — o do Itatiaia em 1937. Seguiram-se os do Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1.939.

Após uma espera de mais 20 anos foram criados, em 1959, Aparados da Serra, Araguaia e Ubajara.

Em 1961, vários Parques Nacionais foram criados, alguns até mesmo em um só dia: Emas, Chapada dos Veadeiros, Caparaó, Sete Cidades, São Jo-

quim; Tijuca, Monte Pascoal, Brasília e Sete Quedas. Em 1971, Serra da Bo-caina.

Em 1972, surgiu o Parque Nacional da Serra da Canastra e, em 1974, o Parque Nacional da Amazônia.

Em 1979, foram criados os Parques Nacionais da Serra da Capivara, Pico da Neblina, e Pacaás Novos e, em 1980, foi criado o Parque Nacional do Cabo Orange.

Assim sendo, o Brasil possui hoje cerca de 7.300.000 hectares em Parques Nacionais e Reservas Biológicas, 0,9% da sua extensão territorial. Destes 7.300.000 hectares, 5.000.000 de hectares foram criados no último ano.

As categorias de manejo de unidades de conservação de uso indireto dos recursos, que dispomos por lei em nosso País, são poucas: Parques Nacionais e Reservas Biológicas, e não podem suprir todos os objetivos nacionais de conservação da natureza.

Há necessidade de novas categorias, com outros objetivos de manejo de que aqueles de um Parque Nacional ou de uma Reserva Biológica. Necessitamos de Monumentos Naturais, Santuários da Vida Silvestre, Estradas Parque, Rios Cênicos, Reservas Nacionais, entre outras. Os objetivos fundamentais de Manejo de um Parque Nacional são: proteger e preservar unidades importantes ou sistemas completos de valores naturais ou culturais; proteger recursos genéticos; desenvolver a educação pública, servir para a recreação pública e servir para as atividades de investigação e outras afins de índole científica. De uma reserva Biológica os objetivos de manejo são o de proteger e preservar os valores científicos, proporcionar oportunidades para a educação, investigação científica e reduzir ao mínimo as perturbações ecológicas.

As Reservas Florestais ou Reservas de Recursos, criadas por lei, estão em uma categoria de manejo provisória, até que estudos futuros definam sua utilização, podendo evidentemente se transformarem em qualquer outra unidade de conservação como Parque Nacional, Reserva Biológica, Santuário de Vida Silvestre, ou simplesmente usar-se a área para agricultura, pecuária ou ser definida como uma área florestal ou, ainda, Floresta Nacional.

Além da lacuna de Parques Nacionais ou Áreas Protegidas em ecossistemas que requerem preservação ou conservação, o mais grave problema com que nos defrontamos no sistema atual é a falta de condições financeiras para a regularização fundiária dos Parques Nacionais e Reservas Biológicas, já criados por lei.

Devo dizer aos Srs. que este é um problema extremamente graves. Desses parques nacionais criados, tem o IBDF problemas sérios com a questão fundiária para a qual necessitamos de recursos específicos, recursos esses que todos os anos são solicitados e não são obtidos do Governo Federal.

Embora, graças à tenacidade, capacidade e visão de técnicos e autoridades do setor, tenhamos conseguido vitórias significativas como, por exemplo, a completa desocupação do Parque Nacional do Iguaçu que possuía 680 posseiros, invasores e proprietários, em 1968, e hoje encontra-se totalmente de posse do governo, em alguns Parques Nacionais a situação é crítica.

No que se refere a estudos para o manejo dos Parques Nacionais já existentes, muito temos conseguido nos últimos quatro anos. Foram efetuadas a aerofotogrametria e a cartografia de dezesseis Parques Nacionais, quinze Planos de Manejo estão terminados, dois planos de interpretação prontos e mais oito previstos para 1981. Meus senhores, há quatro anos o IBDF não possuía qualquer condição de efetuar esses trabalhos. Hoje, graças ao convênio firmado entre essa autarquia e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, contamos com uma excelente equipe técnica multidisciplinar para a execução desses projetos. Oito monografias de Parques Nacionais foram publicadas, temos o primeiro livro no Brasil sobre nossos Parques Nacionais, em colaboração com o governo espanhol.

Os Parques Nacionais são considerados verdadeiros bancos genéticos que a ciência poderá utilizar para sempre. Contribuem para a educação do homem através de seus programas interpretativos e à recreação pelo lazer sadio que oferecem no contato sempre desejável: homem e natureza. Podem garantir a perpetuidade de espécies da fauna e flora, protegem recursos hídricos, interferem em microclimas.

A nossa meta, com relação a Parques Nacionais, é atingir uma área, nos próximos quatro anos, de 18,5 milhões de hectares na Amazônia e de cinco milhões de hectares no resto do País, o que nos daria um completo sistema de Parques Nacionais. Muitos estudos nos indicam esta necessidade e já estamos propondo a criação de novas áreas de Parques Nacionais.

Temos nos baseado em indicar as áreas na Amazônia consideradas no trabalho: "Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia" — PRODEPEF-PNUD/FAO/BRA-45 — Série Técnica nº 8.

Entretanto, estamos ainda efetuando muitos estudos, com critérios científicos, para que nosso País venha a ter um sistema de Unidade de Conservação que, realmente, possa cobrir a imensa variedade de ecossistemas, garantindo sua preservação em benefício do povo brasileiro e da humanidade em geral.

Pesquisa Florestal

No campo da pesquisa estamos desenvolvendo importantes trabalhos com vistas a obter uma melhor produtividade de nossas plantações, mantendo um completo levantamento da cobertura florestal e realizando estudos e pesquisas sobre o comportamento de diversas espécies faunísticas, a fim de permitir melhores condições de proteção e manejo.

As nossas atividades de pesquisa, estão sendo desenvolvidas através do Programa Integrado de Pesquisa Florestal IBDF/Iniciativa Privada/Universidade/EMBRAPA.

Este programa foi criado em decorrência da Portaria Normativa 001/79/IBDF/DR que prevê a instalação de projetos de pesquisa florestal, estabelecidas as prioridades para cada região geográfica, de modo a atender ao pleno desenvolvimento do setor florestal.

A pesquisa florestal poderá ser executada pelo IBDF, por Instituições de Pesquisa e Universidades, através de convênios, contratos ou ajustes com o IBDF, ou pela própria empresa reflorestadora com aprovação do IBDF.

As linhas de pesquisa com prioridades de aprovação por parte do Departamento de Pesquisa do IBDF, conforme a Portaria Normativa nº 007 do Instituto, de 19-9-79, são;

1. Melhoramento e Produção de Sementes;
2. Aspectos Silviculturais e Tecnológicos da Floresta para fins energéticos;
3. Pesquisas relativas ao manejo de fauna silvestre em florestas plantadas.

Foram analisados 28 projetos de pesquisa apresentados pelas Empresas reflorestadoras, que optaram para execução direta da pesquisa florestal, sendo aprovados até a presente data 15 projetos. Encontram-se em fase de assinatura os respectivos contratos, envolvendo o montante de dezesseis milhões de cruzeiros.

Para o desenvolvimento do Programa, através da Universidade e Instituições de Pesquisa, foram celebrados os seguintes convênios:

I — IBDF/Universidade Federal de Viçosa

Objetivo — Possibilitar o aprimoramento educacional da Universidade, especialmente os do curso de Engenharia Florestal, na área de Pesquisa Florestal.

Valor — Cr\$ 500.000,00.

II — IBDF/Universidade Federal de Santa Maria

Objetivo — Efetuar um plano de ordenamento na Flora de Passo Fundo, que possibilite atingir uma produção em regime sustentado dentro do âmbito empresarial. A confecção do plano de ordenamento exigirá pesquisas nas seguintes áreas: Silvicultura, Ecologia Florestal, Dendrometria, Inventário Florestal, Manejo Florestal e Tecnologia de Produtos Florestais.

Valor — Cr\$ 1.200.000,00.

III — IBDF/Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais-IPEF.

Objetivo — Desenvolver pesquisas sobre práticas Silviculturais para o reflorestamento no Nordeste.

Valor — Cr\$ 1.800.000,00.

Ainda na parte de Pesquisa, quero anunciar aos senhores que, segunda-feira passada, assinamos com o Presidente da EMBRAPA uma portaria conjunta, com o propósito de sistematizar a aplicação dos incentivos fiscais ao florestamento e reflorestamento em pesquisa florestal. Assim, os recursos destinados à pesquisa serão aplicados em atividades de experimentação substanciadas no Programa Nacional de Pesquisa Florestal, criado através de convênio anterior entre IBDF e EMBRAPA.

Com este acordo, o Programa Nacional de Pesquisa Florestal é responsável pela promoção e execução de atividades no campo da ciência florestal e produtos florestais, visando eliminar a repetição desnecessária de experimentos, com a consequente fragmentação de recursos técnicos, humanos e financeiros. A partir de agora, a pesquisa florestal em todo o país deverá ser enquadrada nas prioridades definidas pelo Programa Nacional de Pesquisa Florestal.

Podemos, ainda, apresentar aos senhores os resultados alcançados até agora pelo Programa Nacional de Pesquisa Florestal do Convênio EMBRAPA/IBDF. Os 361 experimentos em andamento do Programa Nacional de Pesquisa Florestal da EMBRAPA/IBDF permitem prever uma efetiva contribuição para resolver problemas florestais do Brasil, auxiliando a economia

nacional. É a seguinte a distribuição dos ensaios instalados nas diferentes regiões do País:

Região	Em Execução Em 1978	Ensaio em 1979/1980
Norte	12	55
Nordeste	14	49
Centro-Oeste	123	164
Centro-Sul	63	103
Total	212	361

No Nordeste, destaca-se a demonstração da viabilidade da atividade florestal do semi-árido através do uso de espécies/procedências indicadas para as suas características edafoclimáticas e da adoção de técnicas de plantio adequadas à região. Estima-se que povoamentos homogêneos poderão elevar a produtividade de madeira da caatinga de 15m³/ha para 60m³/ha para fins energéticos e outros usos. A altura média alcançada, a um ano de idade, pelo *Eucalyptus exserta*, *Leucaena leucocephala* e *Eucalyptus camaldulensis* que apresentavam 2,8m, 3,4m e 2,6m, respectivamente, com sobrevivência superiores a 98%, evidenciam a potencialidade dessas espécies para o semi-árido do Nordeste. A superioridade do método de plantio em covas profundas em relação a covas e sulcos rasos foi também demonstrada pela EMBRAPA/IBDF em termos de sobrevivência e crescimento.

No CPATSA, por exemplo, amplia-se a rede experimental visando a identificação de espécies e procedências potenciais para a atividade florestal na região árida, semi-árida e subúmida do Nordeste brasileiro. Para 1980/81 ensaios de manejo e experimentos com cinquenta e duas novas espécies e procedências passam a integrar a programação. Esses trabalhos assumem ainda maior importância face a nova política de ampliar a aplicação de incentivos fiscais para o reflorestamento na Região Nordeste, que em 1979/80 corresponderam a 51% dos recursos totais do Fiset.

Na Amazônia, constatou-se as possibilidades silviculturais do jacarandá-da-baía (*Dalbergia nigra*), espécie que fornece uma das madeiras comerciais mais valiosas do mundo. Foram estudadas e definidas as metodologias para a utilização do Freijó (*Cordia goeldiana*), espécie nativa de alto valor comercial, na regeneração de florestas degradadas na Amazônia. Em relação ao problema da exploração da floresta Amazônica, através do seu manejo sustentado, obtiveram-se importantes informações sobre a sua viabilidade técnico-econômica. Assim, pesquisa conduzida em mata de terra firme, permitiu selecionar método econômico de exploração mecanizada da madeira que possibilita condições para a regeneração natural da floresta. O custo total da fase corte, derruba, arraste, carregamento e transporte correspondeu a Cr\$ 201,00m³ de madeira com transporte até a distância de 70 km.

O principal problema para a utilização racional da floresta Amazônica em bases conservacionistas é a heterogeneidade da mata, em termos de número de espécies, diversidade de idades e dimensões. A utilização econômica em bases conservacionistas requer a transformação da floresta em povoamentos com menor número de essências florestais e menos heterogêneos quanto às idades e dimensões. Entretanto, isso deve ser feito de forma a assegurar a regeneração das espécies sem alterações ecológicas indesejáveis.

A pesquisa florestal DA EMBRAPA/IBDF na Amazônia é atualmente desenvolvida a partir do CPATU; UEPAE de Manaus e UEPAT de Porto Velho.

Tendo em vista a problemática da região, as seguintes alternativas estão sendo estudadas pela EMBRAPA/IBDF:

- Manejo sustentado da floresta natural;
- A implantação de povoamentos consorciados, destinados a fornecer produtos florestais, forragens e alimentos, tendo a árvore como elemento de estrutura básica. Corresponde a linha de pesquisa denominada Agrossilvicultura.
- A formação de povoamentos florestais homogêneos em áreas degradadas.

Na Região Centro-Oeste, os esforços voltam-se, principalmente, a pesquisas relacionadas com produção de sementes melhoradas e material genético básico para programas de melhoramento. Dessa forma, implantam-se populações-base, bancos clonais e testes de progênie de *Pinus*, ampliando-se ainda a rede experimental de testes de espécies e procedências tropicais desse gênero. Aspectos de agrossilvicultura são estudados na região de cerrados atendendo a nova política do IBDF de associar produção de alimentos com reflorestamento.

Na região Sul-Sudeste deve ser realçada a identificação das melhores procedências de *Pinus elliottii*, *Pinus taeda*, *Araucaria angustifolia* (Pinheiro do Paraná) e espécies/procedências de eucalipto. Demonstrou-se experimentalmente a necessidade da seleção de mudas de *Pinus elliottii* em viveiro, operação que apesar de simples é capaz de proporcionar aumentos volumétricos de madeira da ordem de 50% no primeiro período de rotação. O *Eucalyptus dunnii*, uma das espécies mais promissoras para a região Sul pela sua alta produtividade e resistência à geada, tem seu plantio limitado pela dificuldade em produzir sementes. Um método de propagação vegetativa desenvolvido abre novas perspectivas para o seu cultivo em escala comercial para a fabricação de celulose, papel e painéis. Foram instaladas populações-base das melhores procedências de *Pinus taeda* e *Pinus elliottii*, identificadas pela pesquisa da EMBRAPA/IBDF, visando ao melhoramento genético dessas espécies e produção de sementes melhoradas capazes de conferir produtividade 20% superior à média do Sul do País. Considere-se ainda um destacado subsídio da pesquisa florestal da EMBRAPA/IBDF ao País, os resultados relacionados com as possibilidades silviculturais de essências nativas na região Sul.

Constitui-se importante contribuição ao setor florestal brasileiro a demonstração da menor influência do balanço hídrico em relação a outros fatores climáticos, como elemento restritivo de adaptação de espécies arbóreas destinadas ao reflorestamento no País. Este fato, determinado com base na rede de experimentos com espécies/procedências de eucalipto e *Pinus*, modifica o enfoque do problema da introdução de germoplasma florestal no Brasil.

No que diz respeito especificamente à pesquisa de fauna, gostaria de enumerar para os senhores alguns importantes trabalhos já realizados e em desenvolvimento neste setor:

— Visando o estudo e proteção do Peixe-boi de água doce foi realizado levantamento preliminar no Lago dos Reis, Lago Janauacá e Aruanã, identificando-os como locais de sua ocorrência.

— Vem sendo mantido, em Brasília, o Centro de Estudos de Migrações de Aves, coordenando, organizando e compilando dados do anilhamento e migrações de aves, fornecendo subsídios para estudos pertinentes.

— Foi iniciado no Nordeste o estudo da avoante (*Zenaida auriculata noronha*), no pomal de Serra Dantas, no Estado do Ceará, onde 2.000 aves foram anilhadas. O estudo objetiva conhecer a rota migratória desta pomba e desta forma melhor protegê-la.

— Prosseguimento dos estudos bioecológicos da fauna do Pantanal Matogrossense em especial o Cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) e Onça Pintada (*Panthera onca palustris*), objetivando a conservação das espécies, e jacaré (*Caiman crocodilus yacare*) e Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) visando proteção, manejo e exploração racional.

— Foram encerrados os estudos bioecológicos do Lobo-Guará, no Parque Nacional da Serra da Canastra, encontrando-se em fase de elaboração o relatório final com os resultados obtidos das observações e análises feitas com uma amostragem de 9 lobos.

— Teve início a implantação do Centro Experimental para Criação de Animais Nativos de Interesse Científico e Econômico-CECAN, em Manaus, que destina-se à criação em cativeiro de diversas espécies de animais silvestres, objetivando uma ampliação de conhecimento científico da fauna nativa, bem como desenvolvimento de tecnologia de criação de animais nativos em cativeiro e, em etapa posterior, incentivar a criação de algumas espécies de animais silvestres como fonte alternativa de alimentos.

— Como o apoio financeiro do FINEP e POLAMAZÔNIA vêm sendo desenvolvidos, na REBIO Trombetas, pesquisas sobre quelônios da Amazônia, principalmente a tartaruga, *Pseudemys expansa*, com a finalidade de sua proteção e futuro manejo econômico.

Este é um dos mais belos trabalhos, na minha opinião, realizados pelo IBDF na Amazônia. Paralelamente, o IBDF acaba de concluir estudos e devemos ainda nesta semana, no mais tardar no início da próxima, baixar uma portaria normalizando a criação de quelônios no Estado do Amazonas, uma das grandes reivindicações daquele Estado, já que os quelônios são de extrema importância como fonte proteica para as populações rurais.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Senador Evelásio Vieira, e ilustres Senadores, queremos reafirmar que foi com muita honra que recebemos o convite para prestar informações sobre as atividades do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Esperamos ter cumprido a contento esta nossa missão.

Agradecendo a Vossas Excelências, Senhor Presidente e Senhores Senadores, coloco-me à disposição para prosseguir no exame sincero dos assuntos relacionados com os temas sobre os quais tive a oportunidade de discorrer e reafirmo o empenho do IBDF em encaminhar a esta Comissão, com toda a diligência possível, os esclarecimentos julgados necessários sobre matérias de sua área de competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Viera) — Com a palavra o Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvimos com atenção a exposição feita pelo Dr. Mauro da Silva Reis, Presidente do IBDF. Falhamos alguns momentos porque nós, Senadores, temos obrigações paralelas de relatar projetos nas comissões que se reúnem na quarta-feira, como a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Relações Exteriores. Mas, Dr. Mauro, V. S^a na sua exposição demonstrou continuar a linha cultural dos Gomes e dos Baima que à frente do IBDF, nos idos de 46 e 50, lutavam com dificuldades imensas que, ainda hoje, através da sua exposição continuam. Continuam, sobretudo, porque este País, dimensões continentais, ainda não se apercebeu que não podemos continuar com aquela mentalidade dos primeiros navegadores portugueses que vieram para cá com política absolutamente predatória, levando a madeira e as nossas aves.

Um assunto que me chamou atenção, foi quando V. S^a se referiu aos parques nacionais. Ora, meu caro Dr. Mauro, conheço alguns parques nacionais, porque já fui funcionário do Ministério da Agricultura, já fui Diretor do Serviço de Informação Agrícola, e já fui Secretário de ministro. De maneira que conheço alguns parques nacionais, mas do ponto de vista cultural, mas cultura como modo de vida e não como ilustração, deveríamos investir a máximo nesses parques nacionais. Ao mesmo tempo, deveríamos abrir também o relacionamento dos parques nacionais com outras organizações, porque V. S^a mesmo assinalou a dificuldade de verbas para o problema fundiário, para o problema mesmo da manutenção dos parques nacionais.

A EMBRATUR, por exemplo, que hoje tem no Brasil várias fontes de renda, inclusive da Loteria Esportiva — indago de V. S^a se já se pensou em convênios com a EMBRATUR, para canalizar a rede turística de visita a esses parques nacionais, através dessa agência turística, que é uma indústria sem chaminés, todo mundo sabe disso. Ainda ontem eu ouvi no rádio que o Brasil já está em terceiro ou quarto lugar em renda turística. Era a exportação do café, a soja, e entrava já o turismo como terceiro ou quarto lugar na contribuição da balança de pagamentos.

Então, nesta hora em que V. S^a vem à Comissão da Agricultura prestar um depoimento — e a Comissão e o seu Presidente estão de parabéns por este fato — V. S^a poderia me dizer se, de fato, já se pensou nessa abertura dos parques nacionais com a EMBRATUR?

É bem verdade que esse ódio, não sei bem, de serviço no Brasil cria dificuldades imensas. Ainda ontem eu estava com o Ministro da Educação, Dr. Eduardo Portella, e ele mostrava a dificuldade das universidades continuarem a funcionar como autarquias. E eu, velho professor universitário, conheço esse problema, também, porque lá no Recife, a imprensa universitária não pode vender as suas obras, porque, se ela fizer não fica com o dinheiro, ele vai para o Tesouro Nacional. Então, ela publica as obras e tem que dar de graça. São coisas dessa natureza que, até hoje, nem o Ministro da Desburocratização conseguiu resolver.

De maneira que eu perguntaria a V. S^a: o IBDF, na sua gestão ou nas anteriores, já pensou em firmar convênio com a EMBRATUR, no sentido de canalizar o fluxo turístico brasileiro para os parques nacionais?

O SR. MAURO SILVA REIS — Sim, estamos em questão atualmente com o Dr. Miguel Calassuonno, Presidente da EMBRATUR, no sentido de selecionarmos pelo menos alguns parques nacionais, talvez três ou quatro, e efetivamente procurarmos implantar esses parques, como parques nacionais padrões, porque a verdade é — a Dr^a Maria Teresa, Diretora do Departamento competente, está presente e poderá dizer melhor do que eu — que não temos até hoje implantado um parque nacional, como gostaríamos que fosse, por falta de recursos que melhor se aproxima do ideal seria a Foz do Iguaçu, mas as deficiências... Serra dos Órgãos a situação está mais ou ...

O SR. ADERBAL JUREMA - E a Serra dos Órgãos.

O SR. MAURO SILVA REIS — Na Serra dos Órgãos a situação está mais ou menos contornada, mas, ainda, também não se aproxima do ideal.

Mas, para que possamos canalizar esse turismo que pretendemos para os parques, a primeira coisa que deveremos fazer é dar condição aos parques para receber o turista. Estamos em entendimento com a EMBRATUR, a ideia foi muito bem recebida, e pretendemos selecionar alguns parques, como a Foz do Iguaçu que hoje é o mais visitado. Estive, agora, recentemente, três dias em Mato Grosso, e pretendemos propor a criação do parque nacional do pantanal. Já temos lá uma reserva biológica, e vamos propor a criação do...

O SR. ADERBAL JUREMA — Permita-me interrompê-lo rapidamente?

Essa reserva biológica, acho que deveria ser uma constante em todos os parques nacionais, não preservamos apenas os vegetais, mas também a fauna, porque é o que dá o encanto para o turismo. Estive nos Estados Unidos e visi-

tei alguns parques nacionais. Vi o encantamento, sobretudo da juventude, das crianças americanas em visitar esses parques nacionais. E as crianças brasileiras, morando em apartamentos das grandes cidades, não conhecem nem lagartixa.

O SR. MAURO SILVA REIS — Então, respondendo a pergunta do nobre Senador, eu diria que sim. Estamos em entendimento com a EMBRATUR e a ideia é exatamente essa que o senhor mencionou.

Agora, temos que estudar esse problema da Receita, porque as receitas dos parques vão para o orçamento do IBDF. E o orçamento, ainda mais em 1981, quando teremos um orçamento extremamente rígido, teremos um teto máximo de limitação orçamentária, independente de ...

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Ex^a pensa em transformar o IBDF numa empresa, para sairmos dessa burocracia estatal?

O SR. MAURO SILVA REIS — Então, Senador, essa é realmente a situação, o problema dos parques está na dificuldade que temos para com eles e as demais categorias incluídas nas unidades de preservação, e diz respeito, única e exclusivamente, à falta de recursos para a manutenção do parque em si, construção da infra-estrutura física mínima para receber o turista e, principalmente, recursos para resolver o problema fundiário. E para dar uma ideia ao Senador, precisaríamos hoje de oito a nove bilhões de cruzeiros para resolvermos os problemas fundiários dos parques nacionais já criados.

A grande dificuldade que temos é que todos os anos pede-se recurso específico para, progressivamente, através de um sistema de critérios que temos, podermos contornar esses problemas. Mas esses recursos, infelizmente, não têm sido alocados. Na realidade, precisamos de recursos extra-orçamento, porque o do orçamento é mais da manutenção do órgão, e esse seria um recurso específico para atender as necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Viera) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sr. Presidente, Sr. Presidente do IBDF, Srs. Senadores:

Ouvimos, com muito apreço, a palavra do Presidente do IBDF e dela nos convencemos daquilo que já havíamos firmado a respeito do problema florestal brasileiro, de que já temos em equipe, num setor, realmente, com tradição cultural, experimental e técnica no Brasil, aliás, já assinalada pelo Senador Aderbal Jurema quando falou naqueles pioneiros do antigo Departamento Nacional da Produção Vegetal, que fizeram um trabalho inicial muito importante e que deram, como contribuição final o Código Florestal, que é uma das coisas melhores que temos na Literatura e no Direito Brasileiro na área rural.

Sente-se, Sr. Presidente, de início, isto que foi aqui levantado e reafirmado a cada instante, que o problema florestal, que é um problema dos nossos dias, da maior importância para o Brasil, nesta hora em que se discute tanto ecologia, conservação do meio ambiente, etc, como é sério o problema institucional do IBDF. Quer dizer, está comprovado, pela exposição muito bem feita e completa do Presidente, que precisaríamos de ter um órgão de maior dimensão. Quem sabe, até, um Ministério para florestas no Brasil, tal a sua importância em todos os setores da atividade nacional, desde a biomassa, desde o problema da energia, que deve ser controlado por um órgão de maior amplitude, como os problemas de preservação e de conservação desses recursos naturais, porque alguns são renováveis e outros que não o são, e que os 4 séculos da História Brasileira têm sido de predação desses recursos.

De modo que a minha primeira pergunta — e tenho de ser rápido, devido o adiantado da hora — seria esta: Se o Presidente não acha que já está na hora de se cogitar no Brasil da criação de um órgão acima do IBDF, que é a soma do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do antigo Instituto Nacional do Pinho etc, num Ministério, a nível ministerial, desvinculado do Ministério da Agricultura, e dar-lhe uma dimensão que está a exigir a conjuntura brasileira? Perguntaria se ele está de acordo com esta tese.

O SR. MAURO SILVA REIS — Nobre Senador, este assunto tem sido discutido reiteradas vezes. Parece que entre nós há um consenso que sim. O problema de recursos naturais renováveis, da utilização adequada e preservação, como eu disse anteriormente, é um problema de sobrevivência da humanidade. E os benefícios, muitas vezes, são indiretos, eles não são mensuráveis quantitativamente e são indiretos, digamos assim, mais de ordem social, embora, agora já, tenhamos dados com uma série de resultados de ordem mais quantificável, que seria mais de aspecto econômico.

Mas o IBDF, então, de um lado, trata do desenvolvimento, caracterizado pelo uso adequado dos recursos naturais renováveis e, de outro, da preservação desses mesmos recursos naturais renováveis, como eu disse anteriormente. Então, ele é um órgão realmente complexo, porque tem que procurar harmonizar esses dois aspectos.

A estrutura de autarquia, realmente, dá muito pouca flexibilidade ao órgão para desenvolver certas atividades.

Ela tem a vantagem de conceder ao IBDF o poder de polícia. Mas esse poder de polícia é, realmente, ineficaz se, digamos assim, o órgão não dispõe dos recursos financeiros e humanos, para fazer cumprir esse poder de polícia que, em última instância, seria a fiscalização, principalmente neste País continental.

Na questão anterior, chegou a ser preparada uma proposição concreta, sob a forma de anteprojeto, para a transformação do IBDF em empresa, não havendo aceitação por parte do Governo.

Estamos, agora, trabalhando numa reestruturação do IBDF, e o objetivo de acordo com as instruções que temos, seria o IBDF permanecer como autarquia, mas uma autarquia com certas regalias. Uma autarquia, digamos assim, especial.

Creio que, se realmente algumas facilidades, em termos de regalias, dentro desse espírito de autarquia especial, se algumas dessas regalias forem concedidas ao IBDF, nessa qualidade de autarquia especial, acredito que poderemos resolver, em grande parte, o problema. Fundamentalmente, é um problema de falta de recursos, e um problema de um sistema rígido, que é o sistema DASP, em termos de salário adequado e, conseqüentemente, contratação de pessoal, em termos de flexibilidade de qualificação.

O SR. PASSOS PORTO — Porque acho, Presidente, situação do País, no setor, gravíssima.

O SR. MAURO SILVA REIS — Não há dúvida.

O SR. PASSOS PORTO — Passei agora, pela BR-101 — Litoral. A Floresta Atlântica está se acabando. O que havia de residual na Bahia e no Espírito Santo, sente-se que não há uma fiscalização efetiva, não há disponibilidade de pessoal para isto, talvez. A predação continua, e está subindo para a Amazônia, quer dizer, criando o problema para todos nós de vermos a Nação perder os seus recursos, sem um reflorestamento também à altura de, pelo menos, uma substituição parcial desse patrimônio florestal.

Teria a lhe fazer, também, outra pergunta, assim muito rápida, porque tive um pensamento de que dentro dessa reforma, talvez, quem sabe esse novo órgão pudesse abrigar, vamos dizer, um banco florestal, para ser o proprietário desse patrimônio que, ainda, é de terras devolutas, muitas delas, e ele ficar todo sob o controle, mesmo, sob a fiscalização de um órgão, tendo em vista a devastação que está se fazendo aí, a olhos vistos, e sem ter, vamos dizer assim, a responsabilidade de um órgão, ou então criado um banco, que seria um banco florestal, seria um banco genético, seria um banco biológico porque ele ficaria dentro de todas essas espécies, algumas até em fase de extinção.

O SR. MAURO SILVA REIS — Creio que, ao longo dessa linha, teríamos duas alternativas: agilizar a criação, institucionalização e efetiva posse das chamadas unidades de preservação — aí incluídos os parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, todas as categorias que mencionei — quer dizer, efetivamente, o mais rápido possível nós definiríamos, criamos por lei e ocuparmos, efetivamente, essas diferentes categorias, paralelamente às florestas nacionais que serão as florestas que deverão ser, no futuro, exploradas economicamente, dentro do princípio de manejo estampado, essa seria uma alternativa. A outra, efetivamente, temos que, através de um mecanismo — não sei se o banco seria o melhor, devo confessar — garantirmos essas terras, para que, futuramente, elas possam ser adequadamente utilizadas, quer sua transformação nessas categorias de preservação, ou quer um outro uso econômico alternativo adequado.

Mas, o fato é que a fiscalização dessas terras do poder público, e da União que aí estão, precisa ser feita. Porque, se nós não criamos todos esses complexos de unidades, nas florestas nacionais, a curto prazo, e se paralelamente, não fiscalizamos, no futuro não vamos garantir nada, em termos de ecossistemas naturais.

O SR. PASSOS PORTO — Quería perguntar ao Sr., rapidamente: Há algum convênio, já, entre o IBDF e a CEMA? Por exemplo, a CEMA está criando uma estações ecológicas.

O SR. MAURO SILVA REIS — Sim.

O SR. PASSOS PORTO — Essas estações ecológicas teriam algum vínculo com o trabalho feito através do IBDF, criando também os seus parques nacionais e reservas biológicas?

O SR. MAURO SILVA REIS — Há convênio entre IBDF e CEMA, e há uma perfeita integração entre o IBDF com a CEMA através da pessoa do Dr. Paulo Nogueira Neto. Na realidade, a estação ecológica é tida como uma categoria das unidades de preservação. E, na realidade, se nós, como eu disse anteriormente, tivéssemos um IBDF ágil, amplo, flexível, suas estações ecoló-

gicas deveriam estar dentro do IBDF., ou todas as outras categorias deveriam estar dentro da CEMA.

Mas, na conjuntura em que nos encontramos, acho que não há inconveniente nenhum porque, quanto mais unidades criarmos, e com isso garantirmos a preservação do ecossistema, melhor. Mas se nós, realmente, nos organizarmos, em termos de uma estrutura compatível de IBDF, de poder, efetivamente, criar, ocupar e cuidar de todas essas unidades, creio que deveria estar, digamos assim, dentro dessa estrutura que poderá ocorrer no futuro.

O SR. PASSOS PORTO — Outra pergunta a lhe fazer, e esta mais ou menos de natureza técnica. Cumpre observar que o reflorestamento no Brasil, quase todo ele, tem sido feito com eucalipto. E sabe o Sr. do perigo que há na monocultura, no reflorestamento. Só eucalipto se planta, há floresta morta que, por sinal, está aqui, enchendo essa região de Minas Gerais.

Quando o Sr. fala da área da SUDENE, nesses projetos de reflorestamento, fico pensando já no campo experimental. Quais as providências no campo experimental, para que se criem florestas mistas, quer dizer, com a participação de outras espécies, inclusive algumas que dêem frutos, para que atraiam também pássaros, etc. O que há no setor de reflorestamento de natureza técnica, como alternativa, além de pinhos e de eucalipto?

O SR. MAURO SILVA REIS — A área territorial do Brasil é mais ou menos, de 847 milhões de hectares. Temos, tão-somente, 4 milhões de hectares para essa plantagem. Portanto, a área reflorestada, eu diria, é mínima. Qualquer cultura homogênea, monocultura, quer seja a soja, por exemplo, quer seja o café, quer seja um milharal, ela a traz, evidentemente, alguns problemas de ordem ecológica. Não há dúvida. Um deles, é a possibilidade de ocorrência de pragas e doenças. E outra, em alguns casos, é, a curto prazo, na hora em que há substituição, digamos assim, do ecossistema que ocorre por uma monocultura, há naturalmente uma dispersão da fauna que existe naquela região. E, muitas vezes, nem existe fauna, como ocorre, por exemplo, em várias áreas em que o reflorestamento com eucalipto está se implantando.

O SR. PASSOS PORTO — Inclusive aqui nesse cerrado, não é nem r reflorestamento, está se florestando.

O SR. MAURO SILVA REIS — Exatamente. Porque não tinha nem isso.

Então, concluindo o raciocínio, nessas áreas, o que temos observado é que, realmente, no momento em que se refloresta o *eucalyptus pinus*, ou poderia ser qualquer outra essência, em termos de monocultura. Isso ocorre com a soja, com o milho ou com o café, a fauna tende realmente a se afastar, se é que existe fauna naquela área. Mas, com o tempo, ela tende a voltar e se readaptar ao novo ecossistema.

Então, temos observado isso, e já há uma série de trabalhos interessantes nesses reflorestamentos mais antigos, em que está começando haver uma readaptação da fauna.

O SR. PASSOS PORTO — Sim. Mas, eu queria saber se, ao mesmo tempo, outras essências da região...

O SR. MAURO SILVA REIS — Vou chegar ao fundamento da pergunta de V. Ex^a.

Estamos procurando agora, paralelamente, ao reflorestamento: primeiro, quanto aos reflorestadores, a grande maioria, eu diria, já está participando e obedecendo a essa orientação, de manter, ao longo dos córregos, dos rios, dos olhos de água da nascente, floresta nativa remanescente. São as florestas de proteção. Isto a grande maioria dos reflorestadores já o fazem. Alguns, ainda não.

Paralelamente, estamos também procurando estimular o reflorestador a plantar árvores frutíferas entre um talão de reflorestamento e outro.

Agora, com relação às pesquisas com essências nativas, por exemplo, o angico, jacarandá e outras tipicamente plantas nativas, eu diria que estamos ainda, realmente, muito incipientes. Vamos procurar agora — recentemente firmamos um convênio com a EMBRAPA — estimular, através do Programa Nacional de Pesquisa Florestal uma certa prioridade às pesquisas com essências nativas. Evidentemente, este problema de pesquisa com essência nativa, tem que partir do Governo. É uma responsabilidade primária do Governo, vamos assim dizer, porque a iniciativa privada só absorveria depois que tivéssemos uma tecnologia desenvolvida — indicação de semente, tecnologia de germinação de semente, tecnologia de implantação dessas florestas com essência nativa.

Então, realmente, estamos com uma deficiência muito grande de pesquisas nessa área de essências nativas. E, fundamentalmente, é culpa do Governo — eu diria — culpa nossa, porque se transmitimos à iniciativa privada esses indicativos, essa tecnologia e *know-how*, evidentemente mostramos que é viável técnica e economicamente, o que a iniciativa privada fará.

No caso dos projetos de reflorestamento, além dos 20% previstos pelo Código, para a região Centro-Sul, de florestas nativas que precisam ser mantidas, faz-se ainda uma exigência de preservar mais 10% de florestas nativas, nos projetos de reflorestamento. E a grande maioria das empresas — como disse — de alguma maneira farão.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sr. Mauro, vou lhe fazer a última indagação, porque eu tinha muita coisa para lhe perguntar mas, na impossibilidade, queria lhe fazer uma pergunta sobre Jari, que é aquele projeto polêmico que tanto tem se falado no Brasil e que de uma certa forma, está fazendo a implantação de dois vegetais, na área. Perguntaria se essa exploração que está sendo feita pelo Jari, se estaria fazendo alguma predação no ecossistema do Jari, ou se acha que essa exploração com fins, aliás industriais bons, é a produção de celulose, se não haveria nenhuma inconveniência na introdução dessas duas espécies que estão sendo cultivadas no Projeto Jari?

O SR. MAURO SILVA REIS — O Projeto Jari, como um todo, é muito polêmico. Mas eu o conheço bem, desde 1971, que foi a primeira vez que fui a Jari e, desde então, venho acompanhando a evolução do projeto no que se refere ao componente florestal na qualidade técnica, sob o ponto de vista técnico acho que todos os técnicos e pesquisadores do Brasil tinham a obrigação de acompanhar o que eles estão fazendo.

Começaram a plantar a *gmelina arbórea*, que é uma essência de origem asiática, depois transportada para a África e, mais tarde, para o Brasil. Começaram basicamente com esta e, mais tarde, passaram para *pinus*, chamados *pinus tropicais*, *pinus caribea*. E a razão de ser dessa mudança deveu-se, primeiro, em conhecer-se muito pouco sobre *gmelina*. A *gmelina* é uma espécie exigente de solo, e os primeiros plantios foram realizados em solos arenosos — digamos assim — inadequados sob o ponto de vista de exigência de nutrientes para a *gmelina*. Então, mais tarde, substituíram vários talhões de *gmelina* por *pinus*. Essa foi a primeira razão da introdução de *pinus*; e, a segunda deveu-se à necessidade da qualidade de fabricação de celulose papel, já que o *pinus* produz uma fibra longa, e eles querem misturar com *gmelina* para ter, assim, uma fibra de melhor qualidade.

Sob ponto de vista técnico, restrito ao projeto florestal, sem outras conotações com o Projeto Jari como um todo, do ponto de vista político, social, do ponto de vista estritamente técnico, eu diria que a experiência do Jari, em termos de Amazônia, em termos de experiência, é válido, e ela deve ser acompanhada com interesse por todos nós — técnicos, políticos, e homens do Governo. É uma experiência, e dela não temos resultados, ainda. Removeu-se a floresta tropical para se introduzir uma floresta homogênea. Por quê? Porque o objetivo era a celulose papel e esta exige matéria-prima florestal homogênea. Daí, então, a razão dessa transformação da floresta heterogênea, nativa em floresta homogênea.

Então, esta é mais ou menos, a minha opinião sobre o Jari. Quanto aos efeitos ecológicos é cedo, ainda, para medirmos os impasses ecológicos. Há uma série de experimentos em andamento, e uma das maiores preocupações reside em o que poderá ocorrer com a segunda e terceira plantação de *gmelina* porque esta é uma essência que se regenera a cada dia, corta-se a base e ela brota novamente. Já o caso do *pinus*, não, é só uma corte e, depois, tem-se que remover e plantar novamente por sementes e mudas. Então não sabemos, eles estão começando agora o primeiro corte, e não sabemos o que vai acontecer, principalmente com relação ao problema de estoques. Possivelmente, no caso de *gmelina*, vai-se exigir, para a segunda e terceira rotação, a adoção de fertilizantes em grande escala, o que poderá, até, talvez inviabilizar o projeto. Mas isto é, ainda, um questionamento. Quanto a esses aspectos ecológicos ambientais creio que é, ainda, muito cedo para serem medidos.

Acho que o Projeto Jari, sob o ponto de vista florestal, é válido dentro dessa conotação de um experimento. Mas, ele não é válido em termos de uma duplicidade para a Amazônia, mesmo porque o capital investido ali, praticamente, será impossível de se conseguir com uma outra empresa. Ele poderá ser válido em termos de futuro de Amazônia, se continuarmos como estamos. Se não encontrarmos um meio de se utilizar racionalmente a floresta Amazônica, o futuro da Amazônia, a exemplo do que ocorreu no ocidente da África e em países industrializados, será a remoção da floresta tropical e mais tarde vamos ter que recompô-la possivelmente com floresta homogênea.

Então pode ser que, se essas providências que enunciei, anteriormente, não forem tomadas, pode ser que a médio e longo prazos essa experiência da Jari de transformação da floresta heterogênea em floresta homogênea, portanto, geração de *know-how* e tecnologia em termos de floresta homogênea na Amazônia, pode ser até que ela seja perfeitamente válida, dentro dessas premissas todas. O ideal, realmente, é que paralelamente a esse experimento — transformação de floresta heterogênea em floresta homogênea — tivéssemos, também, alguém desenvolvendo um projeto semelhante quanto à tentativa de

manejo da própria floresta tropical. Isto é que seria realmente o ideal, mas que, infelizmente, não temos na Amazônia.

O IBDF, recentemente criou, por portaria, um posto de fiscalização no Jari que só não foi instalado porque o assunto está sendo estudado de uma maneira global pelo CEBAN, grupo especial onde funciona o Conselho de Segurança Nacional. E o que se pretende, e será viabilizado logo, seria uma representação do Ministério da Agricultura e de outros Ministérios no Jari. E, no caso do Ministério da Agricultura, teríamos um posto ou escritório do IBDF, do INCRA e da SUDECO, principalmente.

O SR. PASSOS PÔRTO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Com a palavra o Senador Afonso Camargo, do Paraná.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Vou fazer apenas uma pergunta — não de agrônomo, como o Senador Passos Pôrto, mas de engenheiro — sobre recursos financeiros, a partir de um dado exposto pelo Sr. que eu queria que confirmasse. As áreas para reflorestamento autorizadas, de um ano para outro, tiveram um decréscimo de 15%?

O SR. MAURO SILVA REIS — De 12%.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Isso, inclusive, soma algumas informações que tenho do meu Estado — represento o Paraná, e este pode ser um problema, inclusive, da Região Sul — de que os recursos estão cada vez mais escassos para o reflorestamento da Região Sul. Não temos este problema — e certamente vai levantar o Senador Evandro Carreira, no seu temor do devastamento — porque as nossas florestas praticamente não existem mais.

O SR. MAURO SILVA REIS — São de cobertura natural.

O SR. AFFONSO CAMARGO — É o nosso problema como grandes produtores que fomos de madeira, em virtude dos pinheirais, e todos conhecem os problemas da região sul. Então, nos preocupa isto, inclusive, porque as reflorestadoras, na medida em que não conseguem manter uma curva ascendente de reflorestamento, e ainda quando atingem aquela idade em que possam começar a comercializar as suas árvores — segundo informações que temos também elas entram num problema de fluxo de caixa terrível, porque passam a ter *deficit* permanente, na medida em que não conseguem manter um certo nível de reflorestamento. Então, a pergunta é a seguinte: como vão os recursos, e que proposta o IBDF teria para a Região Sul, na medida em que esse recursos escasseiam cada vez mais?

O SR. MAURO SILVA REIS — Os recursos do FIZET — Incentivo Fiscal para o Fundo de Florestamento e Reflorestamento —, pelas informações que temos, tendem a manter para 1981 o mesmo nível de 1980, ou, talvez, até decrescer. Acho que há uma decisão do CDE, de que, desses recursos de 1981, 40% necessariamente serão canalizados para a área da SUDENE. Isso significa que no Sul, como disse, os recursos permanecem os mesmos e até reduzem. A Região Sul receberá menos incentivos, ainda, em 1981, em termos de área aprovada, sob certos aspectos um contra senso porque é no Sul, hoje, onde há a maior demanda por madeira, principalmente no caso do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde o problema de secadoras de grãos — como o Sr. sabe melhor do que eu é um problema extramente sério, e vem se agravando dia a dia. Em outras palavras, demanda de madeira para suprir os programas tradicionais e, agora, agravado com a demanda de madeira para substituir o óleo combustível. Além das populações rurais que estavam usando o gás de cozinha, e agora voltam a utilizar lenha, não sob a forma de catação, como antigamente, mas vão à floresta, derrubam-na para obter a madeira.

O visualizamos é que, gradativamente, a iniciativa privada terá que recorrer a recursos próprios para reflorestamento. A atividade de reflorestamento é, hoje, e compensadora. O custo da madeira, realmente, subiu, de modo a possibilitar a inserção da atividade de reflorestamento numa economia de escala. E, ao longo dessa linha, o Governo busca alternativas para a iniciativa privada. A primeira, já concretizada, diz respeito a uma linha de crédito de cerca de 3 bilhões de cruzeiros — protocolo entre o IBDF e BNDE, linha de crédito do BNDE, especificamente, para atender ao setor de florestamento e reflorestamento. O fato é auspicioso porque é a primeira vez que o setor é contemplado com uma linha de crédito específica. Esse protocolo será assinado ainda esta semana, segundo informações que recebi, ontem, do Dr. Luiz Sande, Presidente do BNDE. Possibilitará, então, às empresas, principalmente àquelas integradas ou verticalizadas, a lançarem mãos dessa linha de crédito para suprir a deficiência do FIZET. Este é o mecanismo.

Outro mecanismo que visualizamos, também, e eu acho perfeitamente possível, e o que está inserido, evidentemente, dentro dessa problemática global de recursos do Governo, é obtermos do Banco do Brasil uma linha de crédito para reflorestamento, principalmente para o Sul. E eu diria — por que

não? — uma linha de crédito como há para a soja, para o trigo e outros produtos, já que o reflorestamento é uma atividade, hoje, de extrema importância para o Centro-Sul, de ordem econômica, principalmente.

E, finalmente, estuda-se a possibilidade de ser inserido, num programa energético nacional, uma linha específica para a chamada floresta energética. Recentemente, o Ministério da Agricultura submeteu à Comissão Nacional de Energia um programa sobre a biomassa, englobando a questão — de alta questão — de óleos vegetais e aí, também, uma proposição de uma linha para a floresta energética. O assunto está sendo estudado, não sabemos, ainda, como seria implementado, mas tudo faz crer que não será sob a forma de incentivos, a exemplo do Fiset, mas, possivelmente, um fundo rotativo ou uma linha de crédito especial. Essa decisão maior que é da Comissão de Energia e o mecanismo a ser aplicado, estão, ainda, por serem tomados. Então, esta é a maneira que nós vemos. Acreditamos, nós, que o Fiset, principalmente para a Região Centro-Sul, tende a terminar. Há, realmente alguns estudos que já estão sendo realizados no âmbito do Governo, prevendo, talvez, 4 anos para o término do Fiset na Região Centro-Sul, e um reajustamento para a Região Nordeste e Região Norte — essas são as alternativas que estamos atualizando para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira, representante do Amazonas.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Ilustre Dr. Mauro Reis, eu me dirijo mais ao cientista, ao estudioso, cuja responsabilidade científica há de reorientar o IBDF e a própria política imediatista e consumista do Governo, que não poderia deixar de ser dentro de um regime capitalista. Mas, a Amazônia, especificamente, que é um grande problema, é o magno problema florestal, ele me parece o magno problema do IBDF, é, exatamente, a Amazônia que se coloca numa encruzilhada terrível, exatamente esta, questionando o conceito de desenvolvimento e de progresso. Acho que uma tomada de posição, com respeito a Amazônia, está a exigir um exame crítico, um exame axiológico da palavra, do conceito de progresso e de desenvolvimento. Será desenvolvimento, será progresso para a Amazônia, esta orientação de aproveitamento madeireiro para toras, pranchões, etc.? Não estaria a Amazônia exigindo uma revisão desse conceito, mesmo dentro do quadro, vamos dizer, do mercado mundial? Qual o melhor mercado do mundo: o de madeira ou de alimento? É a pergunta que faço, inicialmente, ao ilustre Palestrante: qual o melhor mercado do mundo: é o de madeira ou o de comida?

O SR. MAURO SILVA REIS — Em primeira instância, comida, porque, sem comida não sobrevivemos. Mas, os dois se complementam, porque a madeira, também, é utilizada pelo homem e, dificilmente, substituída em vários tipos de uso.

O SR. EVANDRO CARREIRA — pois não. Mas, há uma prioridade para o alimento.

O SR. MAURO SILVA REIS — É lógico.

O SR. EVANDRO CARREIRA — por que, então, não encarmos a Amazônia como uma grande usina fotossintética de alimento, e afastarmos esse conceito de aproveitamento madeireiro, dentro de um pragmatismo europeu, dentro dessa imitação? A Amazônia não seria muito mais rentável, produzindo alimentos para o mundo, concorrendo no mercado mundial com alimentos, do que com madeira? Não será a Floresta Amazônica, apenas, uma peça da grande usina que não pode ser removida? Será o homem capaz de produzir uma usina que não pode ser removida? Será o homem capaz de produzir uma usina de alimentos mais perfeita do que a Amazônia?

Acho importante o IBDF começar a questionar, principalmente sob a orientação científica de V. S^a, que é de alta respeitabilidade. Conheço o seu senso crítico e a sua acuidade científica.

Quero propor nesta oportunidade, esta preocupação para o IBDF. Encarar a Amazônia, afastar por completo o aproveitamento, a derrubada da árvore, mesmo porque V. S^a confessou que não se conhece, ainda, a técnica de manejo racional sustentado para a Amazônia. Está-se esperando, ainda, experiências-pilotos para que se conheça isto. Ainda há necessidade de um estudo, de uma pesquisa talvez demorada. Mas, nesta demora, se não radicalizarmos a coisa, em termos de opção para alimentos ou para madeira, vamos também depredá-la, como depredamos o resto do Brasil. E, hoje, ficamos chorando, debulhando lágrimas, porque não existe mais madeira, a floresta Atlântica está destruída, e o Paraná, etc, etc.

Já que não conhecemos, por exemplo, iria perguntar a V. S^a — mas V. S^a já respondeu — qual a estrutura básica da Floresta Amazônica. Sabemos, V. S^a acabou de confessar que é plurieterogênia. Ora, se já sabemos disso, a história florestal amazônica já registra o deserto da Zona braquenteína, já registra que toda monocultura na Amazônia é criticada aguda. Não funciona. A

multiplicação de pragas, os insultos decorrentes da monocultura são muito maiores do que em qualquer outra região do Globo, de difícil controle.

V. S^a acaba de confessar que talvez Jari Florestal seja obrigada a gastar insumos, adubo, para conseguir um plantio de *gmelin arborea*.

O SR. MAURO SILVA REIS — isto é uma hipótese.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sim, mas é uma hipótese que está na cara, porque começaram com *gmelina* e o terreno é arenoso, porque a Amazônia é arenosa. A Amazônia não vive do solo, a Floresta Amazônica vive de si mesma, do que ela recicla. Ela é diferente. Foi V. S^a quem me ensinou isto. Não é do solo, o solo amazônico não existe, é um ou outro bolsãozinho insignificante dentro da sua imensidão. Ela vive de um metabolismo ultra-veloz, de um *feed-back* ultra-veloz. Seus nutrientes — e isto está na sua palestra — estão na própria floresta, estão até no que a chuva lixívia da atmosfera. Ela recicla. Hoje, já se chegou ao conhecimento de extrametabólicos dentro dessa biomassa, dessa estreita camada de húmus, que não conhecemos, não sabemos como funciona, mas que atuam como enzimas, como catalizadores, como ativadores, como controladores. Nós não conhecemos nada, absolutamente nada. E como é que se pode falar em florestas nacionais de aproveitamento econômico para a Amazônia? Acho isto uma temeridade, falar que é possível separar um talão aqui, um talão acolá, para se derrubar e remanejar. Como, se nós não sabemos? Nós não conhecemos esse manejo sustentado da Amazônia. É exatamente por isto, em decorrência da sua plurieterogênia e, também, desse metabolismo do seu solo ou desse húmus que ainda é desconhecido. Temos microorganismos lá que, talvez, 90% ainda não foram classificados. Além da atuação desse extrametabólicos hoje conhecidos, e que eram desconhecidos há dois ou três anos, exudações, excreções de microorganismos. Um microorganismo tem uma exudação, excreta uma enzima que ninguém conhece, mas que atua até no crescimento da planta, ou ativa o próprio metabolismo para uma análise ou uma síntese de matéria orgânica para reaproveitamento, para desdobramento. Então, acho que a sua responsabilidade científica, hoje, na Presidência do IBDF, lhe impõe esta tarefa de começar a questionar, começar a exigir uma revisão desses conceitos, e a dizer mesmo que não é possível falar num zoneamento ecológico na Amazônia. Segredos terríveis. Não sei se V. S^a conhece, mas afirmo aqui, desta tribuna, que o Rio Negro, por exemplo, um rio fabuloso, enorme, um dos maiores rios do mundo, do lado direito da margem direita deste rio não habita um índio. Por quê? Todos os índios do Rio Negro estão na margem esquerda, mas não se sabe por quê. Por que na margem direita do Rio Negro tem macaco barrigudo, e do lado esquerdo não tem? Mas não existe, a não ser que se leve, ele não existe. O macaco-prego, por exemplo, existe do lado esquerdo, não existe do lado direito. A cotia é parda do lado direito, e a cotia é preta do lado esquerdo. Então, esses são os segredos. A Amazônia é uma hidro-esfinge. Não é contigente, é um arquipélago imenso, é uma polinésia, é uma hidro-esfinge que está precisando ser decifrada, está questionando o homem deste terceiro milênio, que virá para o terceiro milênio.

Então, V. S^a, com o respeito profundo que merece pela sua cultura científica no assunto, pela sua responsabilidade moral, está na obrigação de começar a questionar a Amazônia nesses termos, em termos de crítica axiológica, crítica de conceitos. Não será o futuro da Amazônia uma usina? A proteína do peixe, a fauna ictiológica da Amazônia, depende ou não do sustento floresta-calor-umidade-rio-chuva? Não serão grandes peças dessa usina? A floresta não será uma grande peça dessa usina? A retirada talvez de seis milhões, três milhões de hectares, pode ou não perturbar o encadeamento, o equilíbrio biológico da Amazônia? Não seria, por exemplo, uma temeridade a construção dessas hidrelétricas, inundando seis milhões de hectares? Não haveria necessidade de uma revisão? Não poderíamos, por exemplo, ao invés de mega-hidrelétricas, fazermos médias ou mínimos, para não ofender tanto, ou aproveitarmos até a correnteza dos rios? Como o holandês que construiu uma civilização com a correnteza dos ventos.

Temos na Amazônia milhares de pontas d'água correndo, às vezes, nove nós por hora, o suficiente para produzir energia em grande quantidade, bastando aproveitar sem macaquear. Será um sistema novo. É um problema apenas de engenharia, de adaptar uma roda, um moinho, uma técnica. Nós temos. Há pouco tempo, um navio foi para o fundo, destruído por uma dessas pontas d'água. O navio Dominique. Na ponta d'água do chamado Rebojo do Botafogo, perto da cidade de Codajás, no Solimões, um navio de 80 toneladas, foi engolido por uma ponta d'água dessas. Ele tentou passar por ela, e a força da água não deixou, um navio de duzentos e tantos cavalos de força, não pôde passar e ela acabou virando o navio. Vejam bem que força extraordinária. Por que, então, temos que partir para estes megaprojetos que podem perturbar o equilíbrio, destruir espécies endêmicas, porque a Amazônia — e eu aprendi isto também com V. S^a não é um ecossistema contínuo. Ela é um complexo, uma mixórdia. É um misto de muitos ecossistemas que estão

entrelaçados, estão em equilíbrio, em relacionamento. Todo aquele equilíbrio hemostático depende, às vezes, de um milhão de hectares, que podemos acertar sem querer, porque estamos no escuro. Podemos pegar uma área onde tem muito módulo. Ah! Porque tem espécies, essências comerciáveis de boa aceitação no mercado, então, vamos destruir. Vamos fazer manejo racional sustentável, aqui. Mas, podemos estar tocando, exatamente, no calcanhar de Aquiles da Amazônia. Nós não sabemos. Podemos destruir, talvez, todo o espigão entre o Rio Madeira e o Rio Tapajós, onde está essa zona aurífera e mineralógica. Pode não acontecer nada mas, talvez, podemos destruir tudo. Pode estar lá o elo do equilíbrio, o calcanhar de Aquiles da Amazônia. Então, acho, meu ilustre palestrante, que deveríamos, principalmente do IBDF com a coragem que sempre o caracterizou, a indepe... cia que sempre o caracterizou, de dizer francamente que não, que não se pode, nós temos que inventariar, temos que estudar a Amazônia, temos que pesquisar a Amazônia. Nós não podemos estar tentando. Os projetos que já se os apresentaram são suficientes para nos dizer isto. Temos o recurso dos fungicidas, do biocida, para se agir em avião, e sabemos as consequências deste biocida no metabolismo do solo. Sabemos o que ele vai fazer: este biocida, quando escorrer, quando for lixiviado para os rios, o que é que vai provocar na fauna? Milhares e milhares de lavras. V. S^a me agrada muito quando fala que o IBDF já está preocupado com o Lago dos Reis, o Lago do Janacoacá, do Aruanã, e a criação do peixe-boi, a maior riqueza. Nenhum Jacarandá pode se comparar à riqueza de um peixe-boi de 600 quilos. O peixe-boi, um mamífero que se cria dentro d'água. Então, vamos encontrar a economicidade da Amazônia na sua capacidade protética, como produtora, como usina de alimentos. Por que, então, não jogar no mercado um peixe-boi? Ao invés de plantarmos um mogno, vamos plantar um peixe-boi dentro d'água, um pirarucu, um tambaqui, peixe de sabor inimitável. Isto é o que precisamos fazer. Esse é o manejo racional sustentável da Amazônia. Está, exatamente, em torná-la uma usina produtora de alimentos, para dominar o mundo com essa explosão demográfica, que é constante e que vai se acentuar a partir do terceiro milênio.

Então, creio que deva ser esse o enfoque, e superar tudo o que se diga a respeito da madeira, nas áreas já devastadas.

Na pré-amazônia, nesse escudo pré-amazônico, no beijo da Bacia do Maranhão, então, está certo, aí vamos tentar reconstituir a floresta Amazônica nativa lá, forçando uma homogeneidade para maior rentabilidade, vamos tentar. Mas, provocar, ou pensar em dividir, em zonear ecologicamente a Amazônia, para derrubar mais madeira nos outros espigões, acho uma temeridade muito grande, e a sua responsabilidade cultural não permitirá que isso aconteça. Tenho certeza que V. S^a será ouvido quanto a este pacote que iberna, aliás já modificado — V. S^a sabe disso — o pacote já foi adulterado a nível de Ministério da Agricultura, adulterado dentro dos interesses do capitalismo selvagem e predador e me parece que o ilustre antecessor seu agiu com muita seriedade, quando se negou a apor a sua assinatura no projeto modificado que foi encaminhado à Presidência da República, e, talvez por isto, ele tenha perdido a cabeça. Mas não tenha V. S^a o medo de perder a cabeça, porque a história o julgará, e esta fase não será eterna. V. S^a é muito jovem, tem muitos anos pela frente. Não permita que os interesses mediatistas e consumistas desse capitalismo selvagem, que quer destruir a Amazônia, que quer dar economicidade à Amazônia, dentro do caráter madeireiro, prevaleça. A economicidade da Amazônia está na sua capacidade de produzir alimentos, e não é só do peixe, V. S^a sabe disso todas as euforbiácias podem produzir proteínas. Se os japoneses estão fazendo de alga-marinha, porque não podemos fazer de látex? Hoje, sabe-se, por exemplo, que pode-se tirar a copaíba da árvore e é diesel, coloca-se num motor diesel que este funcionará tranquilamente com melhor rentabilidade. Então, plantemos copaíba mas, isto, dentro do conhecimento sócio-fitológico da Amazônia que tem que ser inventariado, quer dizer, da decifração dessa hidroesfinge, quer dizer, saber como, por que é que a bananeira se dá bem ao lado da pupunheira, a pupunheira ao lado do tucumã, o tucumã ao lado do cedro. É este levantamento, esta sócio-fitologia.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Senador Evandro Carreira as suas opiniões são brilhantes, mas faríamos um apelo no sentido de que fosse mais rápido.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Vou encerrar. As perguntas que pretendia fazer, já foram todas respondidas pelo ilustre conferencista, e só restaria uma que não foi abordada. É a tal Portaria nº 130, do IBDF, de 1978, se não me engano, no seu art. 4º, que proíbe a criação de espécies em extinção no cativeiro. Isto me parece uma *aberratio legis*, acho isso o apocalipse: a Amazônia proibir que alguém crie, em cativeiros, espécies extintas!

O SR. MAURO SILVA REIS — Essa portaria, se não me engano, regulamentava, aliás regulamentava, porque agora estamos já para assinar uma outra portaria, porque há reivindicação do Estado do Amazonas, regulamentava a criação de animais silvestres, principalmente quelônios em cativeiros.

Era um pouco complicada, porque exigia uma série de técnicas, e não tínhamos realmente *know-how* naquela época, para podermos dar as informações que se fazem necessárias àqueles que querem, efetivamente, criar alguns desses animais em cativeiro. Estivemos recentemente no Amazonas, e uma das grandes reivindicações foi no sentido de que nós alterássemos essa portaria, o que já foi feito. A portaria está no momento na nossa procuradoria jurídica, e eu devo, o mais tardar ainda esta semana, ou no início da próxima, baixar uma nova portaria regulamentando, principalmente, a questão da criação de quelônios em cativeiros. Isso vai ser possível, porque já evoluímos um passo. Hoje, já temos um *know-how*, ainda incipiente, mas o suficiente — eu diria — para abrirmos um pouco o leque, permitindo que a iniciativa privada passe a participar desse esforço. Então, o IBDF vai, inclusive, através da sua Delegacia de Manaus, dar assistência técnica, vai regulamentar a criação de quelônios em cativeiro, e vai proporcionar assistência técnica àqueles que queiram partir para essa atividade. Então, realmente, na Portaria 138 havia algumas incongruências, talvez até necessárias àquela época, mas que hoje não se justificam mais, por causa desse avanço que tivemos em termos de *know-how* para a criação desses animais.

Nesse aspecto, aquele centro que estamos implantando lá na área da SUFRAMA, uma área do IBDF dentro do distrito da SUFRAMA, é de extrema importância. Vamos começar, agora, já a tentar criar, artificialmente, seis daqueles animais silvestres, que são mais procurados pelas populações rurais. Perguntaria à Dra. Maria Teresa quais são esses animais?

A SRA. MARIA TERESA — Veado, jacaré, capivara, paca...

O SR. MAURO SILVA REIS — O IBDF está com um trabalho realmente bom na Amazônia. Ainda muito aquém do que precisa ser feito, mas já avançamos um pouco, além do trabalho sobre a preservação da tartaruga na reserva biológica de Trombetas, que é um dos bons trabalhos que estamos fazendo. Começamos com 100 tartarugas, hoje são mais de 8 mil.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Regozijo-me com essa decisão de criarmos os animais silvestres, porque, negavelmente, era um absurdo não haver isto, porque eles já estão vacinados, quer dizer, eles já possuem todas as defesas naturais, era só potencializá-las, e não querer introduzir a pata do boi. Porque a Amazônia já está ocupada.

O SR. MAURO SILVA REIS — Mas, havia alguns problemas simples mas importante de ordem técnica, como por exemplo: um sujeito para criar uma tartaruga em cativeiro, ele precisa ter — digamos assim — de praia, de areia, porque a tartaruga não desova sem areia. E, a areia precisa estar a uma certa distância da água. Há alguns pequenos aspectos que são fundamentais para o sucesso de alguns desses animais, resultante da própria biologia, e ecossistema desses animais para ser sucesso em cativeiro.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Meu ilustre conferencista, eu me despeço, enfatizando, mais uma vez, que a Amazônia já está ocupada. Outro conceito errôneo dessa nossa civilização devoradora e antropófaga, é entender que temos que encher a Amazônia de gente. A pata do homem, na Amazônia, é prejudicial, assim como a pata do boi. O que temos que ter na Amazônia é, apenas, um certo número de indivíduos pondo em funcionamento essa usina protética, e para isto talvez seja preciso, 5, 10, 20 milhões de pessoas, mas, o bastante para agilizar essa usina e potencializá-la. Apenas isso, e não correntes migratórias para perpetrar. Muito obrigado.

O SR. MAURO SILVA REIS — Nobre Senador, evidentemente, já temos conversado muito sobre a Amazônia, e o que mais me agrada é conversar com V. Ex^a sobre os problemas da Amazônia que é um profundo conhecedor da região. E, o tempo é escasso mas, gostaria apenas de lembrar uma coisa: a ocupação da Amazônia não está sendo feita ainda para a busca da madeira em si — isso é muito importante — a ocupação da Amazônia está sendo feita, começou primeiro com os projetos pecuários, quer dizer, o objetivo era implantar a pecuária, a floresta era uma consequência, muitas vezes queimada. E, agora, estamos na segunda fase que é a ênfase por produção de alimentos, e o Senhor mesmo falou que alimeot é o mais importante para o homem.

Estive, agora, três dias no Mato Grosso, e se V. Ex^a percorreu, como eu, ao longo da Cuiabá — Porto Velho e ao longo da Cuiabá — Santarém, deve ter visto que a entrada que está se procedendo é para a implantação de projetos agrícolas, principalmente. Evidentemente, Rondônia é um caso diferente, porque possui 23 milhões de hectares hoje e, destes 23, há 14 milhões de hectares que são aptos para agricultura intensiva, devido às características de solo de manchas de terra roxa. Mas, a grande ocupação da Amazônia ainda é consequência, primeiro, dos projetos pecuários, na primeira etapa, e agora, de uma maneira acelerada, o que está ocorrendo de migração, pessoas do Sul para o Norte, é um negócio tremendo, para implantação de projetos agrícolas. Vamos entrar numa outra etapa que será a busca por madeira, infelizmente ou felizmente, não sei.

Quanto ao problema do manejo da floresta, isto não é bem entendido às vezes. Mas, realmente a idéia seria o que V. Ex^a falou: fechar a Amazônia, muito bem. Mas, isto é impossível, esse regime capitalista, como V. Ex^a bem disse, é filosoficamente muito bonito, mas, na prática, é impossível e será mais difícil, ainda, no futuro. Se não encontrarmos uma maneira de em algumas áreas específicas manejarmos... porque muitas pessoas não entendem o que vem a ser manejo. Manejo implica no uso contínuo e para sempre da floresta, da floresta como um recurso natural renovável. O que não queremos é que continue o que vem ocorrendo: que se remova a floresta, às vezes, para um uso alternativo e crucificável economicamente, como por exemplo: uma agricultura intensiva e, muitas vezes, simplesmente pelo fato de remover a floresta para nada. Assim, esse é um aspecto que, evidentemente, mereceria muito diálogo de nossa parte.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Exatamente, Dr. Mauro o que eu quero de V. S^a, é deslocar o eixo de preocupação econômica sobre a Amazônia que está sobre a madeira, porque já a encontramos, é deslocar para o alimento, para o peixe, por exemplo, para o aproveitamento da feitura das fazendas aquáticas, isso o que os Srs. estão tentando já no Lago dos Reis. Só o Lago dos Reis será capaz de abastecer todo o Estado do Amazonas, com peixes, só o Lago dos Reis. São sessenta lagos ali dentro quando o rio enche, lagos com cinco, seis quilômetros de largura e comprimento, propícios à cultura. Vamos potencializar isso. É isto que eu digo, meu ilustre palestrante, temos que desviar, já se encontrou a solução, dentro mesmo do enfoque capitalista canibalesco, já temos o enfoque, economicidade, não é madeira, é peixe. Vamos ganhar mais dinheiro, tem que se dizer ao capitalista produtor que ele ganha mais dinheiro fazendo comida através do Tambaqui, Jaraqui, Carbo-dó, do peixe-boi, do que cortando um mogno, é isto.

O SR. MAURO SILVA REIS — É a questão, também, de uma definição de política maior para a região porque, na realidade, a ocupação da Amazônia, no momento, se faz de maneira totalmente indiscriminada. Sabemos disso porque estamos indo constantemente à Amazônia, e conhecemos o problema *in loco*, não através de livros. Então, precisamos com urgência de uma definição, de uma política florestal maior, que coloque as coisas no seu devido lugar, coloque os componentes de cunho econômico no seu devido lugar. E, o IBDF, na realidade, é um órgão que nada mais é do que o executor de uma política maior, e essa política não existe. Daí a razão pela qual a ocupação se faz de uma maneira indiscriminada e desordenada, sem nenhum disciplinamento. Isto é o que estamos buscando; equacionar essa política.

O SR. EVANDRO CARREIRA — O termo da equação é peixe e a perpetuação e preservação da floresta.

O SR. MAURO SILVA REIS — E, estou certo que os Srs. Congressistas haverão de contribuir, definitivamente, para que essa política possa ser fixada em parâmetros realmente condizentes com a visão do Congresso Nacional.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Desde que o pacote venha para o Congresso, para o discutirmos exaustivamente.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Dr. Mauro, tenho algumas perguntas. Desenvolvimento é estado de espírito, e para termos um bom estado de espírito é fundamental termos segurança no Brasil. No futebol, no futebol varseano, de Roraima ao Rio Grande do Sul, as normas são seguras, são respeitadas. As normas econômicas no Brasil não, alteram-se do dia para a noite, e cria uma insegurança muito grande a todos aqueles que atuam nesta área. A insegurança também prevalece dentro do IBDF. Por quê? Faria o registro: hoje, temos necessidade de reduzir as nossas importações em razão do déficit comercial. Importamos muita maçã. O IBDF criou o Fiset, o estímulo. Surgiram em Santa Catarina projetos de fruticulturas que vieram recuperar áreas deprimidas economicamente, como no vale do Rio do Peixe na região dos campos de Lages, mas esses incentivos estão sendo reduzidos, e empresas do sul se transferiram ou criaram filiais no Pará para explorar o palmito açaí, para exportá-lo, porque tem um mercado extraordinário. Mas, os recursos estão se escasseando. Por que essas modificações, também, no IBDF, criando uma insegurança para o empresário que atua nessa área?

O SR. MAURO SILVA REIS — Essas modificações realmente não são do IBDF, são decisões de política maior. Creio que fiz um histórico — falando de uma maneira bastante sincera, evidentemente — do que é o FIZETE, a sua origem. FIZET, inicialmente, é o fundamento. A filosofia para a criação do FIZET foi gerar matéria-prima florestal, objetivando possibilitar a integração, a verticalização de empresas de três programas, naquela época prioritária pelo Governo — celulose de papel, carvão vegetal para siderurgia e madeira processada. Mais tarde, por injunções, passou o FIZET a incentivar frutíferas, sem que nessa política, de que foi uma decisão maior, extra IBDF,

ficasse definido o que incentivar sobre o IBDF. O importante internamente a definir. Na época, mais para o Sul, já se importava, principalmente, muita maçã da Argentina, e havia interesse do Governo, como ainda há, de estimular o plantio de maçã, aliás o que foi feito com grande sucesso. Hoje, este setor desenvolveu muito no Sul e, mais tarde, esse incentivo foi ampliado para outras frutíferas, com abertura de novas áreas prioritárias. E hoje, realmente, incentiva-se muita coisa.

Muito bem. Em 1979, uma nova decisão — uma política maior do CDE de canalizar 30, 40, 50% para o Nordeste em 80, 81 e 82, respectivamente. Não havendo, conseqüentemente, aumento no aporte de recursos para o fundo, já que se verificarmos, vamos ver que nos três ou quatro últimos anos o aporte de recursos foi mais ou menos o mesmo, e a demanda crescente que está havendo por madeira, a última alternativa, foi internamente estabelecer prioridade, e progressivamente vem-se reduzindo o incentivo para frutíferas e, a idéia, possivelmente, é acabar com ele, principalmente no Centro Sul. Então, esta instabilidade é gerada, primeiro, por decisões de política maior, e, segundo, por problemas única e exclusivamente de falta de recursos. Gerenciar, administrar com escassez de recursos é bastante difícil. Tem-se que estabelecer prioridades. Esse ano, por exemplo, foram canalizados 58% dos recursos para a região da SUDENE e 31% para o Nordeste. Conseqüentemente, por decisão maior, o Centro-Sul ficou prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Como vão os estudos para a implantação da usina para produção de álcool da madeira?

O SR. MAURO SILVA REIS — A viabilização industrial comercial do álcool da madeira é da responsabilidade da COOBRA. A COOBRA concluiu os estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação da primeira e, possivelmente, da segunda usina. Duas áreas estão disputando essa prioridade: o Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, o eixo Campo Grande—Três Lagoas, possivelmente. Aliás, o Ministro anunciou, recentemente em São Paulo, que a primeira usina será instalada no Triângulo Mineiro, e vai-se fazer um esforço para, paralelamente ou a médio prazo, instalar-se uma segunda usina em Mato Grosso do Sul. Isso é o que, digamos assim, temos de concreto no momento.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — No quadro de servidores do IBDF temos o agente de defesa florestal. Segundo estou informado, a maioria é despreparada para a grande missão, para o cumprimento dessa grande responsabilidade. Quantas escolas para formação de técnicos de nível superior e, principalmente, de nível intermediário temos no Brasil?

O SR. MAURO SILVA REIS — Atualmente, estamos com 12 escolas de nível superior, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — E de nível intermediário?

O SR. MAURO SILVA REIS — De nível intermediário, somente duas — uma em Irati e a outra em Florestal, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — A Carência é muito grande.

O SR. MAURO SILVA REIS — A Carência é muito grande de treinamento de pessoal de nível médio, e há uma grande reclamação do setor, ou uma grande procura, vamos dizer assim, do setor florestal, empresarial, por técnicos de nível médio, formados, por exemplo, em técnicas de viveiros, técnicas de implantação de florestas e outros tipos de trabalhos intermediários especializados.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Apenas uma empresa se candidatou a explorar a madeira na região de Tucuruí.

O SR. MAURO SILVA REIS — Somente a CAPEMI.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Ela vai ter condições de retirar toda aquela madeira no prazo determinado?

O SR. MAURO SILVA REIS — Na realidade, mencionei que a área a ser inundada corresponde a mais ou menos 220 mil hectares, de toda bacia de inundação. Mas, há, somente, 65 mil hectares de área onde encontramos florestas de cunho econômico, vamos dizer assim, porque é uma área já bastante mexida que vem sofrendo uma exploração já há vários anos. A responsabilidade da CAPEMI será, até a inundação total da represa, desenvolver um esforço para retirar a madeira de valor comercial desses 65 mil hectares. Um dos grandes problemas, e é o grande problema, diz respeito ao prazo. Para um empreendimento como esse, normalmente, precisaríamos de 6 a 8 anos com empresas, talvez duas grandes empresas, já com *know how* e tecnologia no setor de exploração e transporte de madeira. Não temos nem tecnologia e nem *know how*, e, para nós, o tempo hábil seria mais ou menos de 2 anos, já que durante 4 meses ao ano não se consegue trabalhar naquela região, por problemas de inundação. O tempo é, realmente, muito curto. De modo que, o

que se vai fazer é um esforço para retirar o que for possível, e no tempo viável, quer dizer, até que a represa seja inundada totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — E por que esse desinteresse de empresas nacionais e de empresas estrangeiras?

O SR. MAURO SILVA REIS — Devido ao que eu disse anteriormente: principalmente o tempo extremamente curto para essa operação. Tivemos a oportunidade de, visitando o sudeste da Ásia, mais especificamente a Indonésia, ver um dos maiores projetos de abate e transporte de madeira tropical do mundo, por uma grande multinacional — a Wehousen. Eles estavam retirando cerca de um milhão de metros cúbicos por ano, e a infra-estrutura que eles têm naquela região é um negócio tremendo, com mais de 80 tratores, uma estrutura portuária maior do que a de Santarém, que V. Ex^a conhece, algumas centenas de quilômetros de estradas, e assim por diante.

Então o problema fundamental é tempo, tecnologia, e *know how*.

Mas, o que assustou um pouco alguns grupos que, a princípio, se mostraram interessados, foi o problema de tempo, aliado a esses outros aspectos, além do fato de que a maioria das madeiras existentes nas áreas são desconhecidas no mercado. Então, o tempo é importante não só para a exploração, mas também para que se possa fazer uma promoção de mercado adequado e, conseqüentemente, colocar essa madeira até mesmo no mercado interno.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Com a palavra o nobre Deputado Federal Pedro Ivo Campos, representante de Santa Catarina.

O SR. PEDRO IVO CAMPOS — Sr. Presidente, após o uso da palavra por V. Ex^a mais em função de uma pergunta feita por V. Ex^a, é que tomo a liberdade de indagar ao ilustre Presidente do IBDF, Dr. Mauro Silva Reis, a respeito de um assunto que é importante, até para a política florestal do Brasil. É quanto à deficiência de pessoal técnico, que não vemos normalmente forma para suprir de pessoal habilitado para o exercício de diversas funções específicas e especializadas. Entretanto, existe uma legislação que permite aos universitários de todas as áreas praticar estágios nas diferentes atividades. Temos constatado que, em administrações estaduais e municipais, estudantes de nível superior são convocados para prestar serviços em áreas as mais diversas, e as experiências são realmente evitadas. Daí uma indagação ao ilustre Presidente do IBDF: Considerando as suas próprias declarações da deficiência, da falta de pessoal, não seria oportuno o aproveitamento de universitários para a prática desse trabalho junto ao IBDF, no setor de orientação e fiscalização da política florestal? Com isso não só se supriria a deficiência de pessoal, como também se desenvolveria no estudante alguma perspectiva para um trabalho futuro, ao mesmo tempo que daria a ele a oportunidade de se auto-educar, porque normalmente o nosso estudante sofre deficiências financeiras, e esta seria uma oportunidade que o estudante teria para poder desenvolver os seus estudos, custeando, pelo próprio trabalho, as despesas decorrentes da sua formação.

O SR. MAURO SILVA REIS — Nobre Deputado Pedro Ivo, a maioria das universidades brasileiras, que possuem escola de engenharia florestal, ou departamento de engenharia florestal, que oferecem cursos de engenheiro florestal, proporciona esse tipo de estágio. E o IBDF tem-se aliado a essas universidades dentro das limitações evidentemente que dispomos, no sentido de propiciar que esses estágios sejam realizados nas instalações do IBDF. Acredito que devemos, ou devíamos intensificar essa abertura ou possibilidade de estágio por parte de universitários, de técnicos de nível médio, nas facilidades físicas que o IBDF dispõe. Se isto não é feito é muito exclusivamente por falta de recursos, já que nesse caso de estágio está envolvida a questão de bolsa de estudo. Mas, dentro dessas limitações, o IBDF tem realizado um trabalho razoável com algumas universidades e, também, com outras instituições. Por exemplo, temos um convênio com o Projeto Rondon Brasil. No ano passado, vários universitários do Projeto Rondon, no Estado do Pará, fizeram um levantamento completo da questão de serrarias, além de ajudarem na fiscalização quanto à utilização de recursos da fauna e da flora. E, agora, em janeiro, teremos nova equipe do Projeto Rondon atuando em Rondônia e no Estado do Acre. Mas, evidentemente, isso constitui um veículo importante de mostrar ao universitário a realidade do setor no qual ele está se especializando, porque, muitas vezes, dentro da universidade, o estudante passa a conhecer técnicas, quando normalmente, ele tem informações muito teóricas. Essa abertura para um estágio, em condições de campo, possibilita ao universitário, ou ao técnico de nível médio, uma visão mais realística da problemática como ela é de fora, vamos assim dizer.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Com a palavra o Deputado Pedro Correia, representante de Pernambuco.

O SR. PEDRO CORREIA — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu caro Presidente do IBDF, V. Ex^a vê, neste instante, que os problemas que

acomete este Brasil inteiro, são os mais diversos. Vemos, aqui, agora, a preocupação do Senador Evandro Carneira em não reflorestar a Amazônia, preocupando-se, principalmente, com a formação de uma usina para alimentos. Na nossa região, o Nordeste, hoje, com essa política maior, do conselho do Desenvolvimento Econômico, que alocou dentro do Fiset 30,40,50% para os anos de 80, 81 e 82, mesmo assim ainda, estamos muito aquém daquilo que necessitamos para o Nordeste. Todos nós temos conhecimento das dificuldades que afligem os nossos irmãos nordestinos, precisamos de chuva, de água, e precisamos modificar a nossa fauna e o sentido florestal.

Então, explicando principalmente aos Congressistas do Sul, pela dificuldade que vêm encontrando seus reflorestadores, em função da exigüidade do recurso, nós, no Nordeste, hoje, participamos do reflorestamento com menos de 5%. Nestes 4 milhões de hectares, não atingimos 200 mil hectares, e se tirássemos a Bahia, por exemplo, do restante do Nordeste, teríamos uma área mínima, quando precisamos, realmente, de uma área bem maior. Por isso, neste instante, como representante, neste Congresso Nacional, do Nordeste, aplaudimos esta decisão do CDE e, principalmente, o gesto do Presidente do IBDF, em ter cumprido aquelas normas, e por ter ultrapassado os limites fixados pelo CDE. O Nordeste está reconhecido, mas ainda precisa de mais coisas, e neste final de Fiset que se prevê para o reflorestamento, nós, no Nordeste, precisamos, realmente, de uma quantidade bem maior. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Só para esclarecer. Nós do Sul, temos grande interesse na drenagem de grandes recursos para o Nordeste. O que estamos defendendo, é que o bolo de recurso para o IBDF cresça e nenhuma região venha a ser prejudicada.

O SR. MAURO SILVA REIS — E, para isso, espero contar com a colaboração dos Srs, quando da aprovação do orçamento do CDE, em fevereiro ou março do próximo ano, para o Fiset.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Dr. Mauro Silva Reis, a Comissão de Agricultura, do Senado está satisfeita. O tempo continua à disposição de V. S^a para outras considerações, para outras informações que julgar necessários.

O SR. MAURO SILVA REIS — Creio ser oportuno, neste momento, apenas, reiterar que o IBDF tem uma responsabilidade e uma missão muito grandes, e nobres, em termos do País, como eu disse anteriormente. De um lado, o desenvolvimento dentro daquele princípio de uso adequado, e, de outro, a preservação dos recursos da flora e da fauna. Mas, realmente o órgão, no momento — devo reconhecer, e o faço com humildade — o órgão não tem a flexibilidade, e não tem aquelas condições que precisa para, efetivamente, fazer cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas por lei. Se olharmos o elenco de responsabilidades do IBDF, na lei que o criou, e meditar-mos um pouco, vamos ver que o órgão é extremamente importante, e até hoje, devo dizer, não teve este reconhecimento, quando se aloca recursos para um orçamento, como agora, por exemplo, para 1981, onde de um orçamento extremamente deficiente em 1980, vamos ter um aumento percentual em torno de 55%, em relação a um 1980 já deficiente. E não tem a flexibilidade para pagar um salário compatível, e de contratar aquele elenco de corpo de funcionários, desde o mais humilde até o mais graduado, que, um órgão desse quilate realmente precisa.

Outro aspecto, também, é que a responsabilidade do IBDF, no que diz respeito à questão da flora e fauna, é, por lei, responsabilidade do IBDF, mas essa responsabilidade precisa ser diluída. Ela é, em última instância, uma responsabilidade dos governos estaduais, dos governos municipais, e da coletividade, como um todo e individualmente.

Então, isso só pode ser — digamos assim — mostrado através de um trabalho grande de conscientização educacional. É um problema também de educação, de um lado, e, de outro, de uma capacidade do órgão do Governo Federal que precisa fiscalizar, em certos casos, eu diria, até em caráter repressivo. Estamos, agora apresentando um subsídio ao Ministro da Agricultura, no sentido de efetivamente tentarmos fazer cumprir o código, e com sanções que este prevê, para que se possa partir também, paralelamente, a um sistema educacional de conscientização e, em alguns casos, a um trabalho repressivo em termos de multas e penalidades previstas no Código Florestal.

Então, são esses, digamos assim, neste final da minha exposição, alguns aspectos de caráter filosófico, mas extremamente importantes, que eu gostaria de trazer a esta Comissão. E dizer que contamos com a colaboração dos Srs. Parlamentares, para que o IBDF, dentro dessas proposições que vamos fazer, possa ter concretizado aquilo que todos almejamos: uma estruturação,

organizacional de modo a utilizar o órgão, e melhores condições de recursos, conseqüentemente, melhores condições de contratação de pessoal, e de fazer cumprir a sua missão.

Devo dizer também, Sr. Presidente, que estamos abertos, no IBDF, para receber a classe política. A nossa missão é uma missão de Governo. Eu, por conjuntura, ocupando um cargo no Executivo, unicamente como missão de Governo, não tenho outro objetivo senão o de trabalhar pelo setor florestal brasileiro. De modo que, nós, juntos, temos uma responsabilidade muito grande para com as gerações atuais e as futuras. E nós, do IBDF — eu na qualidade de Presidente, e todos os meus diretores — estamos abertos para receber a classe política, para dialogar com a classe política, e até mesmo para receber críticas da classe política.

Agradeço esta oportunidade, e devo dizer aos Srs. mais uma vez, que, sempre que necessário, será uma satisfação comparecer a esta Comissão, de enviar as informações que porventura nos forem solicitadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Encerrando, a Presidência expressa agradecimentos ao Dr. Mauro Silva Reis, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, e expressa, também, os seus cumprimentos pelo brilho da palestra, e pelas informações altamente valiosas para os membros da Comissão de Agricultura do Senado. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE AGRICULTURA

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1980

Às dez horas do dia vinte de novembro do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala de reuniões da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Evelásio Vieira — Presidente, Leite Chaves, Affonso Camargo, Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Martins Filho e José Lins, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canelas e José Richa.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciados os seguintes projetos:

Pelo Senhor Senador Affonso Camargo:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1980, que “dispõe sobre preferência a posseiros na alienação de terras da União”.

Em discussão e votação, é o Parecer aprovado sem restrições.

Pelo Senhor Senador Passos Pôrto:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1980, que “autoriza a alienação, sob forma modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, no Estado do Pará, e dá outras providências”.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente
Jarbas Passarinho

1º-Vice-Presidente
Passos Pôrto

2º-Vice-Presidente
Gilvan Rocha

1º-Secretário
Cunha Lima

2º-Secretário
Jorge Kalume

3º-Secretário
Itamar Franco

4º-Secretário
Jutahy Magalhães

Suplentes de Secretários
Almir Pinto
Lenoir Vargas
Agenor Maria
Gastão Müller

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3487
211-3488
211-3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Daniel Reis de Souza
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3490
211-3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Martins Filho	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
1. Mendes Canale	1. Raimundo Parente
2. José Lins	2. Alberto Silva
3. Eunice Michiles	3. Almir Pinto
4. Vicente Vuolo	
1. Evandro Carreira	1. Marcos Freire
2. Agenor Maria	2. Humberto Lucena
3. Mauro Benevides	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ) (15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: —
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares	Suplentes
1. Bernardino Viana	1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes	2. João Calmon
3. Hugo Ramos	3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves	4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema	5. Luiz Fernando Freire
6. Murilo Badaró	6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla	
8. Amaral Furlan	
9. Raimundo Parente	
1. Orestes Quércia	1. Cunha Lima
2. Leite Chaves	2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza	3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro	
5. Paulo Brassard	
6. Franco Montoro	

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — 211-3494
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: —
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares	Suplentes
1. Martins Filho	1. José Guimard
2. José Samey	2. Tarso Dutra
3. Passos Pôrto	3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi	4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo	
6. Murilo Badaró	
7. José Caixeta	

1. Itamar Franco	1. Henrique Santillo
2. Lázaro Barboza	2. Roberto Saturnino
3. Adalberto Sena	3. Gilvan Rocha
4. Mauro Benevides	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares	Suplentes
1. Arnon de Mello	1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana	2. Alberto Silva
3. José Lins	3. Benedito Ferreira
4. Lenoir Vargas	4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral	
6. Benedito Canelas	
7. Luiz Cavalcante	

1. Roberto Saturnino	1. José Richa
2. Teotônio Vilela	2. Orestes Quércia
3. Marcos Freire	3. Tancredo Neves
4. Pedro Simon	

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — 211-3495
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC) (9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sergio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. João Lucio	2. Luiz Fernando Freire
3. Lomanto Junior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. Jose Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. Jose Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Martins Filho	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Luiz Fernando Freire	
6. Aloysio Chaves	
1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS (CM)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior
Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Junior	1. Tarso Dutra
2. Almir Pinto	2. João Lucio
3. Amaral Furlan	3. Aderbal Jurema
4. Amaral Peixoto	4. Jose Sarney
5. Benedito Canelas	5. Murilo Badaro
6. Jutahy Magalhães	
7. Lenoir Vargas	
8. Moacyr Dalla	
9. Raimundo Parente	
10. Saldanha Derzi	
1. Jose Richa	1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia	2. Jaison Barreto
3. Itamar Franco	3. Humberto Lucena
4. Evandro Carreira	
5. Lázaro Barboza	
1. Affonso Camargo	1. Gilvan Rocha
2. Evelasio Vieira	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Rui Barbosa"

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Itamar Franco
2. Adalberto Sena	

Assistente: Fatima Abrahão de Araújo — 211-3266
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. —
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6. —
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. Jose Sarney	

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco | 3. Leite Chaves |
| 4. José Richa | |
| 5. Amaral Peixoto | |
| 6. Tancredo Neves | |

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Junior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quêrcia	

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Luiz Fernando Freire	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	
1. Evandro Carreira	1. Orestes Quêrcia
2. Humberto Lucena	2. Evelásio Vieira
3. Lázaro Barboza	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Júnior
3. Alberto Silva

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza
3. Orestes Quêrcia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo II — Térreo — 211-3507

Assistentes:

Helena Isnard Accauhy — 211-3510

Mauro Lopes de Sá — 211-3509

Clayton Zenlorenci — 211-3508

C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz

Local: Anexo II — Térreo — 211-3511

Assistentes:

Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510

Nadir da Rocha Gomes — 211-3508

Haroldo P. Fernandes — 211-3512

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1980

HORAS	TERÇA		ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	MARCELINO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 4139	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 4139	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 4139	PAULO ROBERTO	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA
	C.A.		SÉRGIO	11:00	C.I.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 4139	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 4139	FÁTIMA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEILA	11:00	C.M.	RUI BARBOSA Ramal — 4154	CARLOS
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS				